



UFMG

BRANQUITUDE EM FOCO:
análises sobre a construção da identidade branca
de intelectuais no Brasil

Ana Amélia de Paula Laborne

Belo Horizonte
2014
Ana Amélia de Paula Laborne

BRANQUITUDE EM FOCO:
análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas

Orientadora: Profa. Dra. Nilma Lino Gomes

Belo Horizonte
2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Nilma Lino Gomes – Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Claudia Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Tânia Mara Pedroso Muller
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Shirley Miranda
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Miguel Arroyo
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira (suplente)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Juarez Dayrell (suplente)
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Ao Pedro, meu amado filho, que todos os dias me ensina as delícias e as dores de ser mãe. Por você, filho, minha luta por um mundo mais justo tornou-se ainda mais urgente.

Ao meu companheiro, Francisco André, que aceitou compartilhar comigo essa aventura que é a vida a dois. Obrigada por estar ao meu lado e ser meu principal interlocutor nos momentos mais difíceis desse processo.

À minha mãe, a quem tanto admiro por sua força e coragem. Agradeço o amor incondicional, a cumplicidade e o apoio em todos os momentos da minha vida. À memória de meu valoroso pai, que foi o primeiro a apoiar minha escolha de me tornar uma cientista social.

À minha mãe e à minha sogra Luci, por serem as melhores avós do mundo. Sem o amor e o cuidado de vocês com Pedro seria impossível chegar ao final desse trabalho.

À minha querida orientadora Nilma Lino Gomes, pelo exemplo que nos oferece com sua trajetória. Minha eterna admiração pelo comprometimento, pela dedicação, pelo carinho e pelo apoio em toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço a oportunidade de estar ao seu lado e pela amizade construída nesses oito anos de trabalho!

À Profa. Liv Sovik, pela valiosa contribuição no momento da qualificação.

Ao Prof. Miguel Arroyo pelas considerações feitas sempre com muito carinho e respeito. Agradeço pelo apoio na finalização do trabalho.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFMG, em especial, Prof. Juarez Dayrell, Prof. Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves, Profa. Ana Gomes, Profa. Lucinha, Prof. Geraldo Leão, Profa. Licínia Correa, Profa. Maria Amália Cunha, Prof. Paulo Nogueira, Prof. Rodrigo Ednilson, Profa. Shirley Miranda. Meus eternos mestres e parceiros na luta contra as desigualdades.

À minha amiga Juliana Batista, pelo companheirismo nessa trajetória, desde a graduação.

Aos entrevistados e entrevistadas que concordaram em conceder as entrevistas, desvelando publicamente a construção de suas condições raciais.

À minha família, pelo acolhimento e por ser co-responsável por minhas escolhas e por minha trajetória acadêmica. Agradeço especialmente meus primos Tásia, Caésio e Rauno, que são os irmãos que escolhi nessa vida.

À minha querida amiga Cris, pelo companheirismo e paciência dedicados em todos os momentos da minha vida e por me possibilitar ser a “dindinha” da linda Isabela.

À minha amiga Eiddy, pela amizade construída e pelo carinho e afeto cotidiano.

À minha amiga Bel, por saber que posso contar com você, sempre! Obrigada pelo apoio e pelo carinho.

Aos meus queridos amigos que souberam entender minhas ausências e me apoiaram nos momentos mais difíceis desse processo.

À Equipe do Escritório de Prioridades Estratégicas e da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em especial a Vanda Catarina, Felipe Michel, Diogo Caminhas, Hugo Mendonça, Felipe Drumond, Emília Paiva, Ricardo Fenati e Felipe Rech por compartilharem um trabalho sério e comprometido por uma educação de qualidade.

Aos meus amigos e amigas do Ações Afirmativas na UFMG e do Observatório da Juventude pelo aprendizado diário e por acreditar, assim como eu, que um mundo mais igualitário é possível.

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender, a partir de experiências sociais e trajetórias acadêmicas, as percepções de pesquisadoras e pesquisadores classificados como brancos sobre ser branco no Brasil e no campo da produção de conhecimento sobre relações raciais. Para a realização do trabalho buscamos destacar como a branquitude, juntamente com a mestiçagem e o ideal de branqueamento, faz parte de um discurso pouco explícito que viabilizou a construção de uma identidade nacional. Acreditamos que a reflexão atual sobre a branquitude não pode prescindir de uma discussão global sobre as relações raciais que articula o processo de dominação colonial e a construção da perspectiva eurocêntrica de mundo. Interessamos também compreender como essas relações de poder baseadas na raça são refletidas em espaços de produção do conhecimento acadêmico. A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de entrevistas com intelectuais classificados e/ou autodeclarados como brancos que atuam no campo das relações raciais no Brasil. Esses sujeitos foram indicados pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs). As análises giraram em torno da diversidade de possibilidades da construção das identidades raciais, bem como das aproximações e distanciamentos entre classificação racial e identidade. A mestiçagem e o branqueamento se apresentaram como elementos chave para a compreensão das articulações da branquitude no Brasil. A especificidade do grupo pesquisado trouxe à tona uma importante reflexão sobre a racialidade presente no universo acadêmico.

Palavras-chave: Relações raciais, Branquitude, Mestiçagem, Universidade, Colonialidade do Saber

ABSTRACT

The goal of this thesis is to understand, from social experiences and academic trajectories, the perceptions of researchers classified as whites about being white in Brazil and in the field of knowledge production about race relations. To carry out the work we highlight how whiteness, along with miscegenation and the ideal bleaching, is part of a little explicit discourse which enabled the construction of a national identity. We believe that the current reflection on whiteness cannot do without a global discussion on race relations that articulates the process of colonial domination and the construction of the eurocentric worldview. Also interested in understanding how these power relations based on race are reflected in spaces of production of academic knowledge. The field research was developed through interviews with classified and / or self-identified as white intellectuals working in the field of race relations in Brazil. These individuals were nominated by the Centers for Afro-Brazilian Studies (NEABs). The analysis centered on the diversity of possibilities of construction of racial identities, as well as the similarities and differences between racial classification and identity. Miscegenation and bleaching are presented as key elements for understanding the articulations of whiteness in Brazil. The specificity of the studied group brought up an important reflection on the existing raciality in academia.

Keywords: Race Relations, Whiteness, Miscegenation, University, Coloniality of Knowledge

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPUH – Associação Nacional de História
CONNEAB – Consórcio de NEABs
COPENE – Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as)
ENCE – Escola Nacional de Ciência Estatística
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEPRE – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações raciais e Educação
ONG – Organização Não Governamental
PENESB – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira
PUC - SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	Organização dos capítulos	15
2	RAÇA, MISCIGENAÇÃO E BRANQUITUDE COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA	18
2.1	A construção da identidade nacional: raça e branquitude no Brasil.....	19
2.2	Os significados de ser branco no contexto brasileiro.....	29
2.3	Branquitude, mestiçagem e branqueamento	32
3	BRANQUITUDE, COLONIALISMO E PODER: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO.....	38
3.1	O branco nos estudos sobre raça em contextos internacionais	44
3.2	A colonialidade do saber.....	47
3.3	A produção do conhecimento acadêmico e a universidade	57
4	PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	
4.1	A construção do objeto de pesquisa	62
4.2	As entrevistas	64
4.3	A relação pesquisador/ entrevistados.....	67
5	OS SUJEITOS DA PESQUISA – PARTE 1.....	70
5.1	Identidade e classificação racial: fluidas fronteiras – Prof. Paulo	70
5.1.1	<i>Primeiros contatos: da possibilidade de conceder a entrevista</i>	<i>70</i>
5.1.2	<i>Construções entre o pardo e o branco: a vivência de um não lugar</i>	<i>78</i>
5.1.3	<i>A academia e a questão racial.....</i>	<i>84</i>
5.2	O ser branco enquanto uma heteroclassificação – Prof. Marcelo.....	87
5.2.1	<i>A possibilidade da construção de uma identidade branca</i>	<i>87</i>
5.2.2	<i>Do entendimento da questão racial no Brasil à ação política.....</i>	<i>92</i>
5.2.3	<i>Conhecimento e a questão racial</i>	<i>98</i>

6	OS SUJEITOS DA PESQUISA – PARTE 2.....	102
6.1	O questionamento das identidades raciais no contexto brasileiro – Profa. Yvonne.....	102
6.1.1	<i>Da (im)possibilidade da construção de uma identidade racial.....</i>	<i>102</i>
6.1.2	<i>A questão racial no Brasil e as “Divisões Perigosas”.....</i>	<i>108</i>
6.1.3	<i>As relações raciais como tema de pesquisa das Ciências Sociais.....</i>	<i>115</i>
6.2	A identidade branca como produto das relações raciais no Brasil – Profa. Moema	119
6.2.1	<i>Da possibilidade da construção de uma identidade branca vinculada a luta anti-racista.....</i>	<i>119</i>
6.2.2	<i>A luta anti-racista via produção acadêmica.....</i>	<i>123</i>
6.2.3	<i>O embate político-acadêmico e as questões raciais.....</i>	<i>127</i>
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
	APÊNDICES.....	146

1 INTRODUÇÃO

Estou comprometido com a ideia de uma política de localização [...] Todo conhecimento é formado pelo seu local de origem. É impossível escapar da maneira em que a formação da gente coloca uma espécie de estampa ou *template* no que nos interessa (HALL)

As indagações que motivaram essa pesquisa estão intrinsecamente conectadas com minhas experiências pessoais e acadêmicas. O questionamento sobre o lugar do branco na dinâmica das relações raciais no Brasil começou a se tornar um tema de pesquisa para mim à medida que minha própria identidade racial foi sendo construída.

A princípio, percebia no olhar de outras pessoas um certo estranhamento ao encontrar uma pesquisadora branca discutindo relações raciais. No entanto, o “privilégio” de ser socialmente identificada como branca não me deixava perceber as nuances das relações raciais no Brasil e a necessidade de um entendimento do lugar do branco neste processo. Talvez porque a branquitude, como sistema de privilégios, é algo que, implícita ou explicitamente, os brancos nem sequer enxergam (WILSON, 2005)

Assim como para Edith Piza, perceber esse quadro de intensa desigualdade racial, entendendo o conceito de branquitude como algo que viabiliza em certa medida a manutenção dessas hierarquias foi, também para mim, “bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente” (PIZA, 2002, p. 61),. Depois do susto inicial e da indignação ao perceber a crueldade dessas desigualdades é preciso agir, adotar um posicionamento crítico diante dessa invisibilidade.

Segundo Anna Wilson (2005), a identificação é a primeira etapa do processo de interrogar o privilégio de ser branco. Esse processo, na verdade, é longo e doloroso. Não é fácil descobrir traços do opressor em nós mesmos. Essa descoberta é ainda mais difícil quando acreditamos que nossa prática está voltada para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Desconfortável com sua própria branquitude, ainda incapaz de ser verdadeiramente qualquer coisa, o indivíduo pode buscar uma nova maneira, mais confortável, de ser branco. (BENTO, 2002, p. 44)

No campo acadêmico, os estudos desenvolvidos no mestrado em Educação na UFMG me possibilitaram pensar de forma mais sistematizada sobre os processos de construção de uma identidade e de uma percepção racial para além de uma perspectiva que considerasse apenas o lugar da negritude. Ao pesquisar os processos de construção da identidade racial de professores pretos e pardos da UFMG, me deparei com diversas possibilidades e construções identitárias com as quais era necessário pensar para além exclusivamente de uma identidade negra.

Essa constatação corrobora as análises que consideram que, ao longo da história brasileira, as relações raciais têm sido um tema de ampla complexidade, exatamente por envolver estruturas do imaginário social, de valores de nacionalidade, pertencimento de grupos e relações de poder.

O Brasil, como já aponta a literatura (HASENBALG; SILVA, 1992; GUIMARÃES, 1999; HENRIQUES, 2001; TELLES, 2003), se destaca pela sua intensa mestiçagem e heterogeneidade sociocultural que caminha lado a lado com uma profunda desigualdade social e racial. Esses estudos nos mostram que praticamente todos os índices sociais expõem a mesma realidade: brancos acumulam mais vantagens do que negros há décadas, seja em termos econômicos ou sociais.

Apesar da intensa miscigenação da população brasileira, o racismo, a discriminação e o preconceito racial persistem, uma vez que o fato de ser branco em nossa sociedade confere vantagens estruturais e privilégios, sejam eles concretos ou simbólicos, que moldam a experiência e a identidade das pessoas, suas visões de mundo, suas concepções e práticas políticas e os lugares que ocupam nas relações de poder (TELLES, 2003).

Nesse ponto é importante destacar os significados atribuídos ao conceito de raça no presente trabalho. Concordando com Telles (2003), entendemos que raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. No entanto, esse conceito é importante porque as pessoas continuam a classificar e tratar o outro segundo ideias socialmente aceitas. O uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas continua a ser imensamente importante nas interações sociológicas. Nesse sentido, biológica e cientificamente, raças não existem.

Embora concordemos com as conclusões sobre a inexistência biológica da raça, é inegável que o uso desse conceito, ressignificado sociológica e

politicamente, é justificado pela realidade social e política brasileira, apontando para a operacionalidade do mesmo como uma categoria social de dominação e exclusão. Isso significa dizer que, apesar de as raças não existirem biologicamente, essa inexistência não é suficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que as sustentam. É mesmo difícil aniquilar as representações e os imaginários coletivos que pairam sobre nossa sociedade no que diz respeito às raças dos indivíduos.

As raças são para a Sociologia, segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003), discursos sobre as origens de um grupo, os quais usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais e psicológicas.

Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social. (GUIMARÃES, 2003, p. 95)

O conceito de raça é eminentemente uma construção social e continua a ser importante na medida em que, como atributo social e historicamente elaborado, funciona como um dos critérios importantes na distribuição das hierarquias sociais. Trata-se, portanto, de uma forma de classificação social construída no contexto cultural, social, histórico e político brasileiro e afro-brasileiro.

É a categoria raça, entendida do ponto de vista sociológico, que nos ajuda a compreender e desvelar a complexidade do quadro de desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Nesse sentido, ela pode ser usada não só para falar dos processos de subalternização e hierarquização entre negros e brancos - construídos no contexto das relações raciais brasileiras - como, também, de maneira ressignificada política e sociologicamente, pelos próprios negros e pelos intelectuais que se dedicam ao estudo da temática racial.

Diante dessa discussão podemos afirmar que, sociologicamente, as raças existem. Mais que isto, elas orientam nossos relacionamentos. No Brasil, nos mais diversos espaços sociais, a raça se constrói em uma dimensão relacional e isso pode variar de acordo com o contexto. Podemos, inclusive, afirmar que a nação brasileira foi constituída com bases raciais.

No entanto, é interessante observar que, apesar de as relações entre negros e brancos no Brasil produzirem efeitos para os dois grupos, as questões relacionadas ao racismo e à discriminação racial, bem como os estudos que abordam essas temáticas, vêm sendo entendidos como questões apenas para os negros. Dessa forma, ou bem se nega a discriminação racial e se explicam as desigualdades em função de uma inferioridade da população negra, apoiada num imaginário no qual o negro é visto como feio, maléfico, incompetente ou simplesmente diferente, exótico, ou se reconhecem as desigualdades raciais, explicadas exclusivamente como herança do período escravocrata.

Vron Ware (2004) afirma a necessidade de manter as identidades raciais, brancas e negras, relacionadas entre si, analisando-as de acordo com as situações e contextos específicos em que o conceito de raça é colocado em jogo. Nesse sentido, as identidades são construídas a partir de um processo eminentemente relacional. Daí o entendimento de que as condições em que se dão as relações raciais devem ser pensadas não como “um problema dos negros”, mas como produto das relações entre negros e brancos.

Corroborando as análises da autora, entendemos que, ao estudarmos as relações raciais no Brasil, é de fundamental importância termos como foco as relações construídas entre negros e brancos nesse contexto. Evitar problematizar o lugar do branco nas relações raciais brasileiras é evitar discutir as diferentes dimensões de privilégios simbólicos e materiais que recaem sobre este segmento étnico-racial. Nessa perspectiva, o homem europeu, do sexo masculino, branco e heterossexual, é tomado como o modelo universal de humanidade.

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado. (BENTO, 2002, p. 26)

Com o intuito de compreender de forma mais ampliada as hierarquias raciais no Brasil, alguns autores (PIZA; 1998, 2002; BENTO, 2002; SOVIK, 2004; CARDOSO, 2008) têm lançado mão do conceito de branquitude, o qual, pensado em uma perspectiva relacional, nos possibilita problematizar as desigualdades raciais indo além do enfoque exclusivo sobre o segmento negro. O avanço encontra-se na possibilidade de pensar essas questões como resultado da forma tensa e não

harmoniosa em que se configuraram historicamente as relações entre negros e brancos no contexto brasileiro.

O interesse em analisar a branquitude no Brasil não é unicamente o de traçar o perfil de um segmento étnico-racial pouco problematizado nos estudos sobre relações raciais, mas principalmente o de entender a perpetuação dos valores que o definem e como os sujeitos se percebem neste contexto. Essa reflexão pode esclarecer as formas menos explícitas do racismo brasileiro, as maneiras de suavizar os contornos de categorias raciais enquanto se mantêm as hierarquias que inferiorizam os afrodescendentes.

Estudos recentes apontam saídas para superar a reprodução social dos privilégios advindos da branquitude, uma delas através da construção de políticas públicas em prol da igualdade racial, tais como as políticas de ação afirmativa em curso no país. Outra possibilidade é a realização de trabalhos pedagógicos e de sensibilização junto a públicos brancos e negros, sejam eles educadores, alunos ou formadores de opinião, que auxiliem na construção de sociabilidades menos racistas.

Assim, podemos afirmar que a branquitude não se restringe às relações entre as pessoas. Considerando-se os estudos sociológicos e os dados sobre desigualdades raciais já produzidos, podemos refletir que o campo do conhecimento não está isento dessas hierarquias, uma vez que está inserido na mesma sociedade que produz tais assimetrias.

Compreendendo que a incorporação de padrões da branquitude pode também ser percebida no campo da produção do conhecimento acadêmico, cabe perguntar de que maneira estas desigualdades são produzidas e reproduzidas no próprio processo de construção do conhecimento no universo acadêmico. A questão que se coloca é: como essas relações de poder se expressam na produção do conhecimento, principalmente pensando no estudo das relações raciais como um tema não hegemônico na própria produção científica?

Para Munanga (1988, p. 14), a produção científica, quando tomada como um estatuto de conhecimento superior aos outros saberes, abre precedentes para que alguns teóricos brasileiros que estudam as relações raciais identifiquem o negro como o “outro”, fundando nessa dicotomia uma espécie de axioma de onde se extrai que os estudos acadêmicos sobre relações raciais devem ter como ponto de partida a dicotomia negro-branco onde o negro é sempre objeto de estudo.

Nesse contexto, a inserção de pesquisadores e pesquisadoras oriundos de diferentes grupos sociais e étnico-raciais no campo da produção científica, com destaque para as áreas de ciências sociais e humanas, tem problematizado, entre outras questões, um padrão de branquitude normativa que atravessa a produção do conhecimento científico. Argumentamos que a própria presença desses sujeitos com sua corporeidade no espaço “da ciência” já traz indagações e tensões à forma como as relações raciais e as presenças negras e brancas estão organizadas e distribuídas no contexto da produção do conhecimento científico. Todavia, quando estes mesmos sujeitos se colocam como pesquisadores e pesquisadoras da temática étnico-racial, nos seus mais diversos recortes, a situação se torna mais complexa. Esses novos atores insurgem contra essa normatividade, entendida em contextos de poder, e acabam por tornar visíveis outras possibilidades de construção de conhecimento. (GOMES, 2010)

O estudo da relação entre branquitude, conhecimento e universo acadêmico poderá contribuir para as seguintes indagações: as hierarquias e assimetrias raciais existentes na sociedade se expressam no campo do conhecimento científico e, mais especificamente, nas ciências sociais e humanas? Nessa grande área, o que significa esta presença na produção teórica educacional ou que se propõe a analisar a educação? Há esforços de superação dessas hierarquias por aqueles que já compreenderam a imbricação entre raça e poder no campo acadêmico? A situação é explicitada? Se sim, de que forma?

Em um momento em que cada vez mais a sociedade é convocada a se posicionar sobre as questões que dizem respeito às relações raciais no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, quando o debate sobre Ações Afirmativas ganha relevância nacional, as questões que envolvem as construções identitárias ligadas ao pertencimento étnico-racial se avolumam. Em alguns momentos são explicitadas; em outros, são encobertas; ainda em outros, são tensionadas e negociadas. Levando-se em consideração a própria configuração do imaginário sociorracial brasileiro, podemos dizer que essa situação sempre foi constante na configuração histórica do nosso país, inclusive nas possibilidades de construção de uma identidade nacional. Contudo, destacamos aqui as novas configurações e a complexidade que a situação assume nos séculos XX e XXI e, principalmente, nos dez primeiros anos do presente século. É nesse contexto que, no Brasil, começam a

se desenvolver no plano teórico, de uma maneira mais sistematizada, as discussões em torno da construção da identidade dos brancos ou de uma identidade branca.

Sendo assim, é possível dizer que a compreensão sobre os processos de construção de uma identidade branca se coloca, pois a militância cultural e política negra e as estatísticas oficiais mostram que o Brasil não é apenas um país de mestiços, mas de pretos e pardos, de um lado, e de brancos, de outro. Cabe ressaltar que, assim como os negros, os brancos não são um bloco homogêneo. Há nuances e formas diversas de ser branco e de ver as pessoas autotclassificadas e/ou classificadas socialmente como brancas no Brasil.

Nessa perspectiva, é preciso considerar que as identidades raciais são construídas a partir de um complexo jogo de semelhanças e diferenças, de aproximações e distanciamentos, sempre levando em conta as diferentes maneiras com que as diversas formas de ser negro e branco são tratadas pela sociedade. (GOMES, 2002).

Ao destacarmos as tensões no campo de estudos sobre identidade racial e, de maneira mais ampla, sobre a questão racial no Brasil, não podemos desconsiderar que observamos, nos últimos anos, intelectuais negros e brancos se dedicando ao estudo dessas temáticas. Como já foi dito, diante do intenso debate sobre as Ações Afirmativas, esses pesquisadores ocupam espaços públicos e suas reflexões e produções ganham visibilidade. Estes são cada vez mais convocados pelos movimentos sociais e pela própria mídia a dizer sobre a questão racial no Brasil. Nesse contexto, é necessário e interessante refletir sobre as implicações entre as relações de poder envolvidas nesse processo e a construção das identidades dos sujeitos classificados ou autodeclarados brancos para entendermos como a branquitude opera no campo do conhecimento científico.

O que significa ser branco em um mundo de brancos? E ser considerado branco em um mundo de mestiços? Os sinais da normatividade branca e da suposta superioridade que ela carrega são perceptíveis para os sujeitos que se autotclassificam ou são classificados socialmente como brancos? Qual o grau de percepção que os pesquisadores e pesquisadoras classificados como brancos que trabalham com relações raciais têm sobre a própria racialização? Essas são algumas das indagações que nos interessam nesse trabalho.

A intenção aqui é contribuir para a problematização, aprofundamento e melhor compreensão das questões levantadas pelas experiências sociais e

trajetórias acadêmicas dos sujeitos classificados como brancos no contexto das relações raciais no Brasil e no campo da produção do conhecimento. A presente pesquisa ainda carrega mais uma especificidade: entrevistar, ouvir e conhecer as trajetórias pessoais e acadêmicas de pesquisadores e pesquisadoras classificados como brancos e que se dedicam a produção de conhecimento sobre relações raciais no Brasil.

1.1 Organização dos capítulos

Acreditando na necessidade de uma perspectiva relacional ao estudarmos as relações raciais no Brasil, esse estudo tem como principal objetivo compreender, a partir de experiências sociais e trajetórias acadêmicas, as percepções de pesquisadoras e pesquisadores classificados socialmente como brancos sobre ser branco no Brasil e no campo da produção de conhecimento sobre relações raciais. Sem a pretensão de esgotar o referido tema, mas buscando contribuir para o avanço do debate, pretendemos, através da análise dos depoimentos desses sujeitos, apoiar a ampliação e aprofundamento da discussão sobre o lugar do branco no contexto brasileiro, indagando as nuances, os dilemas e os conflitos oriundos da construção dos significados de ser branco dentre aqueles que optaram por trabalhar no campo das relações raciais brasileiras tendo o negro como principal sujeito e objeto de análise.

No segundo capítulo buscamos analisar como a branquitude, aliada à mestiçagem e ao ideal de branqueamento, faz parte de um discurso pouco explícito, e não por isso menos poderoso, que possibilitou a construção de uma identidade nacional.

No terceiro capítulo procuramos compreender as conexões entre a produção do conhecimento e as relações raciais no Brasil, com enfoque na construção da branquitude e em diálogo com parte da produção do conhecimento sobre pós-colonialismo. Além disso, focalizamos os estudos críticos da branquitude, buscando discutir as especificidades desses conceitos no contexto brasileiro.

O percurso metodológico e a análise das entrevistas são apresentados no Capítulo 4. Nessa parte do trabalho apresentamos também a vinculação ao tema a ser investigado e a construção do objeto de pesquisa. Explicitamos a construção do

percurso metodológico feita ao longo da investigação, bem como as relações estabelecidas entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa.

Nos capítulos 5 e 6 apresentamos a descrição dos sujeitos entrevistados, bem como a análise de seus depoimentos. A divisão das análises em dois capítulos seguiu a organização por gênero: primeiramente apresentamos os pesquisadores homens e, a seguir, as mulheres. A discussão específica das relações de gênero não foi o foco central da análise realizada. Contudo, não se pode negar, ao ler os depoimentos, que ser mulher e ser homem branco no contexto da branquitude brasileira possui especificidades que passam pelas questões de gênero. A compreensão dessa dimensão poderá ser tema para um futuro trabalho de pesquisa e até mesmo de um pós-doutoramento. Além da construção do perfil desses pesquisadores, as análises buscaram compreender as possibilidades de construção das de suas identidades raciais a partir das respectivas trajetórias pessoais e acadêmicas. Como veremos ao longo do texto, a análise dos depoimentos trouxe à tona identidades raciais construídas em contextos específicos. Em alguns momentos, estas são compreendidas como resultado de uma nomeação baseada na especificidade das relações raciais no Brasil; em outros, a identidade construída busca se afastar dessa heteroclassificação, muitas vezes entrando em conflito com a mesma. A especificidade do grupo escolhido, a saber, pesquisadores e pesquisadoras classificados ou autodeclarados brancos que atuam no campo das relações raciais, trouxe à tona uma reflexão interessante sobre a racialidade presente no universo acadêmico. Além disso, nos colocou um dilema metodológico: diante do caráter público da trajetória desses pesquisadores e pesquisadoras, seria impossível mantê-los no anonimato. A opção por revelar o nome verdadeiro desses sujeitos só foi possível com o consentimento de cada um deles, referendado através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que pode ser encontrando nos Apêndices desse trabalho.

Nas considerações finais apresentamos as reflexões mais gerais suscitadas pela pesquisa e buscamos caminhos e ponderações sobre o fechamento desse ciclo. Porém, não seria possível uma conclusão definitiva do complexo processo aqui analisado: além de se tratar de um fenômeno dinâmico, próprio das sociedades e, sobretudo, do Brasil, reconhecemos que, do ponto de vista acadêmico e da produção do conhecimento, a discussão teórica e política sobre branquitude ainda tem um longo caminho a percorrer.

2 RAÇA, MISCIGENAÇÃO E BRANQUITUDE COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça (Mariza Corrêa)

Um grande laboratório racial. É essa a imagem que a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993) nos apresenta do Brasil no século XIX. Nesse período, as ciências estavam engajadas em resolver uma questão crucial: como construir o futuro de uma nação marcada pela escravidão e que produzira um país de mestiços?

O cientista político e historiador José Murilo de Carvalho, ao estudar a construção da cidadania em nosso país, afirmou que, nesse mesmo período, o “Brasil era uma construção política, um ato de vontade movido antes pela mente que pelo coração” (CARVALHO, 2002, p. 77). A construção da identidade nacional brasileira foi um ato político e deliberado de nossas elites brancas que se deu através da articulação da mestiçagem e do ideal de branqueamento como um projeto de nação. A mestiçagem foi a argamassa ideológica que possibilitou o discurso de nacionalidade e a formação da nação brasileira, pois apenas a garantia de uma coexistência pacífica entre negros, brancos e índios possibilitaria a fundação do que chamamos hoje de povo brasileiro. Na verdade, a mestiçagem foi e ainda é uma problemática central para pensarmos o Brasil.

A mestiçagem como branqueamento não se restringiu a um projeto de nação no passado. Esses elementos são constantemente atualizados em nossas práticas cotidianas, influenciam nossos gostos e preferências e definem nossas construções do que é belo. Reafirmam, dessa maneira, a supremacia da branquitude.

Compreender a mestiçagem como um elemento constitutivo de nossa identidade e que foi, ao longo do tempo, positivado nas artes, na literatura e na política brasileira nos permite atentar para as sutilezas da continuidade de tal projeto para o Brasil e o quanto ainda estamos comprometidos com o ideal do branqueamento.

A mestiçagem surge como discurso, como uma retórica expressiva capaz de construir ilusoriamente uma mentalidade inclusiva. É apresentada como justificativa

para a negação do racismo e nos faz acreditar que, por sermos mestiços, somos imediatamente uma nação que conseguiu expurgar o racismo. No entanto, a complexidade de nossa identidade nacional está justamente no fato de reproduzirmos o racismo apesar de nossa miscigenação. Reforçamos, assim, os elementos da branquitude que sustentam a hegemonia e os privilégios dos brancos.

A falta de reflexão sobre as ações e o papel dos brancos na construção das desigualdades raciais no Brasil é um mecanismo que persistentemente reitera a manutenção das hierarquias raciais como um problema exclusivamente dos negros. Maria Aparecida Bento (2002) afirma que até mesmo sujeitos brancos com ações mais progressistas e que se envolvem no combate às desigualdades e às opressões têm, muitas vezes, silenciado a participação de seu grupo racial na produção e reprodução do racismo no Brasil.

A autora afirma que é importante entender o conceito de branquitude para compreendermos a construção de uma ideia de nacionalidade brasileira.

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vêm acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2002, p. 30)

A utilidade de se levar em conta a branquitude no contexto brasileiro é a possibilidade de uma releitura das relações políticas e culturais e sua dimensão racial, deslocando o foco do “problema do negro” para uma perspectiva relacional.

Nesse capítulo buscaremos analisar como a branquitude, a mestiçagem e o ideal de branqueamento fazem parte de um discurso pouco explícito, mas não por isso menos poderoso, que possibilitou a construção de uma identidade nacional.

2.1 A construção da identidade nacional: raça e branquitude no Brasil

Nas décadas finais do século XIX, o Brasil se apresentava como um país em processo de mudança. A monarquia e a escravidão, instituições sobre as quais a sociedade brasileira e o Estado até então se assentavam, eram apontadas como empecilhos para a modernização da nação. Temas como a República, a abolição da

escravatura e a transição para o trabalho assalariado eram recorrentes entre as elites e os intelectuais que pensavam um projeto de modernização para o Brasil.

Aquele era um “tempo de transição”. Segundo Célia Marinho Azevedo (1987, p. 60), era a passagem de um Brasil colonial para um novo Brasil, fundado a partir das ideias de ordem e progresso e da construção de uma identidade nacional. Pensar a construção do “povo brasileiro” nesse contexto era tarefa árdua diante das dimensões continentais do país e da heterogeneidade racial da população. Tendo como referência de progresso o modelo de civilização europeia, as elites brancas intelectuais buscavam construir um imaginário que pudesse conferir identidade ao nacional.

Para Márcia Naxara (1991, p. 183), o período de transição do século XIX para o século XX surge como um momento propício para a construção desse imaginário, uma vez que, em contextos internacionais, a busca pelo progresso dava origem a sistemas classificatórios que diferenciavam os povos entre bárbaros e civilizados.

As questões que se colocavam para o pensamento brasileiro, a saber, o progresso, a ciência, a identidade, a nação, dialogavam com outro elemento importante: a raça. A imagem dessa nação híbrida e mestiça - e, portanto, degenerada - construída por viajantes e naturalistas em seus relatos era acolhida e difundida por grande parte da intelectualidade brasileira (SCHWARCZ, 1993, p. 137).

Nesse momento, a representação do Brasil passava pela ideia de que a miscigenação havia degenerado a raça brasileira e dera origem a um povo vadio, fraco, doente, incapaz de se constituir como nação. O que se colocava, então, para os intelectuais brasileiros da época era um impasse: como conciliar a presença de uma população majoritariamente mestiça e negra nesse processo de construção de uma identidade nacional pensada a partir das elites brancas?

Para a maioria dos autores, a saída foi enaltecer a figura do branco, muitas vezes construída de maneira idealizada. Negros e mestiços foram considerados como inferiores, um verdadeiro obstáculo à construção da identidade nacional devido à sua irracionalidade. Representavam, dessa maneira, um retrocesso no caminho rumo à modernização da nação.

Esses autores eram homens de seu tempo, que, elegendo a raça como elemento fundante da ideia de nacionalidade, percorreram um caminho ambíguo,

pois, ao mesmo tempo em que definiam o povo brasileiro como seu objeto de estudo, estavam se definindo enquanto categoria social (CORRÊA, 1998, p. 41).

Essa visão negativa da população negra foi forjada por uma geração de intelectuais de 1870 e essas representações, construídas ideologicamente, ganharam status de “verdade científica”, cristalizando-se no imaginário coletivo brasileiro e sendo internalizadas pelo próprio povo (NAXARA, 1991).

O que observamos nesse momento foram intensos debates sobre a cultura nacional, os quais objetivavam estabelecer parâmetros para se pensar o futuro do Brasil enquanto nação. É nesse contexto que se insere a obra do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Filho do Coronel Francisco Solano Rodrigues, proprietário de terras, e de Luiza Rosa Nina Rodrigues, descendente de uma família de judeus que chegara ao Maranhão fugindo de perseguições político-religiosas na Europa, matriculou-se na faculdade de Medicina da Bahia em 1882 e em 1885 se transferiu para o Rio de Janeiro, onde formou-se médico (CORRÊA, 1998, p. 319).

Assim como outros intelectuais de seu tempo, Nina Rodrigues absorveu ideias estrangeiras sobre o racismo científico, buscando adaptá-las para a realidade brasileira. Manteve contato com a Escola Criminalista Italiana e com a Escola de Medicina Legal Francesa, assumindo muitas das concepções biológico-essencialistas a respeito de raça de seus colegas europeus.

A partir da perspectiva de raça enquanto um construto biológico, o autor acreditava que era necessário distinguir com rigor raças puras primitivas de raças cruzadas, considerando a existência de três raças primitivas: a raça branca, a raça negra e a raça vermelha. Acreditava, ainda, que nenhuma raça cruzada (ou mestiça) poderia figurar entre essas, pois estariam em transição, sob o risco inclusive de desaparecer (RODRIGUES, 1890).

Em 1890, na obra *Os Mestiços Brasileiros*, Nina Rodrigues classificou as raças que constituíam o povo brasileiro: a raça branca seria composta pelos europeus e seus descendentes que não fossem miscigenados - nessa categoria poderiam ser incluídos também os mestiços que, após certo número de cruzamentos com a raça branca, voltariam a ela; a raça negra era representada por africanos escravizados e trazidos pelo tráfico e seus descendentes sem mistura, além de mestiços que voltavam à raça negra. Em 1894, na obra *As Raças Humanas e a*

Responsabilidade Penal do Brasil, o autor propõe uma atualização desse sistema classificatório para incluir a raça vermelha, que descreve como os indígenas.

Após descrever essas três raças que chamava primitivas, o autor buscou delimitar o grupo que identificou como mestiços, admitindo as diferenças morfológicas internas do grupo. Os mamelucos ou caboclos seriam a mistura do índio com o branco, tendo os mamelucos uma maior proximidade com a raça branca. O produto da mistura do índio com o negro seriam os cafuzos ou curibocas. Já os pardos seriam a mistura das três raças, com predominância de mulatos com os índios.

Como resultado do cruzamento de brancos e negros, os mulatos poderiam ser classificados em três subgrupos: os mulatos de primeiro sangue, os mulatos claros e os mulatos escuros (RODRIGUES, 1933). Interessante observar como Nina Rodrigues identificava a possibilidade de o grupo dos mulatos ser classificado tanto como negros (mulatos escuros) quanto como brancos (mulatos claros). Mais do que isso, o autor mostrava-se preocupado com o crescimento do grupo dos mulatos claros, que poderia significar a diluição da raça branca, sendo assim uma ameaça à pureza da raça.

Para o autor, a questão racial no Brasil poderia se tornar rapidamente um problema, pois a vantagem numérica de negros e mestiços em algumas regiões do país seria um risco caso essa população tomasse consciência de sua situação, ameaçando a dominação branca.

A inferioridade racial de negros e mestiços em relação aos brancos era algo inquestionável para Nina Rodrigues. A mestiçagem, por sua vez, era um retrocesso e deveria ser evitada, pois, além de significar uma degenerescência, representava uma ameaça à supremacia branca, ou seja, aos elementos distintivos que caracterizavam a branquitude.

Conectado com o pensamento de sua época, o autor afirmava que, para a formação de uma verdadeira nação, era necessário contar com certa homogeneidade da população. Para ele, a miscigenação entre raças de patamares evolutivos distintos produziria, inevitavelmente, indivíduos híbridos e, conseqüentemente, degenerados. Em *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal do Brasil*, afirmava que se a nação pretendia sustentar as raças negra e mestiça como inferiores e mais propícias à violência do que a raça branca, deveria haver também responsabilidades penais distintas para esses grupos.

No contexto do debate proposto por Nina Rodrigues havia um impasse: como construir uma identidade nacional a partir de uma concepção que salientava as diferenças da população? O impasse se mantinha e o elemento raça continuaria a ser um tema importante para a construção da identidade nacional na primeira metade do século XX.

Uma vez que a mestiçagem não era vista positivamente pelas teorias racialistas dos finais do século XIX, os intelectuais que pensavam o Brasil no início do século XX se viram com a difícil tarefa de adaptar tais teorias para refletir a realidade de um país que já era miscigenado. A solução para esse impasse foi a valorização da miscigenação.

A mestiçagem passa a ser, então, a solução possível, uma vez que por meio dela se daria o branqueamento da população brasileira. É interessante pensar nesse momento como uma transformação da mestiçagem em uma ideologia de Estado que irá basear a construção nacional. Essa mudança na visão de mundo reinventa o país na medida em que constrói a possibilidade da convivência harmoniosa entre os diferentes grupos raciais existentes no Brasil.

A ideologia da mestiçagem no sociólogo Gilberto de Mello Freyre, nascido em 1900 na cidade de Recife, Pernambuco, sua principal expressão intelectual. Filho do professor e juiz de direito Alfredo Freyre e de Francisca de Mello Freyre, aos 18 anos mudou-se para os Estados Unidos da América para estudar. Concluiu seu bacharelado na Universidade de Baylor em Artes Liberais, com especialização em Ciências Políticas e Sociais. Na Universidade de Columbia, desenvolveu seus estudos de mestrado e doutorado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, retornando ao Brasil no ano de 1923.

Freyre foi um dos mais influentes teóricos no campo da sociologia do século XX. Contrariando as teorias racialistas de finais do século XIX, em seu primeiro e mais conhecido livro, *Casa-grande e Senzala*, publicado em 1933, o autor afirma que o determinismo racial não influencia o desenvolvimento de uma nação.

Na obra, a colonização portuguesa no Brasil é descrita como suave, aberta e tolerante, o que resultou na mestiçagem racial. Diferentemente do que ocorreu nos países de colonização inglesa e francesa, o Brasil, segundo o autor, seria o exemplo de um exitoso processo de formação nacional apoiado na constituição de uma cultura mestiça que se assenta na valorização da mistura como o jeito de ser brasileiro (FREYRE, 2001).

Criou-se a concepção de que o país era constituído pela mistura de três raças (lusitana, africana e autóctone indígena) em uma fórmula criada pelos portugueses, a qual absorvia especificidades, mitigava diferenças e criava uma harmonia cultural e racial. Essa unidade na diversidade transformou-se na crença de que o Brasil era uma nação sem divisões, uma verdadeira democracia racial.

Para Jacques D'Adesky (2001), a construção ideológica dessa democracia racial pode ser classificada como uma forma de racismo, pois celebrar a miscigenação significa, em alguma medida, enaltecer o embranquecimento da população brasileira.

Neste contexto, podemos afirmar que a construção do mito de um povo mestiço, associada à ideologia da superioridade branca, possibilita o não questionamento da identidade racial dos brancos, reiterando, através da invisibilidade, os privilégios associados à branquitude.

A ideia de raça é, nesse momento, desqualificada como instrumento de discursos públicos, apesar de continuar orientando a ação dos indivíduos e as hierarquizações estabelecidas entre os diferentes grupos raciais. Essas são as bases do mito da democracia racial, componente indispensável da ideologia da mestiçagem e elemento fundamental da supremacia branca. Temos então a culturalização do racismo como forma de dominação branca.

Interessante observar que a construção da ideia dessa brasilidade mestiça, monocultural em sua hibridização, é o que possibilitava distinguir o Brasil do restante do mundo. A capacidade de assimilação do que é significativo e importante em outros povos projetou a cultura brasileira como uma alternativa às ideologias que embasaram o genocídio que os diferentes povos enfrentaram durante a Segunda Guerra Mundial.

No início da década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. O Projeto UNESCO, como ficou conhecido, tinha como objetivo analisar as razões da existência de relações harmoniosas entre as raças neste país (MAIO, 1999).

A ideologia da democracia racial já vinha sendo contestada pelos movimentos sociais. No âmbito acadêmico, essa crítica se torna mais contundente a partir do amplo inventário produzido pelo Projeto UNESCO, que evidenciou uma forte correlação entre status socioeconômico e raça no Brasil. Nesse contexto, podemos

destacar o papel fundamental do sociólogo Florestan Fernandes ao criticar a existência de uma democracia racial no país.

Florestan Fernandes nasceu em 1920, na cidade de São Paulo. Filho de uma migrante portuguesa, não conheceu o pai. Sua mãe trabalhava como empregada doméstica e desde muito cedo Florestan começou a trabalhar para ajudar nas despesas. Seu ingresso precoce no mercado de trabalho o fez abandonar os estudos no terceiro ano do primeiro grau. Retomou mais tarde seus estudos e aos dezoito anos de idade ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, graduando-se em ciências sociais em 1945. Nesse mesmo ano iniciou sua carreira docente como assistente do professor Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia da USP (FREITAG, 1987).

Fernandes e outros autores da escola paulista de sociologia fomentaram a construção de um novo consenso que divergia radicalmente da proposição de Gilberto Freyre. Criticavam profundamente a ideia de harmonia racial no Brasil como fruto de uma escravidão suave no período colonial. Na verdade, argumentavam que sustentar a ideia de uma igualdade entre as raças, mesmo que como um mito, colaborava para o fortalecimento do racismo em nossa sociedade.

Em um de seus mais importantes trabalhos, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicado em 1965, o autor revela uma sociedade profundamente desigual no que diz respeito à raça. Ao tratar da revolução burguesa como um fenômeno estrutural, buscou contextualizar a situação do trabalhador negro, iniciando um processo de desmonte da ideologia da democracia racial brasileira, nomeando-a como um mito.

Maria Aparecida Bento (2002) chama a atenção para a importância desses estudos para compreendermos algumas dimensões da branquitude no Brasil. A autora destaca a violência da escravidão e busca compreender os efeitos dessa violência para a população negra, afirmando, inclusive, que a escravidão havia provocado uma espécie de “deformação” nos negros, impedindo-os de competir em condições de igualdade quando da universalização do trabalho livre. Interessante que, ao analisar essa realidade, Fernandes não considere as consequências que a escravidão teve sobre a construção identitária dos brancos no Brasil. Mais do que isso, como nos lembra Bento, “a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética” (BENTO, 2002, p. 49).

Outro ponto que chama atenção na obra é a responsabilidade imputada aos negros em superar as barreiras impostas pela discriminação racial. Para o autor, a omissão dos brancos seria um elemento que contribui para a perpetuação do racismo. No entanto, Maria Aparecida Bento (2002) afirma que, ao destacar o papel dos brancos nesse processo, “não podemos chamar de omissão o papel da elite branca de virar as costas ao negro, tendo em vista que ela virou as costas sim, mas sem deixar de carregar consigo toda a riqueza produzida em quase quatro séculos de trabalho escravo” (BENTO, 2002, p.49).

Ao definir a sociedade de classes como um mundo branco, Fernandes considera as tentativas de ascensão social e integração da população negra como reflexos de seu desejo de branquear. Temos aí a legitimação do branqueamento como um problema dos negros, sem a necessidade de abordar o branco brasileiro nesse contexto. No entanto, não podemos desconsiderar que também a elite branca brasileira busca encontrar-se em sua descendência europeia, tornando o branqueamento uma questão que atinge brancos e negros no Brasil.

Permanece uma questão de fundo a dificuldade dos brancos brasileiros de olhar para o seu próprio grupo racial. Um importante intelectual negro dessa mesma época, o sociólogo Guerreiro Ramos, já analisava o fascínio de cientistas brancos pelo “problema do negro brasileiro”, considerando-o enquanto uma “patologia do branco no Brasil”. Afirmava que a patologia consiste no “branco”, que não é branco segundo critérios europeus, afirmar-se por duas vias: lembrando ansiosamente seus antepassados europeus e estudando o negro, ao lado de quem sua brancura é ressaltada.

[...] o que se tem chamado no Brasil de “problema do negro” é reflexo da patologia social do “branco” brasileiro, de sua dependência psicológica. Foi uma minoria de “brancos” letrados que criou esse “problema”, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas. (RAMOS, 1957, p. 191)

Conhecendo a trajetória de Alberto Guerreiro Ramos (1915 –1982), podemos compreender com mais profundidade sua produção intelectual. O sociólogo nasceu em Santo Amaro da Purificação, no estado da Bahia, filho de Vítor Juvenal Ramos e de Romana Guerreiro Ramos. Já em Salvador, paralelamente à sua educação formal, contou com acompanhamento de um padre de origem alemã que foi uma espécie de preceptor em sua juventude (AZEVEDO, 2008).

Apesar de sua origem humilde, fez parte de uma elite, de uma geração intelectual baiana. Em 1939 mudou-se para o Rio de Janeiro e em 1942 formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. No ano seguinte, concluiu seu curso de Direito, iniciado em Salvador, pela Faculdade do Rio de Janeiro. Na primeira metade da década de 1950, assumiu o cargo de diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no Rio de Janeiro.

Guerreiro convive com um contexto acadêmico em que os estudos sobre as relações raciais já estavam consolidados e eram realizados, em sua grande maioria, por pesquisadores brancos. As reflexões do autor sobre a importância de uma assimilação crítica das teorias, sobre o papel político da sociologia e seus questionamentos sobre os estudos realizados sobre a população negra brasileira lhe garantem uma importância singular no âmbito acadêmico. No entanto, Guerreiro Ramos parece ter sido marginalizado, excluído do rol dos renomados cientistas sociais brasileiros. (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2007)

No contexto dos anos de 1950, travou debates acalorados com seus pares, explicitando desencontros teóricos e políticos principalmente com Florestan Fernandes, expoente na constituição do campo da sociologia acadêmica na Universidade de São Paulo.

A polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos na segunda metade da década de 1950 versava principalmente sobre os rumos da sociologia brasileira e sobre o desenvolvimento do sistema político em nosso país. Na verdade, os embates travados entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos tinham como pano de fundo uma disputa mais ampla, a oposição entre o ISEB e a escola paulista de sociologia da USP. Podemos, então, caracterizá-la como uma disputa pela hegemonia das ciências sociais no Brasil (MALTA; KRONENBERGER, 2009).

Como intelectual de seu tempo, Ramos procurava elaborar uma explicação da sociedade brasileira e de suas transformações e a questão racial era um elemento que vinha despertando o interesse de intelectuais brasileiros pelo menos desde a segunda metade do século XIX.

Nessa perspectiva, o autor procurou elaborar uma sociologia nacional que pudesse revelar as reais condições de vida dos negros brasileiros. Descreve como as questões relacionadas à população negra estavam sendo analisadas sobre as

bases de uma sociologia importada, destacando que essa perspectiva fomenta e cristaliza ainda mais o racismo em nossa sociedade.

A visão exótica da população negra construída a partir dos estudos anteriores à década de 1950 contribuiu para que os negros se tornassem tema a ser pesquisado pelos especialistas. Ao refletir sobre a questão do negro a partir de sua própria experiência vital, reafirmando sua identidade negra, Guerreiro Ramos propõe que uma sociologia autenticamente nacional poderia romper com essa perspectiva, analisando o “negro vida” e rompendo com uma visão eurocêntrica e homogeneizante da população negra no Brasil. (RAMOS, 1957, p. 128)

Para o autor, existem diferenças regionais e de classe que geram especificidades sobre a questão do negro no Brasil. Além disso, ele afirma que o padrão estético da população brasileira é branco. Assim, os negros assimilam os padrões da cultura branca dominante e os mestiços constroem suas identidades do ponto de vista branco, tendendo a camuflar as marcas da negritude que carregam em seus corpos.

O problema do negro só existe quando acreditamos que a sociedade deveria ser composta por brancos. Nessa perspectiva, a sociologia que tem como seu objeto de pesquisa os negros é, na verdade, uma expressão das marcas da branquitude. O negro é visto como problema porque o branco é a norma, o ideal a ser perseguido em nossa sociedade. Ramos aponta o caráter patológico da psicologia coletiva brasileira diante da adoção desse padrão estético branco em uma sociedade composta majoritariamente por negros e mestiços.

Ramos (1957) já ponderava que, para os sujeitos considerados brancos, uma origem norteamericana ou europeia é um trunfo dentro do sistema mundial de prestígio em um mundo pós-colonial. Assim, a civilização europeia parece ser uma espécie de modelo identitário para as elites nacionais.

Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações de estereótipos ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da branquitude ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. (RAMOS, 1957, p.175)

Não podemos deixar de reconhecer que, no contexto brasileiro, a mestiçagem traz, de fato, maior complexidade para entender as relações raciais e de poder. Ao

mesmo tempo em que mascara a bipolaridade racial estrutural da sociedade que tem raízes históricas no colonialismo e na escravidão, ela também se transformou em um componente constitutivo do imaginário racial e da diversidade cultural presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, cabe destacar que, juntamente com as hierarquias raciais que reforçam os lugares de poder em uma sociedade racializada, como é o caso do Brasil, existe a ideia e o sentimento de que “estamos todos juntos e misturados” e isso nos faz mais “democráticos” do que outros contextos culturais. Essa concepção nos faz crer que as distâncias e distinções raciais não existem.

2.2 Os significados de ser branco no contexto brasileiro

Apesar de percebermos a importância de considerar os elementos da supremacia branca para compreender melhor as relações raciais no Brasil, o conceito da branquitude emerge no campo de estudos das relações raciais no Brasil apenas recentemente.

Gilberto Freyre foi o primeiro autor brasileiro a utilizar o termo branquitude no sentido de identidade racial branca, em 1962, em analogia ao termo negritude, rejeitando, no entanto, a utilização dessas terminologias vinculadas à realidade brasileira na medida em que essa dualidade contrariava a mestiçagem característica de nosso país (CARDOSO, 2011, p.83).

Considerado como o precursor do estudo das branquitudes no Brasil, Guerreiro Ramos (1957) já pontuava a necessidade de se estudar os brancos para compreender a especificidade das relações raciais no país.

Mesmo considerando o pioneirismo de Ramos, a discussão especificamente sobre a identidade dos brancos no contexto das relações raciais brasileiras ressurgiu de forma mais sistemática nas produções acadêmicas, enfocando também os significados atribuídos aos brancos em nossa sociedade, a partir da década de 1990.

Edith Piza (1998), partindo de trabalhos sobre branquitude realizados por estudiosas norteamericanas (HELMS, 1990; TATUM, 1992; FRANKENBERG, 1997), pesquisou e descreveu as características próprias à identidade do branco brasileiro a partir do processo de produção de literatura juvenil de escritoras brancas. Segundo

a autora, no discurso dos brancos é evidente a invisibilidade, distância e silenciamento sobre a existência do outro. Para ela, o branco não vê, não sabe, não conhece, não convive. Assim, um dos significados de ser branco brasileiro parece ser a possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude. Nesse sentido, ser branco traz a possibilidade de não ter que pensar sobre seu pertencimento racial.

Nesse contexto, algumas questões se fazem importantes: como funciona a raça na imaginação e na prática das pessoas consideradas e/ou autotransclassificadas brancas? Como são construídas essas identidades brancas? Porque há uma intensa nomeação dos negros e uma aparente neutralidade da cor/raça para os brancos?

Parece haver uma fronteira invisível entre o muito que se sabe sobre o outro, o negro, e o pouco que se sabe sobre si mesmo. Ao mesmo tempo, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e o lugar do branco é o de sua individualidade (PIZA, 2002). Nesse sentido, questionar um poder simbólico, baseado em crenças de uma supremacia branca, em valores “neutros” e “transparentes” nos parece essencial para melhor compreendermos as relações raciais no Brasil.

Tendo como referência o negro para falar sobre branquitude, Maria Aparecida Bento (2002) nos apresenta alguns pontos interessantes para o debate na medida em que nos ajuda a pensar que existe, sim, uma identidade branca construída no contexto das relações sociais, a qual está associada aos lugares e contextos de poder ocupados historicamente e simbolicamente pelos negros (pretos e pardos) e brancos no Brasil.

Analisando as relações raciais no Brasil, Luciana Alves (2010) afirma que os valores associados aos brancos teriam como contexto de emergência as relações marcadas pela dominação colonial e as teorias raciais, atualizadas pelos sujeitos brancos, portadores legítimos desses valores positivos.

A autora afirma que a identidade racial branca não se constrói apenas em função da cor da pele, já que a branquitude, enquanto um conceito distinto, mas relacionado à branquitude, não se resume exclusivamente a suas dimensões corpóreas. Isso significa dizer que o próprio corpo não teria relevância social não fossem os significados que lhe dão moldagem. Assim, só a partir do entendimento de que a branquitude é também uma construção social é que seria possível torná-la visível.

Nessa perspectiva, entendemos que Jerry Dávila (2006) nos possibilita pensar sobre as articulações entre a brancura e suas dimensões corpóreas. Em seu trabalho o autor analisa a aplicação da eugenia nas políticas de expansão e reforma educacional do Rio de Janeiro entre os anos de 1917 e 1945. Como uma de suas conclusões, afirma que, em razão da cor da pele ou da origem étnica, os indivíduos tendiam a se encaixar em determinada categoria racial, mas essas categorias eram elásticas, dependendo muito da classe social dos indivíduos.

Na verdade, alguns indivíduos, talvez aqueles fenotipicamente mais próximos dos brancos, poderiam escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria de sua saúde, nível de educação e cultura, classe social. Inversamente, os brancos poderiam “degenerar” por meio da exposição à pobreza, vícios e doenças. Ou seja, em alguma medida, dinheiro, educação, *status* e outras formas de ascensão social aumentavam a brancura, como um sistema de privilégios vigente em nossa sociedade. (DÁVILA, 2006, p. 26)

Dessa maneira, a branquitude deve ser pesquisada para nos auxiliar na compreensão das construções baseadas no conceito de raça que teriam impactos tanto no imaginário e na vivência de negros quanto de brancos. Na verdade, “[...] branquitude e negritude são ideias, experiências vividas e práticas em processo de formação” (NUTTAL, 2004, p. 211).

No caso brasileiro, é interessante observar as ambiguidades no que diz respeito à branquitude. Os rituais de interação baseados na convivência harmônica e na criação de epistemologias comuns não foram construídas sem violência e crueldade. No entanto, essas relações ainda estão abertas ao exame crítico no Brasil (NUTTAL, 2004).

A experiência de ser objeto do olhar do outro, no contexto das relações raciais, parece ser algo novo para os brancos brasileiros. Esse novo movimento, na verdade, reflete a necessidade de atentarmos para os signos, os códigos e as estratégias que moldam as representações de uma branquitude que vem tentando ir além de uma situação, uma cultura e uma política que os próprios brancos construíram.

Como já foi dito anteriormente, não podemos desconsiderar que estudar a branquitude no Brasil necessariamente implica atentar para a miscigenação, para a ascendência africana alegada por pessoas consideradas fenotipicamente brancas e para as construções relativas à democracia racial. A branquitude brasileira, ao

contrário da norteamericana, abdicaria da ideia de pureza, sem, no entanto, deixar de requerer para si o status de superioridade. Será, então, que a branquitude brasileira não seria uma branquitude mestiça? Indo além, será que essa mestiçagem retiraria da população branca os elementos que caracterizam a sua suposta superioridade construída em relações assimétricas de poder?

O interessante aqui é compreender qual é a especificidade dessa “branquitude à brasileira”. Para tal, se faz necessária uma análise mais aprofundada de como essa categoria adquire sentido no contexto brasileiro.

2.3 Branquitude, mestiçagem e branqueamento

A literatura sociológica e antropológica aponta que a mestiçagem e a ideologia do branqueamento tiveram fortes implicações sociológicas no conceito de raça e, conseqüentemente, na maneira como se configuram as relações raciais no Brasil. Diante de uma realidade de miscigenação racial, como afirma Edward Telles (2003), tornou-se desnecessária a regulamentação de regras formais de classificação racial. Segundo o autor, como resultado, a classificação racial no Brasil tornou-se mais complexa, ambígua e mais fluida.

Nessa perspectiva, é preciso considerar que as identidades raciais são construídas a partir de um complexo jogo de semelhanças e diferenças, de aproximações e distanciamentos, sempre levando em conta as diferentes maneiras com que essa diversidade é tratada pela sociedade (GOMES, 2002).

O discurso hegemônico sobre relações raciais no Brasil tem duas particularidades que se destacam: o valor que se atribui a uma herança cultural de convivência inter-racial pacífica, a chamada democracia racial; e a afirmação da mestiçagem, presente em todas as famílias, como obstáculos biológico à polarização branco-negro e, portanto, às formas mais violentas do racismo. (SOVIK, 2004, p. 376)

Nosso país se destaca pela sua intensa mestiçagem, heterogeneidade sociocultural e pela profunda desigualdade social que caminha lado a lado com essa miscigenação. No entanto, para Kabengele Munanga (2006, p. 18), a cor não é uma questão biológica, mas uma das “categorias cognitivas herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível.” Nesse sentido, não é admissível basear-se na mestiçagem da população

brasileira para negar a constituição de identidades, pois, como pudemos observar, este é um processo social e historicamente localizado.

[...] confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológica, é cometer um erro epistemológico notável. (MUNANGA, 2006, p. 118)

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2001) afirma que a riqueza da produção acadêmica dos anos 1950-1960 sobre mestiçagem no Brasil produziu, entre outras coisas, alguns mal entendidos que adquiriram, com o tempo, o estatuto de ideologia racial brasileira. Entre eles, citamos:

[...] a ideia de que, no Brasil, não existem raças, mas cores; o consenso de que, no Brasil, era a aparência física e não a origem que determinava a cor de alguém; a falsa impressão de que, no Brasil, não se poderia discriminar alguém com base na sua raça ou cor, posto que não haveria critérios inequívocos de classificação de cor; a ideia de que os mulatos e negros mais claros e educados fossem sempre economicamente absorvidos, integrados cultural e socialmente e cooptados politicamente pelo *establishment* branco; o consenso de que a ordem hierárquica racial, ainda visível no país, fosse apenas um vestígio da ordem escravocrata em extinção. (GUIMARÃES, 2001, p.391)

A partir dessa discussão, podemos afirmar que a mestiçagem característica da sociedade brasileira não impede a classificação racial do grupo branco. Liv Sovik (2009, p. 50) pondera que os brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas. O discurso da mestiçagem permite que os brancos possam se dizer mestiços. No entanto, é na genética que somos mestiços, não na prática social.

Vamos supor que haja um consenso inicial em que ser branco significa ter feições europeias, pele clara e cabelo liso. Para além dessas características fenotípicas, ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si certa autoridade ou respeito automáticos, permitindo trânsito, eliminando barreiras.

Ser branco, neste país arco-íris, é uma espécie de aval, um sinal de que se tem dinheiro, mesmo quando não existem outros sinais, é andar com fiador imaginário a tiracolo [...] É entrar em condomínio fechado sem mostrar a carteira de identidade ou restaurante de luxo,

suado e malvestido. É não se sentir constrangido em estabelecimentos comerciais e, nisso, os brancos estrangeiros são acompanhados de brancos brasileiros. (SOVIK, 2009, p. 38)

A diferença comentada publicamente é exatamente a da mistura. A valorização do brasileiro mestiço permite que, sob certas condições econômicas e sociais, o papel social ideal associado a ser branco possa ser desempenhado por não brancos, enquanto as hierarquias se preservam.

A adoção do discurso da mestiçagem é uma antiga concessão, incorporada pelo senso comum, à presença maciça de não brancos em uma sociedade que valoriza a branquitude. Assim, o discurso da mestiçagem permite que o branco brasileiro também tenha “sangue negro”.

O brasileiro branco se constrange cada vez menos com a marca da miscigenação, com o “pé na cozinha” que “todos têm”, e reconhece até com certo orgulho a existência de uma avó negra, mas isso não necessariamente diminui o poder e o prestígio da branquitude, entendida da mesma forma em que Piza e Frankenberg a entendem: um lugar de fala confortável, privilegiado e inominado, de onde se tem a ilusão – poderia acrescentar-se – de observar sem ser observado. (SOVIK, 2004, p.368)

Outro elemento da construção da identidade branca brasileira analisado por Liv Sovik (2009) diz respeito à invisibilidade. Para a autora, a invisibilidade se torna um recurso corriqueiro de que se vale a elite branca brasileira para esconder a fonte que gera o poder nacional e para dominar o todo, sem distinção e aparentemente sem hierarquias.

Analisando as especificidades dessas narrativas “branco-acinzentadas” construídas em sociedades pós-coloniais, Steyn (2004) afirma que os conceitos de hibridez, sinergia e intersecção contrariam diretamente as ideias de uma branquitude cultural e racialmente pura. A proposta de pesquisar nesses contextos é descobrir as diferentes maneiras de continuar branco, porém de um modo diverso daquele modelo europeizado.

O que significa ser branco no contexto brasileiro? É certo que, ao falar de negros, a figura do branco está também presente. Porém, a questão é que esta presença parece se revelar apenas em relação ao negro, e não em relação à própria condição de branco. Isto significa que, entre brancos, a noção de racialidade parece não ser desenvolvida ou questionada. Nesse sentido, uma questão importante é a

forma como os processos psicossociais presentes nas relações de dominação afetaram a população de brancos brasileiros e como eles passaram a construir identidades de brancos nas quais a marca mais visível parece ser a neutralidade, ou até mesmo a indiferença, quanto à problemática racial, desvendando o modo social da invisibilidade do branco no país da mestiçagem.

A ideia é perguntar que novas perspectivas apareceriam, em uma releitura de elementos da tradição cultural brasileira, quando a branquitude – cujo prestígio se exerce silenciosamente no cotidiano – é colocada no centro do cenário junto com seu fiel escudeiro, a mestiçagem. (SOVIK, 2009, p. 15)

Compreender a branquitude no contexto brasileiro implica em uma releitura do conhecimento e de posicionamentos sobre relações raciais em que a negritude sempre foi o foco, fazendo estudos dos contextos, relações e conjunturas que definem as identidades raciais e os valores que as sustentam. Isso necessariamente implica em considerar as relações entre raça e classe social.

Como já mencionamos anteriormente, o caráter mestiço dos brasileiros não impede que parte da população se defina como branca, principalmente se tiverem alguns atributos relacionados à branquitude, ou seja, símbolos de ascensão social. Diante da fluidez da linha de cor no Brasil, Edith Piza e Fúlvvia Rosemberg (2002) afirmam que, em certo sentido, o dinheiro embranquece.

A partir dessa perspectiva, podemos então estabelecer uma relação entre classe social e classificação racial. Complexificando a questão, Luciana Alves (2010, p. 177) pondera que, diante da especificidade do modo de ser branco brasileiro, é preciso investigar de que maneira as distinções que ultrapassam a dimensão da classe social, tais como gênero e sexualidade e contextos regionais, interferem na forma como se constroem os significados de ser branco.

O interesse em analisar a branquitude no Brasil não é apenas de traçar o perfil de um grupo até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem. O estudo da branquitude pode lançar luz sobre as formas mais cordiais, menos explícitas do racismo brasileiro. Assim como Sovik (2009, p. 55), acredito que “faz parte da complexa tarefa de refletir sobre a branquitude no Brasil, identificar novos discursos, que vão além do da mestiçagem, que contestam as hierarquias internacionais”. Estaríamos diante de

uma branquitude à brasileira? Apenas a partir de estudos mais aprofundados poderíamos responder a tal questionamento.

Outros aspectos importantes para o estudo da branquitude dizem respeito às conexões possíveis entre ascensão social dos negros e branqueamento. Nas palavras de Iray Carone (2002, p. 17), a ideologia do branqueamento é “um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva”.

Nesse contexto, no Brasil, a supremacia branca, apesar de não considerada na política oficial, não deixou de se manifestar. Em vez de tentar segregar a população em bases raciais, foram feitos esforços para incentivar a miscigenação com o objetivo de “embranquecer” a população (WARE, 2004). Assim, o processo de construção da identidade brasileira, na perspectiva da elite, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento.

O branqueamento, nesse contexto, pode ser entendido como um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por esta como um problema do negro brasileiro. De acordo com Edith Piza (2002), os estudos sobre branqueamento explicitam as estratégias desenvolvidas por grupos da população negra para se adequarem às demandas racistas de embranquecimento da população brasileira.

Para Maria Aparecida Bento (2002, p. 52), “branqueamento e ascensão social aparecem como sinônimos.” Segundo a autora, quanto mais o negro ascende socialmente, mais ele incomoda. Na verdade, nesses momentos ele passa a ocupar um espaço socialmente destinado aos brancos, e isso, em algumas situações, causa estranhamento. Ainda de acordo com a autora, no contexto da branquitude são construídas imagens e ideias estereotipadas sobre os lugares passíveis de serem ocupados por pretos, pardos e brancos. Quanto menos “subalternizado” é o lugar, menor é a expectativa social de encontrarmos um negro (preto ou pardo) ocupando-o.

Esse é o caso da universidade, entendida como lugar privilegiado de construção do conhecimento científico. Sabemos o quanto a ciência, nos finais do século XIX e início do século XX, ajudou a inculcar e a divulgar pseudoteorias raciais que atestavam a suposta inferioridade racial de negros em relação a brancos. Embora tenham sido superadas no campo científico, o efeito simbólico de tais afirmações ainda opera no imaginário social brasileiro. A soma entre a naturalização

das desigualdades raciais hoje existentes - sem o devido debate e reflexão sobre as suas origens e formas de perpetuação - e o imaginário racista de subordinação racial amplamente divulgado por tais teorias ajudam a perpetuar representações negativas sobre negros (pretos e pardos) em nosso país. No conjunto dessas representações, entendemos que as relações entre raça, branquitude, poder e produção de conhecimento acadêmico precisam ser melhor compreendidas.

3 BRANQUITUDE, COLONIALISMO E PODER: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO

Racismo não é preconceito: racismo é preconceito mais poder. Senão forçarmos mudanças nas relações e posições de poder em nossa sociedade, estaremos reproduzindo o racismo que recebemos.

Manifesto dos Brancos da Univ. Federal do Rio Grande do Sul

Ao pensarmos as relações raciais no Brasil, o fato de que a branquitude está associada ao prestígio social, econômico e político reafirma a verdadeira divisão bipolar da sociedade entre negros e brancos que o discurso da mestiçagem insiste em mascarar. Essa realidade liga profundamente os modos de funcionamento do racismo no Brasil às hierarquias raciais de outras sociedades fundadas no colonialismo europeu.

Pretendemos, nesse capítulo, discutir as relações raciais em contextos coloniais de poder com enfoque em elementos da construção da branquitude na produção do conhecimento acadêmico. Nesse sentido, não podemos desconsiderar que a Narrativa Mestra da Branquitude, um conjunto de discursos forjados durante a expansão colonial europeia que defendia a superioridade branca em diferentes aspectos, marco regulador de sociedades em que a ideia de raça estrutura o pensamento, associou-se, no caso brasileiro, a uma narrativa local que se embasa na miscigenação para subsidiar as bases discursivas nas quais se apoiam as construções sobre ser branco no Brasil.

Contudo, a presença da branquitude como componente atuante na configuração das relações raciais no Brasil não se limita ao momento atual. Como percebemos no capítulo anterior, ela diz respeito a processos históricos mais longínquos. O objetivo nesse momento é discutir como a reflexão atual sobre a branquitude não pode prescindir de uma discussão global sobre as relações raciais que articule o processo de dominação colonial e a construção da perspectiva eurocêntrica de mundo. Buscaremos também compreender como essas relações de poder baseadas na raça são refletidas em espaços de produção do conhecimento acadêmico.

Diante da necessidade de compreendermos as conexões entre os significados da branquitude em um contexto pós-colonial mais amplo e os processos históricos vivenciados em realidades locais, Vron Ware (2004) nos propõe que, ao invés de entender os estudos sobre branquitude como uma ideia estrangeira, devemos pensar nas forças históricas e contemporâneas que sustentam as formações particulares desse sistema de privilégios no Brasil e quais seriam as estratégias antirracistas apropriadas para superá-las. A intenção seria problematizar os estudos sobre branquitude em discursos locais de poder, marginalização e exclusão, mas na articulação com conjunturas globais.

Analisando as relações raciais contemporâneas na África do Sul, Melissa Steyn (2004) afirma que existe uma tentativa de dar sentido ao que significa ser branco em novos contextos. Os brancos vêm reciclando aspectos da Narrativa Mestra da Branquitude, recorrendo a outros discursos a seu alcance, e alguns vêm tentando criar novas identidades. Levantar alguns temas e questões principais que perpassam as mudanças em andamento nas narrativas da branquitude seria, assim, uma necessidade emergente.

Essas ponderações reforçam a necessidade de um investimento nos estudos sobre a branquitude em outras conjunturas, possibilitando o diálogo direto com estudos já realizados e endossando o uso do conceito em outros contextos. Para Liv Sovik (2004), existe uma hierarquia internacional que estabelece os lugares diferenciados para os brancos nos diversos contextos locais. Assim, a branquitude dos brasileiros, como quer que se configure, é subsumida pelos brancos “verdadeiros” do Norte, que os suplantam por sua proximidade do centro de valores europeu. É exatamente por essa hierarquia internacional da branquitude que esta evoca os modelos norteamericanos de relações raciais. Daí a necessidade de estudarmos a branquitude no Brasil para chegarmos a uma compreensão mais plena das diversas maneiras de construção das relações raciais em nosso país e como se configura seu sistema de privilégios.

Apesar da importância de pensarmos as hierarquias raciais no Brasil levando em consideração o conceito de branquitude, grande parte dos estudos que tratam da temática não trazem à tona o lugar do branco, nem tampouco a interferência da branquitude como guardiã silenciosa de privilégios. Fala-se dos problemas do outro, o negro, em contraposição ao humano universal, que é o branco.

Lourenço Cardoso (2008) sustenta o argumento de que a branquitude, enquanto um tema de pesquisa sobre relações raciais no Brasil, é uma emergência. O autor constatou que o tema esteve ausente do universo das pesquisas durante o período de 1960 aos 2000, surgindo nesse início de século (2000-2007). Em sua pesquisa de mestrado, Cardoso encontrou nove trabalhos sobre branquitude no Brasil entre 1957 e 2004, sendo sete artigos publicados em livros, um artigo publicado em um periódico científico e uma tese de doutorado defendida na USP.

Tal situação nos remete às reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 28). Na perspectiva do autor, estamos diante de uma ausência que deve ser indagada. Será preciso produzir uma Sociologia das Ausências enquanto um procedimento epistemológico insurgente para tentar mostrar que o que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não-existente. Entender a ausência de uma discussão sobre o ser branco no contexto da produção teórica sobre relações raciais no Brasil poderá ser uma reflexão interessante. Para fazê-la avançar será necessário dar continuidade à reflexão de Boaventura de Sousa Santos, ou seja, produzir uma Sociologia das Emergências, trazendo à tona a discussão sobre essas realidades ocultadas de forma intencional. Em última instância, trata-se de questionar a suposta neutralidade da ciência, tornando explícito que toda investigação científica é contextualmente localizada e subjetivamente produzida.

Luciana Alves (2010) constatou situação semelhante. Mesmo utilizando diferentes traduções para o termo original em inglês (*whiteness*) como brancura ou branquitude, poucos foram os trabalhos brasileiros que incorporaram esse conceito como chave principal de análise. Segundo a autora, foram encontradas duas publicações completas em forma de livro e onze dissertações e teses, das quais apenas duas tomavam como tema central a branquitude. As demais traziam apenas considerações sobre o grupo branco de forma secundária em sua relação com o grupo negro. Podemos, inclusive, indagar se a branquitude, enquanto tema emergente das pesquisas sobre relações raciais no Brasil, possui ligação com o fortalecimento do movimento negro e sua articulação com o Estado e a academia (CARDOSO, 2008).

Considerando o conceito de branquitude, o primeiro desafio encontrado ao pensarmos a realidade brasileira foi a tradução para o português do termo *whiteness*, um conceito que abarca tanto a dimensão corpórea quanto discursiva e

simbólica do ser branco (ALVES, 2010, p. 171). No Brasil, pesquisadores e pesquisadoras adotam duas principais traduções para esse conceito: branquidade e branquitude.

A branquidade seria um lugar, um status ocupado pelas pessoas brancas e herdado de relações sociais e fundamentalmente raciais do passado. De acordo com Liv Sovik (2004), essa dimensão do conceito é importante na medida em que, sem levarmos em consideração as ramificações, reproduções e capacidade de transmutação discursiva assumidas pela branquidade, não há como entendermos as hierarquias raciais no Brasil.

No entanto, Edith Piza (2005) sugere que, ao adotarmos o termo branquitude, vislumbramos a possibilidade de pensar a identidade branca para além de uma perspectiva única e exclusivamente racista. Entendido dessa maneira, o conceito abarcaria a possibilidade de um movimento de questionamento da supremacia branca enquanto expressão de humanidade. A autora afirma que o conceito de branquitude, em oposição à branquidade (termo também ligado à negridade, no que se refere aos negros)¹, consideraria também o questionamento consciente do preconceito e da discriminação, o que pode levar a uma ação política anti-racista enquanto resultado de um movimento de reflexão a partir e para fora da própria experiência dos brancos.

A tarefa do anti-racismo seria, nesse contexto, expurgar da branquidade suas inclinações dominadoras, forjando, de alguma maneira, uma identidade branca que consiga questionar o racismo. Na verdade, utilizar o termo branquitude nos afastaria do perigo de uma definição estreita dos significados de ser branco e, no limite, dos modos como os próprios brancos se diferenciam internamente.

Branquitude seria o esforço de compreender os processos de constituição da branquidade para estabelecer uma ação consciente para fora do comportamento hegemônico e para o interior de uma postura política anti-racista e, a partir daí, uma ação que se expressa em discursos sobre as desigualdades e sobre os privilégios de ser branco, em espaços brancos e para brancos; e em ações de apoio à plena igualdade. (PIZA, 2005, s.p.)

¹ Negridade foi um termo utilizado pelo movimento negro das décadas de 20 e 30 que buscava a inserção do negro na sociedade através de sua própria negação e por um comportamento imposto pelos brancos. Opõe-se ao movimento negro contemporâneo, que reivindica as possibilidades de construção de identidades negras - negritudes – buscando referência em valores positivos existentes tanto nos indivíduos quanto na cultura, a partir de um ponto de vista negro e de combate à discriminação e ao racismo (PIZA, 2005, s.p.)

O esforço de construção de um modo de transpor e questionar o legado histórico da branquitude indica o compromisso com a necessidade de ampliar as possibilidades de construção de identidades brancas que reforcem uma prática anti-racista. Nesse sentido, Maria Aparecida Bento (2002) pondera que a construção de uma identidade branca não racista sinaliza uma nova possibilidade, reafirmando a esperança de que é possível ter aliados brancos na desconstrução de preconceitos e desigualdades raciais.

Com base nos estudos de Janet Helms (1990), a autora nos apresenta uma tipologia dos estágios de desenvolvimento de uma identidade racial branca que, no limite, poderiam sinalizar maneiras alternativas de ser branco, para além única e exclusivamente da lógica do “branco opressor”. (BENTO, 2002, p. 43)

Interessante pensar a forma como alguns autores problematizam a utilização desse conceito para analisar as relações raciais no Brasil. Luciana Alves (2010), ao fazer uma crítica ao conceito, afirma que, por seu caráter estrangeiro, utilizado em contextos mais polares, com linhas de cor mais bem definidas, ele não se aplicaria a realidade brasileira. Apesar da crítica da autora, acreditamos que os estudos sobre branquitude são fundamentais para compreendermos a complexidade das relações raciais em contextos distintos de colonização. A própria autora, mesmo considerando as ambiguidades inerentes ao sistema de classificação racial no Brasil, admite uma lógica embasada na dicotomia racial entre negros e brancos, distinção binária hierarquizada em que ao primeiro elemento se atrelam significações positivas, reafirma a necessidade de pensarmos os significados de ser branco no contexto brasileiro.

Para Liv Sovik (2004), focar a branquitude no Brasil não significa importar relações raciais de outros países, mas sim identificar um problema dentro de um contexto específico. Esse conceito, na verdade, traz à tona e nomeia o componente racial branco, completamente “neutralizado” nas relações raciais, tornando visível o que socialmente se faz questão de velar, isto é, que a desigualdade do ponto de vista das raças é polarizada entre brancos e negros. Como afirma Marvin Harris (1993), a branquitude é uma propriedade, a qual é continuamente sustentada pelo racismo estrutural de sociedades como a brasileira. Mais do que divisões ou lutas de classe, os privilégios advindos da branquitude têm como fundamento as representações racializadas em contextos de hierarquias de poder.

Ruth Frankenberg (1995) entende branquitude como um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. Também ressalta que é um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham para si mesmas, para os outros e para a sociedade. Finalmente, observa que esse conceito diz respeito a um conjunto de práticas culturais normalmente não-marcadas e não-nomeadas, mas nem por isso inexistentes. Podemos, então, caracterizar a branquitude como um lugar de privilégio racial, econômico e político no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade.

Adotamos nesse trabalho o conceito de branquitude compreendendo que o mesmo abarca interpretações diversas. Assim, a branquitude é entendida nessa pesquisa como um modo de comportamento social a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade tida como neutra, não nomeada, mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados. Observamos que a branquitude, enquanto lugar de poder, articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais etc.) que são, por excelência, conservadoras, reprodutoras, resistentes, e cria um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades. Ao mesmo tempo, concordando com as análises de Edith Piza (2005), entendemos que esse conceito nos possibilita incorporar um questionamento do lugar de privilégio associado à identidade branca.

Ao destacarmos as questões inerentes à branquitude, entendemos a importância de pensar as relações raciais destacando prioritariamente a relação entre os sujeitos, negros e brancos. Nesse sentido, não podemos nos esquecer de que os brancos também constroem uma identidade racial. Como essa identidade entra em cena nas histórias e trajetórias de pesquisadoras e pesquisadores considerados brancos que têm como principal objeto de pesquisa as relações raciais no Brasil? Como são construídas essas referências na construção de seu pertencimento étnico-racial? Essas são algumas indagações que os estudos críticos da branquitude talvez possam nos ajudar a compreender.

3.1 O branco nos estudos sobre raça em contextos internacionais

Os estudos sobre branquitude emergiram como tema de pesquisa nos Estados Unidos a partir da década de 1990, com o objetivo de transferir o olhar dos estudos sobre raça “das margens para o centro”, trazendo à tona os processos de construção da identidade racial branca (STEYN, 2004, p. 121). Esse deslocamento nos provoca a pensar o racismo como um fenômeno que considera as estruturas de poder e que envolve todas as pessoas: negros, brancos e outros grupos étnico-raciais. Relacionando raça com as diversas formas de dominação, para além de posturas individuais, percebemos a garantia e perpetuação de privilégios estruturais e simbólicos para o grupo dos brancos.

Autoras e autores brancos norte-americanos são comumente citados como os precursores desses estudos (DYER, 1998; ROEDINGER, 1990; HARRIS, 1993; ALLEN, 1994; FRANKENBERG, 1995). Alguns autores apontam também pesquisadores negros do início do século XX, como W. E. B. Du Bois, como importantes para a discussão da supremacia branca, um dos pontos fundamentais na conceituação de branquitude, sugerindo que a origem desses estudos seria muito mais antiga do que se supõe. Além disso, podemos considerar que a discussão sobre as relações raciais nos processos de construção das identidades necessariamente traz em seu bojo, mesmo que implicitamente, as dimensões do privilégio associado à identidade branca.

A despeito dessas disputas em torno da origem desses estudos, há pelo menos um ponto consensual: a branquitude é considerada como produto da dominação colonial europeia, estando diretamente relacionada à supremacia branca global, sendo impossível compreendê-la sem considerar as relações de poder que lhe deram origem. (FRANKENBERG, 1995; HARRIS, 1993; STEYN, 2004). Nesse sentido, a branquitude remete necessariamente ao contexto de expansão colonial europeia.

[Ela é] um constructo ideológico extremamente bem sucedido do projeto modernista de colonização [...] um constructo do poder: os brancos, como grupo privilegiado, tomam sua identidade como a norma e o padrão pelos quais os outros grupos são medidos. (STEYN, 2004, p. 115)

Para Melissa Steyn (2004), a branquitude é a posição social ocupada pelas pessoas de ascendência europeia, como consequência das ideologias raciais do colonialismo e do imperialismo europeus. Não é um ataque aos indivíduos brancos,

mas à branquitude enquanto posição de vantagem social, historicamente construída e ideologicamente adotada como natural, e também ao conhecimento e à visão que o indivíduo tem de si mesmo a partir dessa posição.

O grupo branco sempre esteve próximo dos pressupostos originais que impregnaram a narrativa colonial que passou a dominar explicações possíveis das diferenças entre Europa e os outros povos. Ao mesmo tempo, foi sendo construída nesses contextos coloniais a Narrativa Mestra da Branquitude. Portanto, ignorar os processos de construção da identidade branca seria reforçar sua hegemonia e seu sistema de privilégios, tornando-a naturalmente o padrão universal a ser seguido.

Entre esses privilégios, Marvin Harris (1993), estudando a sociedade norte-americana, aponta a associação entre branquitude e propriedade privada no que diz respeito ao direito de excluir. Nesse sentido, a branquitude funciona como privilégio racial sustentando a chamada supremacia branca, responsável pela dominação de outros grupos raciais.

Entendendo-a enquanto uma construção social, David Roedinger (1990) afirma que a atribuição da branquitude não decorre de uma condição natural ou estática. Em seu estudo sobre os trabalhadores brancos nos Estados Unidos da América, a branquitude representa um modo que eles usavam para reagir ao medo da dependência do trabalho assalariado e às exigências da disciplina capitalista do trabalho. Sua tese central consiste na ideia de que, apesar da baixa remuneração monetária, os trabalhadores brancos eram remunerados por um salário simbólico que implicava a consideração pública e seu tratamento pessoal preferencial por parte das principais instituições sociais e políticas.

Para Ruth Frankenberg (1995), além da vantagem estrutural e do privilégio racial enquanto pontos centrais para o estudo da branquitude, a identidade branca apresenta um conjunto de práticas culturais não-marcadas e não-nomeadas que são geralmente deslocadas para o campo social, o que resulta na sua invisibilização. Assim, brancos não seriam representantes de uma raça, construindo-se enquanto referência universal de humanidade, e o silêncio em torno da identidade branca, na verdade, reforça esse status de neutralidade. Ao tornar-se invisível, a branquitude tende a se apresentar como o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual tudo é medido e a forma com a qual os desvios são avaliados.

Ao estudar os judeus, irlandeses e latinos que em determinados contextos são vistos como não brancos, Theodore Allen (1994) reforça a constatação de que a

cada mudança de contexto sócio-histórico os significados da branquitude se modificam. Nesse sentido, os grupos que podem considerar-se pertencentes à categoria dos brancos têm que negociar sua inserção. Essa perspectiva reforça a tese de que as identidades raciais brancas são construções sociais, localizáveis em cada sociedade e contexto histórico, mas que, inevitavelmente, apresentam alguns traços comuns que dizem de um lugar de poder. Entendida dessa maneira, enquanto um sistema simbólico, um lugar de privilégio, significante da corporificação do privilégio, a branquitude foi construída a um custo enorme para a humanidade. No entanto, por ser uma construção social, ela pode ser questionada e reconstruída.

Devido aos estudos críticos da branquitude terem sua origem nos Estados Unidos da América, este país tornou-se o principal ponto de referência para quem trabalha essa temática em outras partes do mundo. No entanto, devemos ter cuidado para não criar a falsa impressão de que a dinâmica da supremacia branca que funciona ali está desconectada do resto do mundo.

Na verdade, a branquitude deve ser entendida como um sistema global interligado, com diferentes inflexões e implicações dependendo do contexto no qual é produzida. Entende-se, dessa forma, a importância dos estudos da branquitude para compreendermos suas origens e efeitos em contextos locais (WARE, 2004).

Para Melissa Steyn (2004)

A tendência a universalizar a experiência da branquitude a partir dos centros metropolitanos precisa ser interrogada. Precisamos examinar exemplos historicamente situados de *branquidades* posicionadas de maneiras diferentes, a fim de chegar a uma compreensão mais plena, mais complexa e matizada dos modos como funciona a branquitude. (STEYN, 2004, p. 117)

A branquitude opera em um contexto específico. No entanto, em sua invisibilidade, esteve e está em toda parte se constituindo enquanto um obstáculo para a população negra em seus esforços para atingir uma real igualdade de oportunidades, assim como também pode se constituir como um dificultador para as possibilidades de construção de uma identidade branca que busque romper com as práticas racistas. Nesse sentido, a incapacidade de reconhecer a branquitude permite que os indivíduos brancos ignorem o modo como a raça molda sua vida e como se acumulam os privilégios raciais.

Entendemos, dessa maneira, que a questão da branquitude precisa ser examinada de forma mais aprofundada em diferentes contextos locais. Essa afirmativa concorda com as críticas pós-coloniais que enfatizam a necessidade de uma compreensão dos contextos globais e históricos a fim de relativizar a posição historicamente central da Europa.

Vron Ware (2004, p. 18) afirma a necessidade de se sustentar uma dimensão internacional nos estudos que focalizam a identidade racial dominante e os modos através dos quais aqueles que são categorizados como brancos têm feito um trabalho consciente para se rebelar contra os privilégios advindos da branquitude.

A partir dessas ponderações, fica evidente que as definições globais e locais da branquitude estão interligadas. A fragmentação da narrativa colonial determinante do que significaria ser considerado “branco” lhe permite vincular a análise euro-americana da branquitude às especificidades encontradas nas discussões sobre relações raciais das diferentes sociedades pós-coloniais. Assim, entendemos a necessidade de que a branquitude seja particularizada e historicizada, a fim de perder sua sensação desestabilizadora de ser a norma universal.

3.2 A colonialidade do saber

Pensando em um contexto de colonização europeia na América, Aníbal Quijano (2005) afirma que a codificação das diferenças entre colonizadores e colonizados a partir do conceito de raça foi assumida pelos colonizadores como o principal elemento constitutivo e referência legitimadora fundamental das relações de dominação. Nesse contexto, a raça foi estabelecida como instrumento de classificação social básico da população.

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/ moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p. 227)

De fato, o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus ou dos dominantes do capitalismo mundial, mas de todos aqueles socializados sob a sua hegemonia. Durante um longo tempo ele significou a perspectiva cognitiva do mundo eurocentrado, que naturaliza as experiências dos indivíduos neste padrão de poder, ou seja, nos fazendo entendê-las como naturais, e, assim, não passíveis de questionamentos.

Um elemento importante do eurocentrismo é a naturalização das diferenças culturais entre os grupos humanos por meio de sua codificação através da ideia de raça². Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são nomeadas como inferiores por não serem consideradas como compostas por sujeitos racionais. O conceito de raça converteu-se, então, em um critério fundamental para a distribuição da população mundial em níveis, lugares e papéis na estrutura de poder mundial.

A racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referencia legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua colonialidade. (QUIJANO, 2010, p. 119)

Consolidou-se, assim, uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em grupos inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos, no limite, sujeito racional europeu e objeto de estudo não-europeu. Nesse processo, o colonizador é concebido como representando a Europa em contraposição ao resto do mundo.

Nas discussões sobre racismo e colonialismo, insere-se a reflexão sobre a alteridade, ou seja, sobre o reconhecimento do outro e a possibilidade de tornar-se outro. A construção desse outro subalternizado se deu de forma a criar uma nova identidade racial, colonial e negativa, que implicava na desconsideração de seu lugar na história da produção cultural da humanidade.

A perspectiva colonialista consiste exatamente na recusa do reconhecimento do outro como igual e na sua conversão em objeto. Frantz Fanon (2008) argumenta que o racismo força um grupo de pessoas a sair da relação dialética entre o eu e o outro, uma relação que é a base da vida ética. A consequência é que quase tudo é

² Como já foi dito inicialmente, o presente texto entende “raça” como construção social. Cabe destacar que, no contexto colonial, a raça era adotada em uma perspectiva biológica. Todavia, ao analisar, hoje, os usos e efeitos de tal concepção naquela época, já é possível entendê-la operando como uma construção social, porém assentada em uma interpretação biológica, naturalizante e hierarquizadora da diversidade humana e cultural.

permitido contra tais pessoas, e, como a violenta história do racismo e da escravidão revela, tal licença é frequentemente aceita com um zelo sádico. A luta contra o racismo é, portanto, uma luta para entrar na dialética do eu e do outro, enquanto sujeito.

De fato a espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece diferenças incomensuráveis entre o colonizador e o colonizado. A noção de raça opera aqui como dispositivo taxonômico que gera identidades opostas. Fanon (2008) ressalta, ainda, que racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele. Isto significa, por exemplo, que os negros são construídos como negros, como diferentes de um modelo posto como natural, os brancos.

Qualquer teoria possível de classificação social das pessoas exige necessariamente um indagar na história sobre as condições e as determinações de uma dada distribuição de relações de poder numa dada sociedade. Porque é essa distribuição de poder entre as pessoas de uma sociedade o que as classifica socialmente, determinando as suas recíprocas relações e gera as suas diferenças sociais, já que as suas características empiricamente observáveis e diferenciáveis são resultados dessas relações de poder, dos seus sinais e das suas marcas. (QUIJANO, 2010, p. 113)

A colonialidade do poder, embasada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação, foi um fator determinante dos processos de construção nacional baseados no modelo eurocêntrico. A branquitude ocupa posição privilegiada nessa discussão quando entendemos esse conceito enquanto um construto ideológico extremamente bem sucedido do projeto modernista de colonização. Exatamente por deter o poder de definir o eu e o outro, ela se torna um instrumento de poder.

Uma análise que privilegie a articulação entre as relações coloniais e a produção do conhecimento sobre relações raciais construída por pesquisadores e pesquisadoras classificados como brancos no Brasil não pode deixar de considerar a dimensão da mestiçagem. Caso contrário, ficaremos presos a uma dicotomia racial rígida e não compreenderemos as nuances desse processo, as quais poderão nos ajudar a entender melhor os significados que a branquitude assumiu em nossa cultura desde o período colonial e como a mesma ainda continua operando nos tempos atuais. Tais significados apresentam como característica central o fato de

serem marcados pela colonialidade do poder e do saber, na perspectiva abordada por Aníbal Quijano (2010) e Boaventura de Sousa Santos (2008).

Para Santos (2008), na maioria das sociedades pós-coloniais, o fim do colonialismo enquanto relação política não significou o fim de um determinado tipo de relação social: a colonialidade. Essa forma de relação, construída no contexto do colonialismo e alimentada pelas relações de poder e violência explícitas e simbólicas, pode ser considerada como responsável pela perpetuação de formas de sociabilidade autoritárias e discriminatórias.

O colonialismo, mesmo depois de terminar como relação política, continua a impregnar alguns aspectos da cultura, dos padrões de racismo e de autoritarismo social e mesmo das visões dominantes das relações internacionais. (SANTOS, 2008, p. 39)

A construção do termo pós-colonial está conectada aos discursos de contestação sobre a dominação colonial e os legados do colonialismo. Essa terminologia é muitas vezes utilizada para designar uma corrente de pensamento particular e recente. Trata-se de intelectuais do dito “Terceiro Mundo” que tiveram acesso ao ambiente acadêmico em países europeus ou nos Estados Unidos da América na década de 1980. Esses pesquisadores teriam por objeto de estudo a crítica ao discurso colonial e suas imbricações. É o caso de autores como o indiano Homi Bhabha, o palestino Edward Said, o antilhano Frantz Fanon e o jamaicano Stuart Hall, entre outros.

Estes são intelectuais diaspóricos, que saíram de suas nações de origem para viver em antigas metrópoles. Podemos afirmar que há uma relação entre o pensamento desses autores e sua condição de migrantes, sujeitos pós-coloniais que, ao habitarem o mundo de sua ex-metrópole, se viram obrigados a negociar sua própria identidade. É também importante lembrar que, além dessa condição pós-colonial, o pensamento desses autores está conectado às transformações decorrentes da modernidade tardia, esta caracterizada por um descentramento do sujeito por via dos diversos movimentos sociais que potencializam a fragmentação e pulverização das identidades.

Stuart Hall (2003, p.109) sugere que o termo pós-colonial não se restringe a uma época ou a determinada sociedade. A proposta é reler a colonização como parte de um processo global e essencialmente transcultural e transnacional,

produzindo uma narrativa diaspórica e descentrada das grandes narrativas imperiais do passado. Pensar o pós-colonial implica, necessariamente, um exercício em que a alteridade se apresenta para além da identidade da diferença, buscando a diferença na própria diferença e desestabilizando, assim, as bases das narrativas centradas no modelo europeu.

Considerando esse contexto, Stuart Hall (2005) afirma que, para a construção das identidades nacionais, não é interessante destacar as diferenças internas de uma nação em termos de gênero, raça ou classe. A busca por uma cultura nacional unifica essas diferenças e forja uma única identidade nacional, construindo um dispositivo discursivo que consiga representar a diferença como unidade. No entanto, não há como construir uma unidade nacional sem sobrepor diferenças internas.

Interessante pensar que, articulados a essa narrativa que busca definir as identidades nacionais, os sujeitos constroem suas próprias identidades culturais. Esse processo não se dá de forma linear, mas num constante movimento que é próprio das relações sociais e que possibilita ao sujeito a busca de diversas identificações em diferentes espaços de socialização (HALL, 2005). Nessa perspectiva, o processo de identificação é sempre uma articulação, uma construção de algo instável e nunca finalizado. As identidades são apenas “os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos nas narrativas do passado” (HALL, 2005, p. 69). No entanto, o fato de ser posicionado parece limitar a cultura a uma série finita de relações.

Para Homi Bhabha (1998), o uso do prefixo “pós” marca a emergência de discursos de interstícios no debate cultural, desdobrando-se em deslocamento e sobreposição no domínio da diferença. Nesse quadro, quanto mais repensarmos as tradições recebidas de gerações passadas, mais as diferenças serão negociadas e redefinidas de acordo com as novas relações sociais. Para ele, uma das principais consequências desse movimento diz respeito às mudanças nas percepções identitárias. Até então restritas a lógicas binárias e fixas da modernidade, as identidades de hoje são cada vez mais transitórias e fluidas.

Não podemos desconsiderar que a identificação a partir do processo de interação é relacional e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. A forma com que o processo de identificação se estabelece está vinculada também a condições sociais e materiais. Dessa maneira,

o contexto se torna uma referência. Social e simbólico referem-se a dois processos distintos, mas necessários individualmente para a construção e a manutenção das identidades.

Podemos dizer que, no âmbito pós-colonial, identificamos uma interlocução lógica entre a construção dessas identidades e a própria postura epistemológica diante da produção do conhecimento.

A problematização da identificação levada a efeito por Stuart Hall (2005) nos remete a pontos incompletos e instáveis no interior da cultura, demarcando não uma essência, mas um posicionamento. Partindo deste pressuposto, o autor questiona a ideia de verdade científica, afirmando que as configurações de sentido não se realizam sobre as bases da autonomia do sujeito, mas na tensão que irrompe entre o sujeito que se posiciona e aquele que é posicionado.

Se essa perspectiva pós-colonial nos apresenta a possibilidade de formação de identidades híbridas e diaspóricas em constante negociação, ela também marca certa inquietação com o trabalho científico. Ao teorizar a cultura a partir de conceitos como diferença, articulação, hibridismo e identificação, Stuart Hall nos propõe uma abertura, um processo de tradução negociada desses próprios conceitos. Essa maneira de fazer ciência pressupõe uma aceitação de conceitos movediços que muitas vezes não se sedimentam, o que os torna problemáticos enquanto conceitos. Eis o caso do conceito de branquitude.

Boaventura de Sousa Santos (2008) propõe, como orientação epistemológica, política e cultural, que nos afastemos de perspectivas imperialistas para que aprendamos novas maneiras de produzir conhecimento. Essa nova perspectiva irá produzir uma grande quantidade de realidades antes não existentes e esse é um desafio para a perspectiva pós-colonial.

Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implicação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. (SANTOS, 2008, p. 28)

O autor reafirma a importância de considerar as relações Norte/Sul como centrais para a reinvenção da emancipação social, afastando-se do pensamento tradicional dominante, uma vez que este desconsidera a subordinação imperial do

Sul ao Norte. Propõe como orientação epistemológica, política e cultural que nos afastemos do Norte imperial para que possamos aprender com as experiências do Sul. No entanto, essa aprendizagem exige igualmente a desfamiliarização em relação ao Sul imperial, ou seja, em relação a tudo que o Sul representa na relação colonial capitalista.

Pensando nas imbricações entre colonialismo e poder, Santos (2006; 2008) e Quijano (2010) afirmam que as relações de poder – dentre estas o poder colonial – não significam apenas relação entre práticas sociais. Implicam, também, relação entre práticas e trocas de conhecimento. Nesse sentido, conhecimento, saber e poder estão interligados ao pensarmos as relações entre o eu e o outro. No caso desse trabalho, ao analisarmos no contexto atual as escolhas, as experiências sociais e as trajetórias acadêmicas que marcam a vivência e a produção de pesquisadores e pesquisadoras considerados brancos que produzem conhecimento sobre relações raciais, não podemos deixar de considerar esse aspecto. Além disso, o próprio tema de investigação desses pesquisadores-sujeitos diz respeito a uma questão imersa não somente na alteridade, mas também nas edições e reedições da colonialidade. Nesse sentido, cabe aqui a discussão sobre a colonialidade do saber.

Como parte desse padrão de poder mundial, a Europa concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de produção de subjetividade, de cultura, e de maneira especial de conhecimento, da produção do conhecimento. Esse processo se deu muitas vezes de forma violenta, com a repressão das formas de produção de conhecimento dos colonizados, de seus padrões de produção de sentido, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005).

O conceito de colonialidade diz respeito a uma relação produzida e inerente aos processos de colonização, que, mesmo que estes tenham findado enquanto forma de organização da vida social e política de determinada sociedade, acaba sendo mantida e alimentada pelas relações desiguais de poder. Esse processo pode ser observado em relação à raça, pois os sujeitos se encontravam inseridos em processos coloniais racializados, ou seja, a ideia de raça estava já presente nesses contextos, produzindo hierarquias raciais e transformando sujeitos, mais do que em colonizadores e colonizados, em superiores e inferiores.

Isso não foi diferente no contexto brasileiro. Na realidade, a persistência desse padrão colonial eurocêntrico no Brasil manifesta-se através da utilização

acrítica de muitas noções e conceitos coloniais e racistas. Nesse sentido, uma postura não racista requer uma atenção contínua e rigorosa para o modo como a construção da raça influenciou os posicionamentos sociais na sociedade brasileira. Esses conceitos e noções informam práticas sociais e de conhecimento. Essa afirmação implica em considerar que a luta contra o racismo acontece não apenas no âmbito das interações sociais, mas também no âmbito epistemológico, na esfera do conhecimento.

Embora ele não tenha trabalhado com o conceito de colonialidade do saber, podemos dizer que Frantz Fanon (2008) já sinalizava e refletia sobre tal relação, sendo um dos pioneiros a nos alertar para a colonialidade enquanto processo e eixo articulador que alimentou a relação e o imaginário social construídos por colonizadores e colonizados. É possível, portanto, traçar algumas aproximações entre suas reflexões e as de Aníbal Quijano (2005), guardadas as devidas proporções dos contextos históricos e geopolíticos a partir dos quais os dois autores trabalham. Importa, nesse momento, chamar atenção para a arguta percepção de ambos de que algo a mais alimenta as relações desiguais de poder entre colonizadores e colonizados e, no caso dessa pesquisa, entre brancos e negros. Este “algo a mais” está imbricado nas relações econômicas e nas desigualdades por elas produzidas, mas as ultrapassa. É nesse sentido que a colonialidade se afirma.

Frantz Fanon (2008) argumenta que a colonização acarreta mais do que a subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. Esses padrões são impostos inclusive nos métodos pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico.

Isso significa dizer que, para além de um legado de desigualdade e injustiça social oriundo do colonialismo e do imperialismo, há também um legado epistemológico do eurocentrismo que dificulta a compreensão do mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemologias que lhe são próprias.

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2010, p.11)

Nesse ponto, as ciências sociais emergentes foram extremamente importantes para a implementação e manutenção desse projeto colonialista, pois definiam quais eram as regras, as leis que governavam a economia, a sociedade, a política e a história. O Estado, por sua vez, legislava e implementava suas políticas a partir desta normatividade cientificamente legitimada.

As ciências sociais funcionam estruturalmente como um 'aparelho ideológico' que, das partes para dentro, legitimava a exclusão e o disciplinamento daquelas pessoas que não se ajustavam aos perfis de subjetividade de que necessitava o Estado para implementar suas políticas de modernização; das portas para fora, por outro lado, as ciências sociais legitimavam a divisão internacional do trabalho e a desigualdade dos termos de troca e de comércio entre o centro e a periferia, ou seja, os grandes benefícios sociais e econômicos que as potências europeias obtinham do domínio de suas colônias. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 179)

É nesse momento que as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade moderna europeia se convergem nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas se unem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o modelo a ser seguido por todos os povos do planeta.

Existindo uma forma 'natural' do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de 'se superarem' e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial). (LAENDER, 2005, p. 34)

Entendemos que todo conhecimento é contextual. No entanto, não podemos perder de vista que o contexto é uma construção social, algo dinâmico, produto de uma história. Por isso, Santos (2008) nos coloca a importância de um conhecimento situado, que explicita o lugar geopolítico das teorias a partir de seus conteúdos e orientações. Do contrário, poderemos reduzir uma disputa teórica a uma questão de sociologia do conhecimento.

Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativa. (SANTOS, 2008, p. 20)

Na verdade, entendemos que não existe ciência pura, o que existe é um contato cultural de produção de ciência. Partindo desse pressuposto, a intenção não é descobrir como o conhecimento representa o real, mas entender o que determinado conhecimento produz na realidade.

Essa busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade e da ciência. Requer o questionamento dessas pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciência.

Essa perspectiva nos parece interessante para o presente estudo na medida em que existem teorias que afirmam que o padrão de conhecimento é racializado e racista. Nesse sentido, as epistemologias produzidas em países que sofreram o processo de colonização podem nos ajudar a compreender o que aqueles que estão inseridos nessa realidade pensam sobre si mesmos, quais são as “sociologias emergentes” nesse contexto. É possível que pesquisadores brasileiros socialmente classificados como brancos que estudam relações raciais e são considerados referência na área produzam um conhecimento engajado? É possível que estes pesquisadores, no contexto da branquitude, sejam aqueles que constroem uma identidade racial que se contrapõe ao racismo?

A compreensão sobre as relações entre colonialismo e construção do conhecimento em uma perspectiva pós-colonial pode, assim, ser considerada um dos eixos centrais que norteia a discussão teórica da presente pesquisa. Todavia, no contexto educacional esta discussão é ainda incipiente. O aprofundamento da mesma apresenta-se como um ponto central e ainda se mostra um desafio.

Colocamos, assim, a necessidade de repensarmos a premissa a partir da qual se constrói o conhecimento, pois entendemos que a vinculação do sujeito à produção científica nos auxilia a compreender o sentido que tem o ato de pensar para além de uma simples acumulação cognitiva.

3.3 A produção do conhecimento acadêmico e a universidade

Como ocorreu na maioria dos países colonizados, a elite brasileira de finais do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na

ciência europeia ocidental para teorizar sobre a questão racial no Brasil e propor caminhos possíveis para a construção de uma identidade nacional.

Nesse contexto, a situação da população negra e da população mestiça era o tema central das análises. Kabengele Munanga (2006, p. 54) afirma que toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade nacional brasileira. Essa discussão sobre a condição da população negra foi conduzida eminentemente por uma intelectualidade branca, definindo o lugar dos negros enquanto objetos de conhecimento.

O padrão que coloca os brancos enquanto sujeitos produtores do conhecimento e os negros como meros objetos de pesquisa vem sendo questionado nas últimas décadas, principalmente com a inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento como sujeitos produtores de conhecimento acadêmico.

Esses sujeitos entram em cena em meados da década de 1980, a partir da formação de uma nova geração de pesquisadores e pesquisadoras que concluem os cursos de pós-graduação e se inserem enquanto docentes nas universidades, principalmente as públicas. O papel dessa intelectualidade negra tem sido indagar a produção do conhecimento científico e o lugar ocupado por esse outro.

São intelectuais, mas um outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos socioraciais e suas vivências. (GOMES, 2010, p. 495)

Concordamos com Liv Sovik (2009) sobre a necessidade de se considerar a produção do conhecimento acadêmico em seu contexto cotidiano e político. Partindo desse pressuposto e analisando a inserção dessa intelectualidade negra no campo da produção de conhecimento científico, é importante considerarmos que assumimos posições políticas na produção do conhecimento – em um processo circular de influência mútua entre discurso e contexto.

Alguns estudos sobre ciência e tecnologia apresentam a argumentação sobre a necessidade de pensarmos a construção do conhecimento enquanto uma construção social. Para Donna Haraway (1995, p. 11), a ciência é retórica, a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém

é um caminho válido de reconhecimento de um determinado objeto. Nesse sentido, todo conhecimento é um texto contestável e um campo de poder.

Para a autora, é necessário construir saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia. “Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso.” (HARAWAY, 1995, p. 36)

Quijano (2010) problematiza a legitimação de um modo de produzir conhecimento eurocentrado, denominado racional, que privilegiava uma perspectiva cognitiva que atende aos interesses do modelo capitalista da modernidade. O autor propõe um rompimento com essa perspectiva porque, para ele, só é possível construir conhecimento de forma contextualizada. Essas construções seriam, na verdade, uma história das necessidades, mas também de desejos, de intenções, de opções e preferências. São, em alguma medida, fruto das relações de poder presentes na sociedade. Mais interessante ainda é pensar que as ações ou omissões humanas não podem ser analisadas de forma separada do contexto e das condições sócio-históricas de suas ações, de suas subjetividades. As opções, nesse sentido, não acontecem no vazio, mas em uma conjuntura histórica específica.

Nesse sentido, não podemos desconsiderar a necessidade em relacionar a questão da construção do conhecimento com a construção da identidade do próprio sujeito que produz esse conhecimento. Hugo Zemelman (2006) levanta questões importantes: de onde pensamos? Para que conhecemos? Como existimos, existencialmente, no conhecimento que construímos?

O autor prioriza as reflexões sobre a função que cumpre o sujeito no processo de construção do conhecimento. Na verdade, interessa-nos o lugar a partir do qual os sujeitos constroem o conhecimento e com que sentido esse conhecimento é construído. Entendemos que, ao mesmo tempo em que o sujeito produz conhecimento, produz sua própria identidade. Afinal,

[...] quem procurar manter-se na sua identidade, na imobilidade e no seu sossego construirá discursos ideológicos, mas não conhecimento; armará discursos que o reafirmem nos seus preconceitos e estereótipos, na rotina e no que crê ser verdadeiro, sem o pôr em causa. (ZEMELMAN, 2006, p. 464)

Segundo o autor, o que distingue a formulação de um novo paradigma de racionalidade científica pode consistir num aprofundamento das possibilidades cognitivas e gnoseológicas de determinadas categorias, de forma a enriquecer a relação com a realidade através da instauração de formas de argumentação que não apenas deem conta da complexidade, mas facilitem a incorporação do sujeito no próprio discurso da ciência, ainda que tenhamos de assumir as consequências que daí decorre para a linguagem e para o que entendemos por história.

O ponto fundamental aqui é o lugar da enunciação, a localização sexual, racial, de classe e de gênero do enunciador. A desconexão entre a posição do sujeito que enuncia e o lugar de enunciação conseguiu produzir nas ciências ocidentais um mito universal que encobre o lugar de quem fala e sua localização epistêmica nas estruturas de poder.

A epistemologia do “ponto zero”, para Santiago Castro-Gómez (2005), seria o ponto de vista que almeja a neutralidade e a universalidade, escondendo e encobrindo o ponto de vista particular e localizado do sujeito que produz o conhecimento.

Essa geopolítica do conhecimento (DUSSEL, 1977) assegura o discurso de neutralidade presente no campo acadêmico ainda nos dias de hoje. Essa postura é reforçada quando pesquisadores negros reafirmam a necessidade de um comprometimento político no combate às hierarquias raciais no Brasil. A urgência do enfrentamento às desigualdades raciais presente na produção acadêmica dessa intelectualidade negra é, muitas vezes, entendida como algo tendencioso e pouco científico.

Nesse momento é emblemático retomar a trajetória do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. A postura intelectual do autor tem suas bases no caráter de sua sociologia, marcada pelo engajamento construído a partir de seu lugar no mundo e das experiências de militância, com destaque para sua participação no Teatro Experimental do Negro³, fundado em 1944 pelo político e ativista do movimento negro Abdias do Nascimento.

Guerreiro Ramos advogava em prol de uma sociologia engajada, enfatizando a importância da sociologia militante, capaz de buscar soluções para os problemas

³ O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi uma companhia de teatro brasileira fundada e dirigida por Abdias do Nascimento. Entre 1944 e 1961 atuou com o objetivo de valorização do negro e conscientização racial através do teatro.

brasileiros. O engajamento característico de sua sociologia direcionava a luta para a ampliação do horizonte para os negros, rompendo com os limites que os situavam como meros objetos de pesquisa no campo das ciências sociais.

Várias são as tentativas de explicar a marginalização desse autor no campo acadêmico. Marcos Chor Maio (2000) frisa a vinculação de Guerreiro Ramos ao integralismo, um movimento politicoideológico de inspiração fascista que chegou ao Brasil na década de 1930 e almejava um Estado nacionalista. Lucia Lippi Oliveira (1995) destaca o fato de Guerreiro ter reagido aos cânones das ciências sociais brasileiras e algumas explicações para a não valorização da obra de Guerreiro Ramos passam por sua personalidade. O estilo polêmico e controverso do autor contrastava com o estilo polido de fazer ciência dos intelectuais brasileiros. O fato de ser controverso, polêmico e disposto a embates políticos e teóricos incomuns na academia branca brasileira explicita uma forma de produzir conhecimento que questionava os moldes hegemônicos (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2007).

Embora essas explicações sejam plausíveis para justificar o isolamento de Guerreiro Ramos, elas não atentaram para o fato de o autor ser negro em um contexto em que havia poucos intelectuais negros nas ciências sociais brasileiras (LIMA, 2001). As referências ao fato de ter sido preterido em dois concursos em que disputou uma vaga para professor universitário sequer mencionam sua condição racial (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2007).

O percurso intelectual de Guerreiro Ramos escancara o racismo existente nas universidades brasileiras enquanto expressão de um fenômeno que ocorre em toda a sociedade. O ostracismo acadêmico a que foi submetido reafirma que a produção do conhecimento científico ocidental privilegia uma epistemologia eurocêntrica que contribui para ocultar as hierarquias de poder baseadas nos elementos da branquitude. O que permanece encoberto por esse discurso universalista que privilegia a supremacia branca é a exclusão sistemática da população negra desse espaço de poder. Reafirmamos, dessa maneira, que a epistemologia hegemônica embasada no discurso da imparcialidade acadêmica na verdade tem cor (CARVALHO, 2001). De fato, a negação do racismo na universidade acaba por reproduzir um discurso perverso de que a adoção de cotas raciais vai inaugurar a discriminação racial em um espaço que supostamente está imune a práticas racistas.

Em sua pesquisa sobre ex-alunos cotistas autodeclarados negros da UERJ, Daniela Valentim (2012) afirma que estes foram negativamente marcados pela condição de acesso, que os diferenciou dos demais alunos da universidade. Em 2003, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi a primeira universidade brasileira a adotar cotas raciais. Assim que essa experiência se tornou pública, parte significativa da grande mídia e alguns intelectuais e professores universitários referiam-se aos cotistas como incapazes de acessar, permanecer e concluir com êxito a experiência universitária.

[...] Não foram bem recebidos. Ao contrário, sua chegada ao convívio universitário, como alunos “despreparados”, foi considerada uma temeridade, uma ameaça a qualidade acadêmica da UERJ, que traria um rebaixamento de seus escores. (VALENTIM, 2012, p.128)

As instituições são um campo fecundo para a perpetuação do racismo. Ao mesmo tempo em que reforçam o mito de que somos todos iguais, escancaram a persistência de profundas desigualdades raciais evidenciando que existem diferentes oportunidades para os sujeitos de acordo com sua raça. Sabemos que as barreiras colocadas aos processos de mudança das relações de poder nesses espaços institucionais são abissais e de difícil superação.

A universidade, enquanto um desses espaços de supremacia branca, foi silenciosamente construída como uma instituição neutra, e quando buscamos as raízes do discurso contra as ações afirmativas encontramos a defesa dos privilégios da branquitude. Esse discurso que silencia a operação da branquitude na universidade mascarava as profundas desigualdades raciais que marcam a ordem social. Maria Aparecida Bento (2005) nos lembra que o silêncio não é neutro. Na verdade, o não dito é tão significativo quanto as próprias palavras e os elementos da branquitude estão em operação exatamente no que é silenciado. Não podemos esquecer que o poder é exercido sempre acompanhado de certo silêncio, o silêncio da opressão (BENTO, 2005).

Compreendemos que o conhecimento, entendido de forma contextualizada; a ciência, enquanto uma forma de expressão do conhecimento; e a universidade, enquanto espaço de produção e circulação do conhecimento científico, são marcados pelas relações de poder. Reconhecendo que a branquitude se constrói

nos contextos de poder, podemos indagar o lugar da ciência como um *locus* privilegiado de expressão da branquitude.

Este padrão retrata uma estratégia de proteção do privilégio real e simbólico da brancura vivido pela população branca brasileira tanto nos setores populares quanto nas camadas médias. Nesse processo, interesses, medos e enfrentamentos se cruzam e a branquitude, enquanto identidade racial do branco construída em contextos nos quais se cruzam raça e poder, se realiza. (GOMES, 2010, p. 508)

Diante do exposto, a perspectiva pós-colonial se apresenta como a opção teórica que mais se aproxima dos objetivos dessa pesquisa, pois pretende dar visibilidade à geopolítica do conhecimento por entender que é necessário problematizar quem produz o conhecimento, para quem o produz e em que contexto esse conhecimento é produzido (SANTOS, 2008). O que propomos ao analisar a branquitude é exatamente refazer esse caminho, considerando a forma como essas narrativas históricas são construídas, refletindo sobre as estratégias de manutenção dos privilégios dessa elite pós-colonial branca e identificando novas maneiras de identificação racial dos sujeitos brancos que optaram por produzir conhecimento sobre relações raciais no Brasil. É necessário indagar que tipo de branquitude vem se construindo na sociedade brasileira e como a mesma se relaciona com a universidade e com os processos de produção do conhecimento no campo das relações raciais e educação.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

4.1 A construção do objeto de pesquisa

Ao destacarmos as tensões no campo de estudos sobre identidade racial e, de maneira mais ampla, sobre a questão racial no Brasil, não podemos desconsiderar que nos últimos anos observamos intelectuais negros e brancos se dedicando ao estudo dessas temáticas. Diante do intenso debate sobre as ações afirmativas, esses pesquisadores são cada vez mais convocados pelos movimentos sociais e pela própria mídia a dizer sobre a questão racial no Brasil. Nesse contexto, é necessário pensar nas relações de poder envolvidas nesse processo para entendermos como a branquitude opera no campo da universidade e do conhecimento científico.

A etapa inicial da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, de modo a ampliar o referencial teórico de sustentação do trabalho, considerando o conceito de branquitude em seu diálogo com as discussões históricas sobre a construção da identidade nacional e como parte da teoria pós-colonial. Esse procedimento foi importante na medida em que possibilitou conhecer de maneira mais aprofundada a temática e, assim, delimitar o objeto de estudo e a finalidade desse trabalho. Através desse levantamento bibliográfico e conforme sinalizado por outros autores de referência desse trabalho, pudemos verificar uma lacuna no campo de estudos sobre as relações étnico-raciais que analisam o branco como sujeito de pesquisa, bem como a interlocução do conceito de branquitude com as teorias pós-coloniais.

Para o entendimento das nuances envolvidas nos processos de construção da identidade racial desses sujeitos, da dimensão simbólica desse pertencimento e das vinculações que possibilitaram que as relações raciais se tornassem o principal tema de pesquisa dos mesmos, a opção por uma abordagem qualitativa foi fundamental. Um ponto de destaque da pesquisa qualitativa diz respeito ao modo como as definições se formam e seu interesse maior refere-se aos diferentes sentidos que os sujeitos atribuem às suas vivências (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa é vista como uma situação na qual

ocorrem processos de produção de sentido em que pesquisador e participantes estão envolvidos (SPINK, 2007).

O desafio inicial era definir quais seriam os sujeitos selecionados para a realização desse estudo. A intenção era de que estes fossem pesquisadores e pesquisadoras classificados socialmente como brancos que escolheram como tema de pesquisa as relações raciais no Brasil. O objetivo era selecionar sujeitos que fossem considerados importantes referências bibliográficas de estudiosos brancos e negros.

A opção por trabalhar com esse grupo passa pela percepção de que nem sempre os sujeitos considerados brancos têm consciência ou até mesmo concordam com o fato de serem racializados. Assim, a expectativa era de que, sendo estes sujeitos pesquisadores no campo das relações raciais, esse grupo poderia, em algum momento de sua trajetória pessoal ou profissional, ter se questionado sobre seu pertencimento racial.

Definimos que a indicação seria feita pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros vinculados ao Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – CONNEAB⁴. A listagem atualizada dos NEABs foi construída a partir de informações do site da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN⁵. Consultamos também informações do Grupo de Trabalho 21 – Relações Étnico-Raciais e Educação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Essa opção se mostrou interessante na medida em que a indicação dos NEAB trouxe legitimidade à escolha desses informantes, uma vez que nesses núcleos podemos encontrar grande parte dos pesquisadores que trabalham a questão racial no Brasil.

Foram mapeados oitenta e dois NEAB e encaminhamos um questionário simples via e-mail para os coordenadores e coordenadoras cadastrados. Nesse questionário foi solicitada a indicação de cinco teóricos que os coordenadores classificavam socialmente como brancos e que possuíam produção sobre educação

⁴ O Consórcio de NEABs (CONNEAB) foi criado no ano de 2004 a partir da formulação de um acordo de cooperação que envolve cerca de 80 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos correlatos inseridos em universidades públicas e privadas do Brasil, com atividades de intercâmbio técnico-científico e realização de projetos no campo das relações étnico-raciais brasileiras.

⁵ A ABPN se constitui enquanto uma rede de instituições que atuam na sociedade brasileira no combate ao racismo, preconceito e discriminação raciais, com vistas à formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas para uma sociedade justa e equânime. A instituição congrega pesquisadores (as) negros (as) interessados em pesquisas acadêmicas em temas pertinentes à construção e ampliação do conhecimento humano e outros pesquisadores comprometidos com temas de interesse das populações negras no Brasil, África e Diáspora.

e relações étnico-raciais. Estes deveriam ser considerados pelos informantes como referência na discussão teórica sobre relações étnico-raciais no Brasil.

Importante destacar que foi construída uma estratégia de abordagem para esses sujeitos: as primeiras mensagens eletrônicas foram enviadas através do e-mail pessoal da pesquisadora. Caso não houvesse resposta em uma semana, a opção era encaminhar a mensagem eletrônica novamente, mas pelo e-mail da orientadora. Esse cuidado fez com que obtivéssemos mais respostas. Além disso, a estratégia de colocar o texto apresentando a pesquisa no corpo da mensagem com um link que remetesse ao questionário facilitava o acesso dos interlocutores. O questionário foi construído online através do Google Docs⁶ e os resultados foram analisados no próprio aplicativo.

Outro procedimento que pode ter auxiliado na obtenção das respostas foi o cuidado de especificar em cada mensagem o nome completo de cada interlocutor. Embora desgastante, essa opção possibilitou a personalização dessa relação online, sinalizando que aquele sujeito tinha uma importância singular na pesquisa.

Obtivemos vinte e seis respostas dos coordenadores e coordenadoras dos NEABs e, considerando os pesquisadores socialmente por eles classificados como brancos que receberam pelo menos duas indicações, foram onze sujeitos indicados para a realização das entrevistas.

4.2 As entrevistas

De acordo com Alda Mazzotti e Fernando Gewandsznajder (1999), existe uma variedade de procedimentos e instrumentos metodológicos na pesquisa qualitativa. A entrevista, por possuir uma natureza interativa, possibilita tratar de temas que não poderiam ser apreendidos através de questionário. Nesse sentido, a técnica da entrevista permite uma maior aproximação da complexidade de determinados fenômenos.

Assim, o instrumento de coleta de dados escolhido foi a entrevista semiestruturada em profundidade. Uwe Flick (2004) afirma que, para que a entrevista semiestruturada possibilite aos sujeitos expressarem seus pontos de vista

⁶ Google Docs é um pacote de aplicativos do Google que funciona totalmente online. O aplicativo possibilita, entre outras coisas, a criação de questionários que possam ser respondidos e armazenados em um banco de dados online.

e, ao mesmo tempo, as questões da pesquisa sejam contempladas, é importante que ela seja orientada por um roteiro. A característica principal desse tipo de entrevista é a possibilidade de manobra do roteiro, que, mesmo partindo de questões centrais para a pesquisa, não se esgota nelas.

Diante do perfil dos sujeitos a serem entrevistados, optamos por construir uma estratégia de aproximação que prezasse pela formalidade e pela cordialidade. A aproximação com os sujeitos foi feita através de e-mail. Um primeiro contato foi feito pela orientadora, Profa. Dra. Nilma Lino Gomes, apresentando a pesquisa, convidando o pesquisador ou pesquisadora a nos conceder uma entrevista e informando que, diante do aceite, faríamos um novo contato para o agendamento. Todos os onze pesquisadores e pesquisadoras responderam afirmativamente ao convite para a entrevista. Não podemos desconsiderar que quatro desses sujeitos já nesse momento questionaram sua classificação pelos NEAB enquanto brancos, se afirmando pardos, alguns explicitando no próprio e-mail sua insatisfação com essa alterclassificação e reafirmando uma identidade negra.

“Ai, ai!! Não adianta eu me declarar parda, e dona de uma alma bem preta, não é? Todo mundo me considera branca. Eu fico triste, mas vamos lá.” (Pesquisadora 1)

“Fiquei absolutamente surpresa por ter sido classificada como branca, quando me autodeclaro negra. Mas enfim, a forma como nos veem depende do que? de lugar que estamos? de onde viemos? vivemos?” (Pesquisadora 2)

Os depoimentos acima são exemplos da complexa relação entre classificação racial e identidade e nos instigam a pensar na necessidade de estudos mais aprofundados sobre o lugar do pardo e do mestiço nas relações raciais no Brasil.

A partir da resposta afirmativa de todos os onze indicados, foi encaminhado um novo e-mail, dessa vez por mim, buscando agendar a entrevista. Esse foi o principal gargalo dessa etapa da pesquisa, porque obtivemos poucas respostas a esse segundo contato. Já nesse momento ficava evidente a dificuldade de acessar esses sujeitos para a realização das entrevistas, muito em função de suas agendas. No entanto, não podemos desconsiderar que o próprio exercício de deslocamento do lugar de pesquisador/pesquisadora para o lugar de objeto a ser investigado causa certo estranhamento, talvez até desconforto.

Apenas quatro sujeitos (três homens e uma mulher) responderam. Desses, foi possível agendar com dois pesquisadores e as entrevistas foram realizadas. Com os outros não foi possível realizar a entrevista, pois alegaram indisponibilidade de agenda.

A pouca resposta até esse ponto da pesquisa nos obrigou a construir caminhos alternativos. A opção foi contatar os pesquisadores e pesquisadoras que em um primeiro momento haviam se prontificado a conceder a entrevista novamente pelo e-mail da orientadora, mas dessa vez solicitando um contato telefônico para realizarmos o agendamento. Conseguimos, assim, agendar via telefone a realização de mais duas entrevistas.

Gostaria de ressaltar que essas estratégias de abordagem não foram elaboradas previamente e definidas de forma rígida. Pelo contrário, foram sendo construídas a partir do desenvolvimento da pesquisa, buscando alternativas para as dificuldades decorrentes do estar em campo.

As entrevistas foram preparadas de acordo com a trajetória acadêmica de cada um dos sujeitos. A partir análise do currículo lattes e das publicações dos sujeitos indicados, selecionamos os artigos e livros publicados por eles com o intuito de mapear os principais temas de pesquisa.

Os sujeitos puderam optar por realizar a entrevista pessoalmente ou pela internet. Para aqueles que optaram pela entrevista online, utilizamos o programa Skype⁷. As entrevistas duraram entre uma e duas horas e foram gravadas e transcritas. Os dados recolhidos foram tratados e analisados. Retornamos as entrevistas transcritas para que os sujeitos pudessem ler seus depoimentos e nesse momento alguns trechos foram retirados a pedido dos entrevistados. Os nomes dos sujeitos foram mantidos, uma vez que, por suas trajetórias acadêmicas, seria possível identificá-los. Diante dessa constatação, os entrevistados consentiram, através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que seus nomes não fossem alterados.

As questões abordadas na entrevista giravam em torno de dois grandes blocos. O primeiro bloco trazia questões acerca da construção da identidade racial desses sujeitos, bem como a sua percepção sobre a indicação dos NEAB. Em alguns casos, trata-se de sujeitos classificados como brancos, mas que não

⁷ O Skype é um software que permite efetuar chamadas gratuitas pela internet. Além disso, é possível gravar essas ligações através de um aplicativo de gravação acoplado ao referido software.

necessariamente se identificam com tal categoria. Outros reafirmaram a construção de uma identidade branca. Todos, em alguma medida, tinham que lidar com as questões da branquitude.

O segundo bloco de questões dizia respeito à produção acadêmica desses sujeitos no campo das relações étnico-raciais. Além disso, as questões giravam em torno da vinculação desses sujeitos à temática das relações raciais no Brasil e da percepção de cada um sobre os padrões de racialização presentes no universo acadêmico. Foi interessante também mapear os eventos acadêmicos dos quais esses pesquisadores participam ou onde apresentam suas produções, uma vez que constatamos uma apropriação diferenciada desses espaços por parte desses pesquisadores.

4.3 A relação entre pesquisador e entrevistados

No que diz respeito ao trabalho de campo, Becker (1993) destaca que a interação no momento da coleta de dados é sempre algo surpreendente, uma vez que se trata sempre de uma interação entre sujeitos distintos e seus universos simbólicos.

Para Bourdieu (2003), “[...] a entrevista pode ser considerada como uma forma de exercício espiritual, visando a obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida.” (BOURDIEU, 2003, p. 704). De acordo com Thompson (1992, p. 271)

[...] uma entrevista não é um diálogo, ou uma conversa. Tudo o que interessa é fazer o informante falar. Você deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas fazendo algum gesto de apoio, mas não introduzindo seus próprios comentários ou história.

Dois tipos de dissimetrias entre pesquisador e pesquisado são consideradas por Bourdieu (2003) no momento da entrevista. A primeira ocorre porque “[...] é o pesquisador que inicia e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos.” (BOURDIEU, 2003, p. 695). A outra dissimetria diz respeito à posição relacional que pesquisador e pesquisado podem ocupar quando existe uma hierarquia entre os capitais culturais e simbólicos.

O autor propõe que, consciente dessas dissimetrias, o pesquisador deve reduzir ao máximo – sem anular por completo – a comunicação violenta que pode surgir dessa relação. Uma das maneiras de minimizar esse efeito é instruir com técnicas de pesquisa pessoas da mesma categoria daqueles que serão entrevistados, para que o entrevistador tenha o mesmo acesso simbólico, cultural e linguístico que os sujeitos da categoria que pretende entrevistar.

Apesar de termos consciência de que a paridade racial não se faz condição fundamental para a pesquisa em relações raciais, não podemos desconsiderar o que afirma Piza (2002, p. 59):

Sabe-se que as entrevistas sobre assuntos raciais feitas por pesquisadores da mesma raça/cor do pesquisado apresentam maior índice de respostas não evasivas, o que justifica, metodologicamente, a paridade racial como estratégia de pesquisa em relações raciais.

Assim como destacado na pesquisa de Lia Schucman (2012), o fato de eu também ser considerada socialmente como branca parece ter possibilitado que os depoentes, em alguns momentos, se sentissem confortáveis para compartilhar experiências específicas da vivência da branquitude. Parecia evidente a presença de um “nós” nunca explicitado nem caracterizado, mas sentido de maneira contundente.

Todos os entrevistados citaram momentos de desconforto provocados pelo questionamento de alguns colegas negros pelo fato de serem brancos e ocuparem lugar de destaque na produção sobre relações raciais no Brasil. Diziam como se eu já tivesse passado por situação semelhante e compreendesse qual era o sentimento que descreviam.

Tendo em vista essas constatações, não podemos deixar de problematizar a questão da neutralidade científica, uma vez que entendemos que as subjetividades presentes no momento da pesquisa produzem efeitos em seus resultados. O importante, então, seria tornar o mais explícito possível os efeitos dessa interação na produção acadêmica.

Nesse ponto é preciso destacar as dificuldades inerentes à especificidade da temática e do grupo de pesquisa escolhido. Lidar com as dimensões da branquitude e discutir os temas dessa investigação com pesquisadores e pesquisadoras classificados socialmente como brancos e identificados como referências no campo das relações raciais no Brasil apresentou-se com um nó teórico e metodológico.

A branquitude como tema relativamente pouco pesquisado não produziu informantes que estivessem habituados a falar sobre sua condição racial. Ao mesmo tempo, como se tratavam de intelectuais experientes que tematizam a questão racial em suas pesquisas, poderíamos supor que, em algum momento de suas trajetórias, haviam pensado em si mesmos como seres racializados. Contudo, a pesquisa revelou que, mesmo tendo sido indicados como brancos e serem considerados referências no estudo das relações raciais no Brasil, alguns sequer concordavam com o uso da classificação racial e da categoria raça no país. Isso tornou a pesquisa ainda mais desafiadora e instigante.

A aproximação calculada minuciosamente, o cuidado extremo com os instrumentos metodológicos, a dificuldade para dominar a situação de entrevista e a própria tensão na condução das mesmas produziu um comprometimento intelectual e emocional que desembocava no cuidado com as análises, no respeito às trajetórias individuais de intelectuais considerados como referências no campo das relações raciais no Brasil que concordaram em nos conceder entrevistas, desvelando publicamente a construção de suas condições raciais.

Cabe destacar, ainda, que apenas uma entrevista foi realizada por Skype e as outras foram realizadas presencialmente. Dois entrevistados concederam a entrevista em seus locais de trabalho, enquanto apenas uma entrevista foi realizada na residência do entrevistado.

Diante dessas questões e do entendimento de que a relação estabelecida com cada um dos quatro entrevistados foi única, optamos por apresentar os detalhes dessa etapa da pesquisa separadamente, indicando as especificidades de cada abordagem.

5 OS SUJEITOS DA PESQUISA – PARTE 1

Conhecer a nós mesmos na história é ver a nós mesmos como objetos; é ver a nós mesmos no modo da terceira pessoa em vez de deliberar e agir como sujeitos e agentes na primeira pessoa (BILGRAMI)

O objetivo dos capítulos 5 e 6 é descrever o perfil dos sujeitos entrevistados e analisar seus depoimentos. Além da construção do perfil desses pesquisadores, as análises buscaram compreender as possibilidades de construção das identidades raciais desses sujeitos a partir de suas trajetórias pessoais e acadêmicas. No capítulo 5 optamos por apresentar o professor Paulo e o professor Marcelo. As pesquisadoras Yvonne e Moema são apresentadas no capítulo 6.

A divisão dos sujeitos entre esses dois grupos é puramente didática, não havendo aproximação entre as trajetórias dos sujeitos agrupados. O recorte de gênero foi o único elemento considerado na distribuição desses sujeitos, por entendermos ser este um importante elemento identitário que, em conexão com os estudos sobre branquitude, merece destaque em futuras investigações.

5.1 Fluídas fronteiras: identidade e classificação racial - Prof. Paulo

5.1.1 Primeiros contatos: da possibilidade de conceder a entrevista

O primeiro contato que tive com o pesquisador Paulo para convidá-lo a conceder-me uma entrevista foi na reunião anual da Anped⁸, em outubro de 2012. Como já o conhecia em decorrência de alguns trabalhos acadêmicos que o seu núcleo de pesquisa havia realizado com o núcleo ao qual eu pertencço na UFMG, o abordei ao final de uma palestra explicando-lhe minha pesquisa de doutorado. Quando comecei a dizer do meu objetivo com a investigação, sua reação foi muito interessante. Disse: “Você não quer que eu te dê uma entrevista, como sujeito?”. Informei que sua classificação como branco não tinha sido feita por mim, mas que

⁸ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

seu nome tinha sido indicado pelos coordenadores e coordenadoras de NEAB como um importante pesquisador branco das relações raciais no Brasil. O susto de Paulo foi maior ainda. Naquele momento, percebi que ele ficou surpreso e reticente em conceder a entrevista.

Durante todo o evento, participamos das atividades do Grupo de Trabalho 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais. A mesa de apresentação do meu trabalho e de mais dois pesquisadores foi coordenada por Paulo. Ao final da apresentação e dos debates, Paulo pediu a palavra e citou um trecho do texto intitulado “Eu sou neguinho” publicado por Joel Zito de Oliveira em 12 de jun. De 2008 como resposta a uma publicação de Caetano Veloso feita em 07 de jun. De 2008 na coluna de Jorge Moreno.

Neste momento sou orgulhosamente o meu avô e bisavô, eu sou neguinho. E amanhã posso vir a ser a minha avó, nambiquara ou pataxó. Sou brasileiro, com ascendência afro-indígena-portuguesa. Mas neste momento histórico só me interessa afirmar o que fui pressionado a negar. O país ainda precisa de um choque de negritude e de indigeneidade. Para chegar a ser pós-racial precisa antes ser multirracial. Precisamos reconhecer que nossa nação é um mosaico, onde vivem filhos de africanos, de japoneses, de libaneses e de europeus, além dos indígenas. Somente assim poderemos, no futuro, realizar o mito que tanto prezamos, e vir a ser um exemplo de democracia racial. Diante da herança colonial que criou um sistema hierárquico de castas raciais, eu sou neguinho. Diante dos articulistas dos jornais que dizem que não somos racistas, mas alertam que se me assumo como negro, sou ameaça de guerra civil, eu sou neguinho. Diante do senador que elogia o seu par mulato por estar apurando a raça ao se casar com uma “linda gaúcha dos olhos azuis”, eu sou neguinho. Ou diante da mídia que em suas imagens insiste em reafirmar a branquitude como ideal da nação, eu sou aquele Caetano que tanto admiro, e não aquele inexplicável mulato anticotas. Sou negro preto do Curuzu. Sou beleza pura (OLIVEIRA, 2008)

Após a leitura do texto, percebi que minha abordagem tinha realmente o mobilizado. Nesse mesmo dia, pudemos conversar rapidamente nos corredores do evento e ele, ali mesmo, começou a me explicar o porquê de sua autoclassificação não coincidir com a classificação racial que lhe haviam atribuído. Sugeriu que era preciso marcar a entrevista para que pudessemos conversar com calma e ele aceitou.

Em dezembro de 2012 nos encontramos novamente em um evento na Universidade Federal de Minas Gerais. Infelizmente não foi possível realizar a

entrevista naquele momento, por incompatibilidade de agendas. Mas um fato me chamou a atenção: em sua fala em uma mesa, novamente o professor citou o referido trecho de Joel Zito Araújo. Tive a certeza de que realmente as conversas que tivemos na Anped foram marcantes para ele. A entrevista ocorreu alguns meses depois, em junho de 2013, no gabinete de Paulo em Curitiba.

Paulo Vinícius Baptista da Silva é Professor Titular da Universidade Federal do Paraná e atua como professor nessa instituição desde 1995. Possui graduação em psicologia (bacharelado e licenciatura) e mestrado em educação pela Universidade do Paraná. É doutor em psicologia (psicologia social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Paulo foi editor da *Educar em Revista*, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, coordenador do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais da Anped e representante da Região Sul na Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Foi coordenador e vice-coordenador do GT Educação e Relações Raciais na Anped. Atualmente é bolsista produtividade 2 do CNPQ e atua no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na Universidade Federal do Paraná (NEAb – UFPR). Tem experiência na área de educação, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais, racismo, políticas afirmativas, construção social da infância, políticas para a infância.

No ano da pesquisa o pesquisador tinha 48 anos, era casado, pai de três filhos e autodeclarado pardo. Afirma: Minha constituição de identidade sempre foi de negro, nunca tive outra constituição de identidade. Nascido em Belo Horizonte, é o filho mais velho de uma família miscigenada. Seu pai era branco e sua mãe, negra. “Minha mãe era uma negrinha da periferia que casou com um menino de classe média branco”. Diante do casamento, instaurou-se uma tensão com a família de seu pai, principalmente com sua avó paterna, que não aceitava o fato de sua mãe ser negra.

Essa observação do professor sobre as tensões provocadas por um casamento inter-racial em sua família nos remete à ideologia do branqueamento que se atualiza nas relações sociais no Brasil ainda em nossos dias. Teorias raciais do final do século XIX e início do século XX defendiam o cruzamento inter-racial como forma de resolver o problema de um país mestiço e negro. Segundo essas teorias, a integração de negros e mestiços se daria através da assimilação dessa população a partir da miscigenação. Pensando na realidade brasileira, podemos dizer que a

ideologia do branqueamento torna-se, dessa maneira, um fator que incentiva a miscigenação no Brasil.

A projeção de uma nação branca significava necessariamente a extinção da raça negra pelo processo de branqueamento genético e social. Para Edward Telles (2003), a união com um parceiro de pele mais clara seria como a “purificação do útero”, resultando no nascimento de crianças mais claras e na assimilação de valores brancos. Para alguns brancos, como parece ser o caso da avó paterna de Paulo, essa mistura não era bem aceita, pois significava ter em sua família sujeitos miscigenados que poderiam ser identificados como negros.

A análise sociológica da miscigenação e do branqueamento não pode, contudo, inibir o processo de livre escolha dos sujeitos. As relações raciais no Brasil e os impactos do racismo são fenômenos de intensa complexidade. Nesse sentido, podem chegar, em determinadas situações, até mesmo a inibir ou orientar a escolha de parceiros. Ou seja, não se pode generalizar que todo casamento ou relação afetiva-sexual inter-racial, bem como toda família miscigenada seja somente produto do branqueamento. Por outro lado, também não se pode negar o peso do imaginário e das representações sociorraciais na vida dos sujeitos, as quais podem inconscientemente interferir na escolha e na construção da subjetividade. Talvez, o que tenhamos é uma imbricação complexa dessas duas situações.

Outra vivência que parece ter marcado a infância do pesquisado foi a proximidade com os avós maternos. Segundo ele, o vínculo criado com a avó foi bastante forte e muito de sua construção identitária advém dessa proximidade. Com relação ao avô, Paulo destaca que o contato com a questão religiosa dentro de sua casa também foi um ponto importante em sua construção identitária.

A gente morava em um barracão no fundo da casa dela e ela tinha uma identidade muito marcada e uma preocupação muito marcada com a negritude. Então era uma pessoa muito orgulhosa de si, de seus valores, de um catolicismo negro daqueles de Minas, bem forte, era benzedeira e sempre falava muito disso nas situações cotidianas. [...] Ela se afirmava negra de uma forma muito explícita, com muito orgulho, eu acho que isso é o que eu aprendi. [...] O meu avô era da umbanda, tinha a casa dos meus avós na frente, o barracão dos fundos e um dos cômodos do barracão era a casa de umbanda do meu avô. Então eu pequenininho participava dos cultos com meu avô. [...] eu era identificado dessa forma, eu era neto da benzedeira e o neto do pai de santo do bairro. Então eu acho que isso ajudou a me identificar dessa forma.

Jacques D'Adesky (2001) nos lembra do papel da religião como importante referência para a construção de identidades raciais. A religião, como uma marca identitária e de pertença de grupo, possibilita o compartilhamento de valores e crenças comuns, além de criar condições de acesso a elementos simbólicos de manutenção das identidades coletivas. No caso das religiões de matriz africana, estas podem contribuir para a preservação de elementos identitários em uma sociedade dominada pelos valores de uma elite cristã.

Ao falar sobre o processo de construção de sua subjetividade, o pesquisador rememora a postura de sua avó, marcando seu catolicismo negro e a positividade associada à negritude e sua própria participação nos cultos de umbanda, destacando a vinculação de seu avô a essa religião de matriz africana. Essas referências parecem balizar as possibilidades de construção da identidade racial do professor, indagando uma possível vinculação aos elementos associados à branquitude.

Paulo afirma que a questão econômica de sua família também foi algo marcante em sua trajetória, uma vez que morava em um bairro de classe média e os jovens de sua convivência eram brancos. Nesse contexto, também construiu sua identidade racial.

Também a questão econômica. Eu acabei ficando, eu e minha irmã, como os primos pobres da família mais próxima [...] Os meus primos tinham uma condição econômica mais estável, mais tranquila, circulavam muito mais pelos espaços de classe média (...) e a gente circulava também no espaços de classe média mais por conta dessa ascensão social dos meus tios. Então isso eu também acho que ajudou nessa construção de sermos os primos pobres e, além disso, de morar em um bairro que tinha mais classe média, mais menino branco [...] Em um grupo de 50, 60 adolescentes, éramos nós três os negros.

A relação entre classe e raça é um tema problematizado nas discussões sobre desigualdades no Brasil (HASENVALG; SILVA, 1992, 1999; TELES, 2003). Na verdade, a sobreposição de raça e classe é um dos aspectos que caracterizam a sociedade brasileira. Considerando a branquitude, podemos dizer que a classe é um diferenciador que hierarquiza as relações de poder entre os sujeitos considerados brancos (SHUCMAN, 2012).

Pensando na construção das identidades raciais como algo relacional, o pesquisador leva em consideração as relações sociais que estabelece na infância e adolescência chegando à conclusão de que o fato de morar em um bairro de classe média, ter sido criado com primos com uma melhor condição socioeconômica e conviver com meninos brancos o fez construir uma identidade racial não-branca.

Apesar de sua construção identitária ser marcada pela diferenciação com um grupo branco e de classe média, Paulo é hoje classificado como branco em alguns espaços. O fato de ser professor universitário e pesquisador o transporta para um lugar que, no contexto das relações raciais brasileiras e nas hierarquias socioeconômicas, se espera encontrar um sujeito branco. Para Lia Vainer Schucman (2012), os sujeitos que carregam em sua corporeidade traços da branquitude podem alcançar o status de branco rico. Ao sujeito negro não adianta ter educação e ascensão social, pois quando adquire esses elementos, a raça ainda será o fator de sua interdição à elite: “a todos os brancos as portas estão abertas para a entrada na elite econômica e na sociedade. Ao negro, contudo, essas portas continuam fechadas” (SCHUCMAN, 2012, p. 97). São portas fechadas desde a forma mais hostil do racismo até a sutileza da ambiguidade do racismo brasileiro. Em alguns momentos a situação pode ser facilmente identificável, enquanto em outros ela se esconde através de mil evasivas e falsos argumentos.

O pesquisador parece perceber a possibilidade de o identificarem como branco pelo fato de ser professor universitário.

Agora eu também tenho convicção que no caso de pessoas com a aparência como a minha a questão da classe social, ela é muito importante. Da classe social e do espaço que ocupam. [...] O fato de ocupar esse lugar que branqueia, eu estou em um espaço branco. O tempo todo me afirmando negro, mas ao mesmo tempo, isso às vezes causa desconfiança e às vezes, desconforto [...] Eu acho que tem a ver com a questão de circular muito nos espaços onde tem muitas pessoas negras e da pesquisa sobre relações raciais no Brasil, porque aí você começa a fazer classificação por gradação de cor e inclusive ver quem tem mais ou menos legitimidade.

Ao mesmo tempo em que afirma ser possível que o tenham classificado como branco por circular em espaços onde há muitas pessoas negras, reafirma novamente o estranhamento dessa classificação feita por seus colegas dos NEAB.

Me surpreendeu. Não, de jeito nenhum, nunca esperava. Me surpreendeu muito. [...] Eu achei super estranho e não me auto classifico, eu não me identifico de forma nenhuma. Eu tenho dificuldade de me identificar. Tem uma questão de valores, tem uma questão de opção, das coisas que eu gosto, do que eu estudo, do que me interessa e ao mesmo tempo tem uma questão política. [...] Então, essa questão da identidade como política é uma discussão que eu venho travando tanto dentro do ativismo da academia quanto pessoalmente, há bastante tempo.

Apesar dessa surpresa, o professor afirma que já haviam perguntado para uma de suas orientandas sobre o interesse de seu orientador “branco” pelo estudo das relações raciais, indicando que essa não seria a primeira vez que foi classificado dessa maneira. De fato, devido ao caráter relacional e fluido dos processos de identificação, nem sempre a autoidentificação racial do indivíduo se aproxima de uma alterclassificação. Paulo tem consciência de que, além da cor da pele, vários são os elementos examinados no momento dessa classificação.

Esses outros meus colegas de NEABs, nem sei se devo nomeá-los ou não, e nem sei se eles também têm esse tipo de reação, das pessoas de os classificarem como brancos e eles se autotransformam como negros, mas são pessoas que tem a pele muito mais clara que a minha, mas tem o cabelo mais crespo, o lábio mais grosso, o nariz...

Como nos lembra Oracy Nogueira (1985), em nosso país a discriminação racial incide sobre os fenótipos dos sujeitos, indicando um preconceito que chamamos de “preconceito de marca”. Entre esses fenótipos estão a tonalidade da cor da pele, o tipo de cabelo, o formato do nariz e dos lábios. Neste preconceito racial “de marca”, a questão da origem racial de um indivíduo seria pouco relevante.

Os indivíduos são, assim, classificados socialmente como brancos e negros e, no contexto do racismo, poderão ou não ser discriminados por suas aparências físicas, pouco importando a porcentagem de genes de ascendência negra e africana que carregam em seus genomas. São os fenótipos que orientarão as representações sociais que recaem sobre esses sujeitos.

A construção da identidade racial está, de certa maneira, ancorada na classificação com base na raça, mas essas não são necessariamente convergentes. E, pensando nessa complexidade do sistema de classificação racial brasileiro, podemos dizer que os caminhos para essa construção identitária são complexos e

tortuosos. Para compreendê-la, devemos nos aproximar dos sujeitos e de suas experiências sociais.

Nesse sentido, ao considerarmos a identidade racial como uma construção relacional, devemos levar em consideração que as escolhas que envolvem esse processo transitam em um certo limite. Isso significa que, por mais amplo, ambíguo e abrangente que possa ser esse sistema, cada indivíduo guarda em si, baseado em suas características físicas, um campo de possibilidades de autotransclassificação e de heterotransclassificação (VELHO, 1994). Evidentemente, esse campo de possibilidades não é o mesmo para todos os sujeitos e apresenta-se de forma mais ampliada para os mestiços.

No caso brasileiro, ainda que possamos observar uma grande mobilidade e flexibilidade na identificação do “pardo”, existe, também para ele, um limite de possibilidades para a formulação de identidades raciais, o que demonstra que elas “não operam no vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos.” (VELHO, 1994, p. 46). Estamos diante das representações sociais construídas a partir de universos simbólicos compartilhados que classificam os sujeitos de acordo com sua raça.

Considerando a complexidade da interlocução entre classificação racial e identidade racial, Paulo reafirma que sua identificação enquanto negro é uma opção política. Nesse momento, nos remete ao que Lia Vainer Schucman (2012, p. 100) chama de um fenômeno paralelo. Alguns sujeitos que podem ser classificados como brancos e que apresentam críticas aos valores associados à branquitude constroem vinculações com as chamadas culturas negras como maneira de demonstrar que, apesar de características associadas a um fenótipo branco, não se identificam com os significados atribuídos a esse conceito.

Por outro lado, a classificação do pesquisador como branco pelos colegas do mesmo campo de estudos e pesquisas e que o indicaram para a pesquisa revela o quanto os aspectos fenotípicos são considerados em nossa sociedade como um forte critério de classificação racial do brasileiro. Sendo assim, não há como fugir da raça, entendida sociologicamente como uma categoria que ainda se mostra marcante para entendermos as relações raciais no Brasil nos mais diversos campos, inclusive na produção do conhecimento.

5.1.2 Construções entre o pardo e o branco: a vivência de um não lugar

Logo no início da entrevista, Paulo reafirma que vem pensando na construção de sua identidade e na questão de sua classificação como branco pelos NEAB desde nossa primeira conversa, quando foi convidado para a realização da entrevista.

Acho que tem uma questão forte tanto com a minha identificação quanto com a forma que eu sou identificado que se relaciona com o que o Nelson Xavier relata no finalzinho do filme “A negação do Brasil” de Joel Zito Araújo quando ele diz que no, caso dele, às vezes é pior por que não é nem preto, nem branco, então ele fica como um sem lugar. Então isso, na minha posição hoje, isso é algo que é esse sem lugar, que em determinados contextos às vezes aparece, esse lugar do pardo brasileiro. Estou usando pardo por uma intencionalidade que é de falar desse meio termo.

O depoimento de Paulo é emblemático, possibilitando refletir como a construção da identidade racial e o lugar da mestiçagem nela envolvido relacionam-se o tempo inteiro com o olhar do outro, com o contexto e a posição social, bem como com as representações sobre quem é negro e quem é branco no Brasil. Paulo, que se autodeclara pardo, nos apresenta uma situação de ambiguidade oriunda do encontro de sua identificação racial com a classificação do outro. A anunciação desse não lugar nos remete à construção de uma nacionalidade mestiça e entendemos que identificar-se como pardo nesse contexto é, em alguma medida, revelar um lugar de tensão, reflexão e questionamento.

Talvez o pesquisador tenha observado que, no Brasil, não basta ser pardo ou mestiço e construir uma identificação pessoal e política com a questão racial para ser classificado como negro. Apesar da mestiçagem, há em nosso país uma linha divisória e simbólica que aponta para a existência e a força das categorias raciais dicotômicas “negro” e “branco”. O lugar do mestiço, apesar de ser reconhecido como resultado da mistura racial e cultural em nosso imaginário e vivência sociorraciais, acaba empurrando esses sujeitos não muito distantes dos brancos mais para a referência de pertencimento como branco ou do “sem lugar”.

Autores como Stuart Hall e Homi Bhabha afirmam que as identidades, antes restritas às lógicas binárias e fixas, se apresentam cada vez mais fluidas e

transitórias. A luta por reconhecimento, característica da busca pelas identificações, passa a ser mais estratégica e performática que essencialista.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividade originárias e iniciais e focalizar aqueles movimentos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 19)

A construção desse “entre-lugar” possibilita a emergência de interstícios nos quais as experiências intersubjetivas e coletivas e os valores culturais são negociados. Esse lugar intersticial questiona as noções bipolares e as categorizações postas. As negociações formam passagens entre fronteiras, possibilitando a construção de hibridismos, sem, no entanto, transformá-las em pontos de separação.

A existência desse sujeito situado no entre-lugar é um novo elemento fruto do embate da tradição com a contemporaneidade. A consideração dessas novas possibilidades não abandona os discursos identitários anteriores, mas provoca sua ressignificação, buscando um diálogo necessário com a transitoriedade e a hibridez do presente.

A identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensado da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas. (HALL, 2005, p.104)

Pensado dessa maneira, é importante tomar por base as identidades fixas estabelecidas. No entanto, é preciso explicitar que essas definições não são suficientes para compreendermos o dinamismo característico dos sujeitos contemporâneos.

É nesse contexto que o indivíduo mestiço, que tem sua identidade marcada por elementos da branquitude e da negritude, é chamado a posicionar-se racialmente no contexto brasileiro. Nesse momento ele questiona as classificações raciais estabelecidas, produzindo um sistema de racialização completamente

dinâmico, com direções e normas frágeis que dependem das vinculações e preferências de cada sujeito. Nas palavras de Paulo: “a gente trata de elementos que eles não estão fixos, você tem uma certa permeabilidade nisso, tem uma certa mudança. Então os espaços que as pessoas ocupam, como elas ocupam esses espaços.”

Pensando na especificidade da mestiçagem nas relações raciais brasileiras, afirmar que o povo brasileiro é majoritariamente mestiço não significa dizer que esses mestiços sejam exatamente iguais em termos físicos e nem que possuam uma mesma interpretação sobre o seu pertencimento étnico-racial. Nesse contexto, é importante ressaltar que a permeabilidade da linha de cor reservada a indivíduos considerados socialmente não muito distantes dos brancos nos ajudam a pensar os limites das classificações raciais no Brasil.

Considerando que o mestiço de características fenotípicas associadas ao grupo dos negros é, em algum momento, assimilado como pardo para compor a população negra no Brasil, é possível imaginar que existam também mestiços com características mais caucasianas, os branco-mestiços, que poderiam compor o grupo dos brancos. Essa constatação nos ajuda a desvelar as hierarquias internas da branquitude que recolocam as relações de poder e privilégio dentro das próprias categorias raciais.

São as inquietações trazidas por esses sujeitos branco-mestiços que nos provocam a pensar no desenvolvimento de problematizações sobre a construção de uma localização intermediária que dê conta dessa realidade. São sujeitos que, apesar de apresentar um fenótipo que expressa a mestiçagem, possuem características fenotípicas que socialmente os direcionam para a classificação racial como brancos. Nos objetivos dessa pesquisa, é possível dizer que são dimensões que remetem à branquitude. Sua aparência carrega também o valor simbólico da brancura, cabendo a eles os mesmos privilégios raciais e sociais do grupo branco. Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar que carregam consigo outras marcas, símbolos e significados construídos em alguma medida pelos efeitos da miscigenação.

Nesse ponto é importante questionar como os elementos associados à hegemonia branca se reatualizam em contextos miscigenados como o Brasil. Os sujeitos que apresentam fenótipos ambíguos constroem suas identidades individuais e coletivas conectados a uma realidade que remete à construção da identidade

nacional pautada nos elementos da branquitude, do branqueamento e da mestiçagem.

Diante de uma realidade que nos aponta os limites de nossas categorias raciais, é importante repensar nosso arcabouço teórico considerando a complexa fragmentação sociorracial observada em nossa sociedade, principalmente no que diz respeito às hierarquias internas do grupo branco, reatualizadas pelos elementos da miscigenação.

A despeito da complexidade que envolve a formulação científica, empírica e política da construção de uma identidade com localização racial intermediária, destacamos a potencialidade dessa construção para desvelar os processos de construção social, material, simbólica e subjetiva dos privilégios da branquitude e os meandros de nosso racismo à brasileira.

O professor Paulo questiona esse lugar de ambiguidade que ocupa, problematizando as questões da representatividade em grupos de pesquisa e produção acadêmica sobre as relações raciais.

Três vezes me convidaram para ser da diretoria da ABPN, uma vez insistentemente. Duas dela eu podia escolher qualquer cargo porque estava tudo em aberto, mas eu duvido que se eu dissesse: "Eu topo, vou ser presidente", que isso seria aceito. [...] Aí eu acho que tem a questão da aparência, da gradação de cor. Por que as pessoas iriam dizer: "A gente vai ter um branco, um quase branco, para ser o presidente da associação de pesquisadores negros." Também tem uma ambiguidade aí, tem uma ambiguidade que é: Eu acho que para assumir uma posição dessa a questão da cor não passa em branco. Inclusive ter um discurso de desqualificação: "Ah, mas você tem esses pesquisadores negros que colocam o branco como presidente da associação", inclusive como desqualificador. Eu acho que é possível ter esse tipo de leitura de fora.

É interessante notar a sua reflexão sobre o questionamento de sua própria legitimidade por ser classificado socialmente como branco. Essa situação leva o pesquisador a não assumir cargos políticos em campos acadêmicos mais específicos e marcados por maior politização da raça, como é o caso da ABPN. Ele chega, inclusive, a ponderar como a sua pertença racial socialmente ambígua poderia, nas relações de poder acadêmicas e racializadas, operar como elemento desqualificador para a luta acadêmico-política de pesquisadores negros. No entanto, essa mesma situação parece não ser vivenciada pelo pesquisador no GT 21 da ANPED, Educação e Relações Étnico-Raciais, do qual foi coordenador. Cabe

indagar se a demarcação política e pedagógica diferenciada da questão racial na ABPN e na ANPED interferem nesses posicionamentos distintos.

Uma das possíveis explicações para essa diferenciação talvez seja o fato de a ABPN se configurar como um espaço acadêmico marcado pela luta política. A própria criação da Associação demarca um espaço de reivindicação e de visibilidade *sui generis* no âmbito acadêmico. Espaços acadêmicos como os Congressos de Pesquisadores Negros (COPENE), organizados pela ABPN, são fóruns indispensáveis para provocar, nas palavras de Claudia Miranda (2006, p. 15), “uma desestabilização do modelo unívoco de produção do conhecimento.” Exatamente por tensionar o modelo único de produção de saberes, esses fóruns se configuram enquanto espaços de disputa nos quais o pertencimento étnico-racial do pesquisador se torna um ponto de pauta. Podemos indagar: quem tem legitimidade para assumir um cargo de gestão nesse contexto? Para o professor Paulo, o fato de ser classificado como um branco ou como um quase branco inviabiliza o acesso à presidência. Segundo ele, nesses casos “a cor não passa em branco”.

Já em espaços acadêmicos como a ANPED, acreditamos que esses intelectuais comprometidos com a luta antirracista experimentam um pertencimento acadêmico marcado pelo enfrentamento do que a autora chamou de “situações mistas”, que seriam situações que se dão na medida em que se estabelecem relações entre sujeitos estigmatizados, de um lado, e sujeitos representados como a norma, de outro, vivenciando as limitações características de espaços coloniais de poder (Miranda, 2006). Assim, podemos imaginar que, para um sujeito com o fenótipo de Paulo, seja menos problemático assumir um cargo de gestão na ANPED.

A ambiguidade desse lugar do branco-mestiço pode ser representada novamente em um momento relatado por Paulo. No COPENE de 2012, o entrevistado estava assistindo a um debate enquanto aguardava o início da mesa da qual iria participar.

Ele estava falando sobre política afirmativa e a questão da linha de cor, e ele falou: “Ah, o Paulo Vinícius que está aqui, é um dos que eu acho que não entraria pelas cotas, ou não devia entrar pelas cotas.” [...] Ele me classificou de uma forma indireta, meio implícita como branco, sem me chamar de branco. Então ali eu acho que teve uma situação assim. Eu fiquei desconfortável.

Podemos dizer que reconhecimento da ambiguidade, posicionamento político e desconforto são dimensões muito presentes na experiência social e na trajetória acadêmica desse pesquisador.

Scott (1990) sugere que se desconstrua a oposição binária entre igualdade e diferença como a única via possível de análise. A autora nos chama a atenção para o constante trabalho de considerarmos a “diferença dentro da diferença”, pois a opção pela oposição binária desconsidera as diferenças internas dentro de um mesmo grupo, no caráter, no desejo, na identificação racial, na experiência histórica, na subjetividade. “A mesmidade construída em cada lado da oposição binária oculta o múltiplo jogo das diferenças e mantém sua irrelevância e invisibilidade” (Scott, 1990, p. 45)

No universo branco, o que parece é que nossa sociedade se apropriou de significados compartilhados sobre pureza racial e superioridade defendidos e aceitos em tempos passados, desta maneira desenvolvendo um sistema hierárquico camuflado e silencioso de atribuição de status social que desvaloriza as pessoas na proporção direta em que elas se afastam do modelo ideal de brancura. (SCHUCMAN, 2012)

Os padrões estéticos não remetem à tonalidade de cor de pele, mas sim a traços, feições e cabelo, que aparecem como relacionados ao que os entrevistados nomearam como brancos, independentemente das diferentes tonalidades da brancura dos sujeitos. (Schucman, 2012, p.70)

A relação do pesquisador com a única irmã é um exemplo dessas diferentes possibilidades de autoidentificação. De acordo com o entrevistado, os dois são muito parecidos, possuem o mesmo tom de pele, o mesmo tipo de cabelo, os mesmos traços, mas a irmã, apesar de também se declarar parda, não gosta de ser chamada de negra.

Minha irmã nunca se autot classificou nem nunca se aceitou e ela é muito parecida comigo [...] Ela não se aceita negra, e no IBGE ela também se classifica como parda. Mas ela tem horror a ser chamada de negra e eu sempre tive muito mais conforto. [...] Eu acho que tem muito a ver com a construção de identidade e de autoconfiança nos outros espaços que eu vivo. Eu sempre fui muito autoconfiante e tem alguns eventos que são marcantes para essa construção.

Partindo dessa chave de análise, percebemos que a questão da miscigenação dá ao Brasil uma condição ligada à branquitude que difere de outros países, pois aqui é branca qualquer pessoa com fenótipo considerado branco, mesmo que tenha uma família miscigenada e sua ascendência esteja distante dos colonizadores brancos (SCHUCMAN, 2012). Talvez sob esse aspecto seja possível compreender porque é plausível, no Brasil, um sujeito se autodeclarar pardo, mas ser socialmente classificado como branco, como é o caso de Paulo.

5.1.3 A academia e a questão racial

Paulo afirma que sempre teve interesse pelo tema das relações raciais no Brasil. No entanto, sua vinculação acadêmica à temática se deu por acaso. Diante da impossibilidade de conseguir financiamento para uma pesquisa de doutorado sobre representação social da infância em Barcelona, ele conta que se inscreveu com essa mesma proposta de pesquisa na PUC de São Paulo. Ao ser aprovado para realizar seus estudos com a Profa. Dra. Fúlvia Rosemberg, eminente pesquisadora que estuda relações raciais e de gênero, recebeu a proposta de estudar livros didáticos na perspectiva de gênero. Nesse momento, pôde afirmar seu interesse em estudar os livros didáticos, no entanto optando pela perspectiva das relações raciais.

Isso foi uma mudança por um mero acaso. Eu não pensei em fazer doutorado sobre as relações raciais por que faltava referência. Era um assunto que eu sempre queria, mas faltava referência. [...] Eu tinha curiosidade e lia algumas coisas, mas não lia sistematicamente como passei a ler depois que eu tomei como tema de pesquisa no doutorado.

Desde então, a temática das relações raciais passou a ser seu principal tema de pesquisa. Essa vinculação, segundo o entrevistado, foi se intensificando ao longo de sua trajetória. Um momento a ser destacado é a criação do NEAB na Universidade Federal do Paraná. Segundo ele, havia um grupo de estudos sobre a temática que foi se fortalecendo diante das discussões sobre a adoção de políticas afirmativas na Universidade, e esse processo culminou na institucionalização desse grupo como um NEAB. Paulo foi o condutor desse processo e permanece à frente do núcleo, agora em uma gestão compartilhada com outros colegas.

Outro ponto destacado pelo entrevistado como importante nessa construção é a parceria realizada com outros pesquisadores e núcleos do Consórcio de NEAB. Com esse grupo, constrói uma interlocução acadêmica com possibilidade de articulação em projetos de pesquisa e eventos acadêmicos de fortalecimento mútuo. É importante destacar o protagonismo de iniciativas como a constituição da rede nacional de NEAB, que segue instigando novas formas de interlocução, debate e produção intelectual. São espaços acadêmicos de fortalecimento mútuo que estimulam debates sobre desafios teóricos, políticos e metodológicos de enfrentamento ao racismo no Brasil.

A ABPN também se configura, nesse contexto, como um importante espaço de interlocução e troca acadêmica. Apesar dos questionamentos colocados por Paulo sobre a legitimidade em ocupar cargos de gestão nessa Associação, o pesquisador ocupou o cargo de representante da região sul. Outro espaço de importante interlocução é o Grupo de Trabalho 21 da ANPED. Apesar de serem grupos distintos de produção acadêmica, Paulo destaca que alguns pesquisadores estão vinculados a esses dois espaços acadêmicos, o que facilita as possibilidades de interlocução.

Apesar de considerar a importância desses espaços de interlocução acadêmica, Paulo destaca o lugar de subalternidade ocupado pela temática das relações raciais no campo acadêmico.

O trato é marcado pelas formas do racismo no Brasil. Você tem o silêncio que opera como reificador do mito da democracia racial e tem uma percepção meio geral que falar disso, de relações raciais é ruim, incômoda, as pessoas não gostam. Tem uma defesa muito grande das pessoas acharem que por você está falando de relações raciais, você está agredindo o outro, chamando de racista. E tem também uma posição que é uma posição de manter privilégios. Tem uma questão de política, e isso a gente vê nos embates sobre política afirmativa, que você tem um jogo que é um jogo de interesse. Acho que tem um interesse corporativo branco que se manifesta, mais a gente tem que ser apto para perceber como ele se manifesta. Aí você tem esse interesse branco de manter uma hegemonia dentro dos espaços de construção de conhecimento, dentro do espaço universitário, dentro do espaço acadêmico, que não se manifesta de uma forma direta, mas que se manifesta dessas diversas maneiras de escamotear, de não tratar, de desvalorizar, de desqualificar a questão racial.

Em uma sociedade marcada por relações sociais e raciais de tamanha complexidade e que alimenta hierarquias da mesma ordem, como poderia a

universidade ser um espaço imune a tais situações? Na perspectiva aqui trabalhada sobre a colonialidade do saber, é possível considerar a universidade, também, como um espaço de expressão do modo colonial de construção do saber. Nesse sentido, é possível que essa instituição produza, ao mesmo tempo, intelectuais comprometidos com as hierarquias raciais e os privilégios da branquitude e intelectuais que questionam e subvertem essa mesma situação.

Diante dessas constatações, fica a pergunta: qual seria o papel dos sujeitos brancos na luta antirracista? Para o pesquisador Paulo: “onde tem racismo, tem antirracismo. A gente precisa construir pontes e parcerias, as mais amplas possíveis, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista social.”

Nesse momento o entrevistado cita o antropólogo José Jorge de Carvalho (2004), ao afirmar que a solução para a questão racial no Brasil passa pela necessidade de um acordo em que seja possível articular o maior número possível de negros, brancos e índios dispostos a lutar pela eliminação de todas as formas de discriminação racial no Brasil.

Nesse acordo os brancos reconhecem esse espaço de poder, reconhecem que o racismo é estrutural e estruturante na sociedade brasileira, e se dispõem a operar junto para construir uma sociedade em que haja espaço para todos os grupos étnico-raciais ocuparem posição de poder, que não tenha uma denominação branca como a vigente.

O papel do branco, nesse sentido, passa a ser entendido como fundamental para o rompimento das hierarquias de poder associadas à raça e aos privilégios da branquitude. Mas não é qualquer branco. Para que esse processo possa realmente se efetivar é necessário pensar a possibilidade da construção de identidades brancas que questionem os significados da branquitude. Esse processo, na maioria das vezes, requer a reeducação para as relações raciais, questionando as desigualdades socialmente construídas com base nas raças.

O brasileiro, ele é antirracista e racista ao mesmo tempo. Todos nós somos assim. [...] Há várias pessoas que podem estabelecer parcerias com a gente, que tem sua parte antirracista e às vezes podem nem perceber que determinada prática, determinado discurso, determinado tipo de comportamento ou de fala é discriminatória [...] Eu acho que pode ter um papel pedagógico no sentido de criar um outro tipo de percepção, um outro tipo de postura em relação a questão étnico-racial.

Em sua fala, o professor Paulo aborda a ambiguidade do racismo brasileiro, que se afirma em sua própria negação. Sua trajetória pessoal e acadêmica, em conexão com a construção de sua identidade racial, desvela a complexidade das relações raciais no Brasil. Além disso, interroga as classificações raciais existentes e nos apresenta a urgência de pensarmos uma localização racial intermediária que possa dar conta de uma realidade marcada pela miscigenação.

5.2 O ser branco enquanto uma heteroclassificação – Prof. Marcelo

5.2.1 A possibilidade da construção de uma identidade branca

Marcelo Henrique Romano Tragtenberg é Professor Associado I da Universidade Federal de Santa Catarina. Leciona nessa instituição desde 1982 e possui graduação em física (bacharelado e licenciatura) pela Universidade de São Paulo. Possui mestrado e doutorado também em física pela mesma instituição. Realizou seus estudos de Pós-Doutorado na Universidade de Oxford. Tem experiência na área de física, com ênfase em física estatística. Desenvolve também pesquisas sobre Ações Afirmativas no Ensino Superior para negros, indígenas e oriundos de escolas públicas.

O contato com o pesquisador Marcelo foi feito através de e-mail. Ele nos respondeu prontamente, aceitando o convite. No entanto, diante de dificuldades de agenda, a entrevista demorou um pouco a ser realizada. Marcelo optou por realizar a entrevista via Skype, o que foi feito em junho de 2013.

Marcelo é um homem de 55 anos, paulista e casado. Filho de um sociólogo e de uma atriz e diretora de teatro, se autodeclara branco. Quando questionado sobre o porquê, responde apenas com uma constatação: “Porque sou branco... [risos]”. Seus bisavôs paternos, imigrantes judeus, segundo o entrevistado, beneficiaram-se da política de branqueamento, recebendo terras e instalando-se no interior do Rio Grande do Sul.

Eu sou o cara que se beneficiou da política de branqueamento. Meu bisavô e minha bisavó vieram para uma colônia anarquista no Rio Grande do Sul com tudo pago. Com a terra paga e tal. Então eles trabalharam nessa colônia e foram incentivados para isto.

Entre 1870 e 1930 tivemos no Brasil o surgimento de teorias raciais que afirmavam o cruzamento inter-racial como forma de resolver o problema de um país mestiço e negro. A disseminação de conceitos de uma suposta superioridade racial, baseados em teses científicas de eugenia, buscava defender o branqueamento da população como fator necessário para o desenvolvimento do país. A elite brasileira, à época majoritariamente branca, entendia que o Brasil não poderia se desenvolver com uma população composta em sua maioria por negros e mestiços. Com base na ideologia do branqueamento, a imigração europeia, subsidiada pelo Estado, passa então a ser considerada como necessária para a “salvação” da população brasileira e sua conseqüente melhoria. Contrapondo-se a um discurso que busca apagar as hierarquias raciais em nosso país, o professor Marcelo se afirma como beneficiário dessa política de Estado, questionando sua suposta neutralidade. Reafirma, dessa maneira, que não são as políticas de ação afirmativa que inauguram a adoção de critérios baseados na raça para a distribuição de recursos públicos.

No que diz respeito ao seu pertencimento étnico-racial, o entrevistado afirma que o fato de ser judeu o ajuda a se definir no mundo, segundo ele, a partir de uma heteroclassificação.

Tem uma coisa em relação ao pertencimento que eu acho que talvez ajude a entender melhor. Eu me considero também um judeu. Mas não judeu do ponto de vista religioso, não judeu do ponto de vista das tradições, mas pelas mesmas razões que as pessoas são negras no Brasil. Porque elas são consideradas pelos outros como negras. Então eu sou considerado pelo meu sobrenome, pela minha ascendência, como judeu. Então não é um pertencimento étnico no sentido cultural, mas no sentido de heteroclassificação.

A questão da heteroclassificação, na visão do entrevistado, parece mesmo ser um elemento definidor do pertencimento étnico-racial. Considerando que as identidades são relacionais e contingentes, brancos e negros só existem em relação um ao outro. Essas categorias são significadas e ressignificadas sempre em relação ao contexto histórico e cultural no qual os indivíduos e grupos sociais estão inseridos.

Como nos coloca Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 39), “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. [...] A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença.” Assim, a identidade de um

grupo social somente pode existir na visão de outra identidade cultural. Isso significa dizer que a construção do outro como diferente é a base de sustentação do próprio grupo social. Nesse sentido, o próprio conceito de identidade se fundamenta no reconhecimento de uma identidade por exclusão de outra.

A identidade e a diferença se traduzem, dessa maneira, em declarações sobre quem tem o direito de pertencer e quem não tem o direito de pertencer. Demarcam fronteiras, dividindo, classificando, normatizando e vinculando suas definições às relações de poder estabelecidas na sociedade (SILVA, 2000).

Esse posicionamento reforça a necessidade de pensarmos as relações raciais no Brasil considerando as interações entre negros e brancos, uma vez que, em alguma medida, a construção identitária desses grupos só é possível a partir da visão que se tem do outro.

Situação semelhante foi encontrada por Schucman (2012) em sua pesquisa de doutorado que buscava compreender de que forma a ideia de branquitude é apropriada e constituída pelos sujeitos brancos na cidade de São Paulo. Uma de suas entrevistadas, ao falar sobre a questão do cabelo, afirma apenas lembrar que é branca quando confrontada com sua diferença em relação à identidade negra.

Lia: Você se dá conta, no seu dia a dia, de que é branca? Pensa sobre isso? Em que situações?

Isabela: Sim, principalmente quando as pessoas chegam e dizem: “Ah, meu cabelo tá horrível!”. Tem um amigo meu, ele é moreno e reclama muito do cabelo, aí ele faz assim: “Ah, hoje meu cabelo tá horrível!”... Eu me lembro, meu cabelo nunca tá ruim; e nesse momento eu me dou conta, eu sou branca, e ele não. (SCHUMAN, 2012, p. 69)

Ainda sobre essa questão, o pesquisador completa:

Eu acho o seguinte: ser branco ou ser negro é definido pelos outros, não é definido por você. Ninguém se auto-definiria como branco ou como negro porque eu acho que essas são sempre heterodefinições. Para mim não existe uma diferença cultural entre brancos e negros ou mesmo assim uma diferença, a menos que você tenha uma etnicidade mais aprofundada. [...] Eu não vejo diferenças culturais. Ser branco ou ser negro para mim é sempre uma heterodefinição, é uma definição dada pelos outros. Se não houvesse nenhum tipo de classificação com um viés discriminatório, eu acho que não existiria uma classificação entre branco e negro no Brasil. Eu acho que ela surge por causa do viés discriminatório e é isso que cria a diferença. Você estava perguntando

qual a diferença em ser branco ou ser negro, é a forma como você é visto pelos outros e não a forma como você é.

O depoimento elucida a dimensão da discriminação na construção das identidades. Para o entrevistado, a questão da diferença entre brancos e negros é ressaltada devido à transformação dessa diferença em desigualdade. Interessante pensar que a diversidade brasileira, entendida muitas vezes como um elemento positivo da construção de nossa identidade nacional, pode ser convertida em desigualdade a partir de hierarquizações e atribuição de valores positivos e negativos aos diferentes grupos de cor. Nesse processo, ao grupo dos brancos são atribuídos, na maioria das vezes, valores positivos, enquanto ao grupo dos negros atribui-se valores negativos.

A discussão sobre atribuições de valores distintos aos diferentes grupos de cor no Brasil nos remete à maneira como foram estabelecidas as relações coloniais de poder. A construção do outro como subalternizado baseia-se na naturalização das diferenças entre os grupos humanos, estabelecendo a raça como elemento fundante dessas hierarquizações. A transformação de diferentes em desiguais promove a criação de uma identidade racial, colonial e subalternizada, implicando na desconsideração de um lugar histórico na produção cultural da humanidade. São coletivos feitos desiguais (ARROYO, 2012)

No caso brasileiro, ao analisarmos a construção da identidade nacional não podemos desconsiderar a dimensão da mestiçagem, a qual traz complexidade às hierarquizações dos diferentes grupos de cor. Steyn (2004) nos alerta sobre a necessidade de analisar as especificidades dessas narrativas “branco-acinzentadas” construídas em sociedades pós-coloniais. Conceitos como hibridez, sinergia e intersecção interrogam a possibilidade de construção de uma branquitude cultural e racialmente pura. O desafio colocado ao analisar essas realidades é trazer à tona as diversas maneiras de continuar experimentando os privilégios da branquitude, apesar da evidente miscigenação do povo brasileiro.

Quando questionado sobre o significado de ser branco no Brasil, Marcelo afirma:

Eu acho que ser branco é você estar em uma posição privilegiada. É a mesma coisa de você ser rico ou você ser um político. É uma posição de poder, uma posição de "mando", ou você ser uma liderança. Eu acho que é você estar em uma posição privilegiada.

Schucman (2012) constatou que a maioria de seus entrevistados brancos percebe que tem privilégios em relação aos não brancos. Assim como Marcelo, parecem ter consciência dos benefícios da branquitude. O racismo, nesse contexto, aparece como um mecanismo que garante que os brancos se mantenham em posições de vantagens, de privilégio.

Eu acho que tem um monte de vantagens. Em geral quando você é parado em uma blitz isso é uma vantagem [...] em relação aos negros eu sou menos parado em blitz. Eu acho que do ponto de vista da universidade, como que eu sou considerado dentro da universidade. Eu tenho colegas negros que são estranhados pelos alunos [...] Entram em uma loja e precisam reafirmar que tem dinheiro para comprar as coisas se não são maltratados pelos atendentes ou de loja ou de restaurante. Então eu percebo que eu tenho uma vantagem em relação a eles por ser branco.

A constituição dos sujeitos enquanto brancos pode ser entendida como singular, pois cada sujeito constrói uma identidade racial a partir de suas experiências individuais, que, pela invisibilidade de sua pertença racial, parecem estar desconectadas da construção coletiva da identidade de seu grupo. No entanto, não podemos desconsiderar que as experiências que possibilitam a construção dessas identidades são vivenciadas em uma determinada estrutura, um contexto de relações de poder que define as posições dos diferentes grupos de cor nas relações raciais no Brasil.

Em nosso país, a mestiçagem surge como um discurso capaz de disseminar o ideal de inclusão vivenciada por todos os brasileiros. É apresentada como justificativa para a negação do racismo e nos faz acreditar que, por sermos mestiços, somos imediatamente uma nação que conseguiu expurgar o racismo. No entanto, a complexidade de nossa identidade nacional está justamente no fato de reproduzirmos o racismo apesar de nossa miscigenação. Reforçamos, assim, os elementos da branquitude que sustentam a hegemonia e os privilégios dos brancos, mesmo que mestiços.

Considerando a complexidade das relações entre miscigenação e branquitude, podemos afirmar que a construção de uma identidade racial branca é marcada por inúmeras diversidades. Schucman (2012) nos lembra que, no contexto brasileiro, os fenótipos brancos também são hierarquizados.

No interior do grupo dos brancos há características da mestiçagem que hierarquizam, por assim dizer, esta brancura. No subgrupo que alega ter origem europeia, há uma distinção entre o “branco brasileiro” e o “branco original”. (SCHUCMAN, 2012, p. 84)

Ressaltamos então a necessidade da construção de uma localização racial intermediária que possa nos ajudar a compreender as hierarquizações internas dentro do próprio grupo dos brancos.

Entre os elementos utilizados nessa diferenciação, destacamos que o valor da branquitude está vinculado à origem europeia que hierarquiza os brancos brasileiros, definindo graus de brancura (SOVIK, 2009). O relato abaixo parece corroborar essa afirmação.

Tem vários tipos de brancos também, né. Tem os brancos judeus, tem os brancos palestinos, tem os brancos alemães, tem os brancos italianos, tem os brancos português [No Brasil] Tem o branco que é moreno e tem o branco que é loiro. Os brancos loiros são mais valorizados que os brancos morenos em geral. [...] Então se você pegar a categoria geral de branco eu não sei. Provavelmente a grande maioria se acha branco por uma classificação como se fosse homem e mulher e não no sentido da questão do machismo ou feminismo, mas por uma classificação meramente factual. Sem o entendimento do que isto significa para as relações raciais.

Identificar-se enquanto branco não remete necessariamente ao que essa classificação significa para as relações raciais no Brasil. Compreender a branquitude na formação da nação brasileira significa retirá-la desse lugar de invisibilidade, trazendo à tona a incorporação de valores associados à brancura na construção da identidade nacional e proporcionando uma releitura das relações sociais e políticas que definem as identidades raciais e os valores que as sustentam. Essa análise carece de estudos mais aprofundados do processo sócio-histórico que definiu lugares sociais para brancos e negros no Brasil.

5.2.2 Do entendimento da questão racial no Brasil à ação política

As desigualdades raciais são importantes para o entendimento das relações sociais no Brasil, a ponto de serem consideradas como “estruturais e estruturantes” da sociedade brasileira (GOMES, 2007). No entanto, a vivência da branquitude parece possibilitar a invisibilidade dessa questão para o grupo dos brancos.

Diante dessa invisibilidade ativamente produzida (SANTOS, 2008), a possibilidade de construir politicamente uma consciência racial precisa de um detonador, algum evento na vida dos sujeitos, alguma experiência que traga à tona essa questão. No caso do professor Marcelo, a experiência de morar em outro país e perceber a disparidade no tratamento dos diferentes grupos raciais aguçou o olhar para o entendimento das questões raciais no Brasil.

Eu acho que essa minha experiência na Inglaterra foi menos de eu me sentir pertencendo a uma raça do que eu perceber que determinados grupos étnico-raciais eram discriminados fortemente no Brasil e você tinha que fazer uma política afirmativa. Uma política de valorização especial para esses grupos, os negros e os indígenas.[...] Eu achava que no Brasil tinha racismo, mas não achava que era uma coisa tão estrutural. Então a partir de 99/2000 eu comecei a avaliar isso e a achar que o racismo era estrutural. Então do ponto de vista de autotransclassificação, se for para colocar o "X", eu sempre fui branco, agora do ponto de vista da consciência do que significa ser branco no Brasil é mais recente. [...] Só aconteceu depois da minha estada na Inglaterra, onde eu comecei a prestar um pouco mais de atenção nestes detalhes.

O pesquisador se interessou pelo tema quando morou em Londres (de março de 1999 a fevereiro de 2001), onde fez pós-doutorado pela Universidade de Oxford. Vendo o Brasil “de fora”, constatou o quanto somos um país racista.

O que me inspirou foi a minha vivência no exterior, foi isso que me inspirou. Foi aquilo que eu falei né, de que eu estava na Inglaterra e via que era valorizada a diversidade étnico-racial do ponto de vista da televisão, da programação da televisão, dos grupos pop, nas escolas isso é uma coisa valorizada. Na televisão no ponto de vista dos telejornais, os âncoras de televisão, as novelas, então o imaginário é trabalhado no sentido de construir a igualdade étnico-racial. [...] Valorizar isso dentro de cada microespaço seja ele um espaço de poder ou só um microespaço de lazer e entretenimento.

Essa experiência parece realmente ter marcado de maneira decisiva a posição do professor Marcelo no que diz respeito à questão racial. No ano de 2002, de volta ao Brasil, escreve um artigo para a Revista Espaço Acadêmico intitulado “Um olhar de branco sobre ações afirmativas”, no qual busca expor os motivos pelos quais decidiu “se colocar e se mover em favor das ações afirmativas no Brasil” (TRAGTENBERG, 2002).

No referido artigo, o pesquisador descreve com detalhes a vivência da questão racial na Inglaterra, destacando que, apesar da existência de conflitos raciais, às vezes bastante violentos, existia uma “consciência social da importância de valorizar a diversidade cultural e enfrentar o racismo de frente”. Posição distinta daquela que verificamos no Brasil, “um país aparentemente sem racismo”.

Certamente, antes de ir para a Inglaterra, não me sentiria incomodado [...] Meu olhar era de branco, educado numa sociedade com racismo cordial, com minha percepção contaminada por essa forma sutil de racismo. (TRAGTENBERG, 2002, s.p.)

O que se segue a partir desse ponto do artigo escrito pelo pesquisador é uma discussão sobre a necessidade e a urgência da implementação de Ações Afirmativas no Brasil com o objetivo de reverter o quadro de desigualdades entre brancos e negros apresentado. Por fim, afirma de maneira categórica:

Considero imperioso que os brancos brasileiros percebam que o problema dos negros enquanto discriminação racial e social não é somente problema deles. É um aspecto da injustiça reinante no Brasil. Assim como é o da fome e da pobreza em geral. Portanto, requer posicionamento e ações efetivas de brancos e negros, no sentido de ser enfrentado e solucionado. (TRAGTENBERG, 2002, s.p.)

Na entrevista, o professor reforça que o papel dos brancos, nesse sentido, se torna fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária no ponto de vista da raça.

Eu acho que é fundamental o papel dos brancos. Eu acho que o papel dos negros é muito importante, mas também é muito importante o papel dos brancos. Eu acho que se só os negros tiverem... ainda mais se você olhar no estado em que eu estou onde 85% da população é branca, então aqui mais radical isto do que no resto do Brasil. Em média no

Brasil a metade é branca, então é muito importante o papel que os brancos tem na luta pela igualdade racial.

Ao ser questionado sobre a maneira como os brancos poderiam contribuir nesse processo de desconstrução das desigualdades raciais no Brasil, o pesquisador afirma que é preciso primeiro o entendimento das relações raciais no Brasil e, após esse primeiro movimento, a construção de uma “opinião transformadora”.

Bom, eu acho que o primeiro papel é o entendimento do Brasil e das relações, das desigualdades e de racismo no Brasil. Esta é a primeira coisa, a segunda coisa é a formação de uma opinião transformadora, uma postura transformadora disso. E daí depende do nível de disponibilidade política da pessoa ou da posição em que ela está o fato dos encaminhamentos práticos que ela vai tomar para contribuir para uma transformação em direção a uma igualdade racial no Brasil.

Interessante ressaltar que, na visão de algumas pessoas, para que um branco se interesse pela luta antirracista é necessário que as experiências passem necessariamente pela esfera privada. Marcelo relata que a todo momento é questionado se já teve alguma namorada negra ou se tem algum negro na família. É como se essa fosse uma questão que diz respeito apenas à população negra e os brancos só pudessem se interessar pelo tema a partir de experiências de foro íntimo.

As pessoas acham que esse é o tipo de motivação para você se envolver com essa questão. Na verdade minha motivação não começa pela pesquisa, ela começa pela ação política. Então, era eu perceber que os negros e os indígenas eram muito negligenciados e excluídos no processo histórico brasileiro. Então começa pela ação política, só que para você ter ação política qualificada você precisa ter conhecimento de causa, então por isso eu fui fazer pesquisa sobre o assunto.

O entendimento de que as questões que envolvem as desigualdades construídas entre negros e brancos no Brasil são de responsabilidade de toda a população brasileira, conforme apresentado nos depoimentos do entrevistado, o fez buscar construir um “conhecimento de causa” através de pesquisas no campo das relações raciais no Brasil, mais especificamente a respeito do tema das ações afirmativas. No entanto, Marcelo destaca que a motivação para se envolver com

essas questões é eminentemente política. Uma ação política voltada para a superação das desigualdades raciais no Brasil.

Em abril de 2010, o pesquisador representou a Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina na Audiência Pública sobre Políticas de Ação Afirmativa de Reserva de Vagas no Ensino Superior convocada pelo Supremo Tribunal Federal para discutir a constitucionalidade destas ações no acesso às universidades públicas.

Na audiência, defendeu a importância das Ações Afirmativas para garantir direitos universais, o que as políticas universalistas não garantem. Além disso, destacou a importância da convivência com a diversidade dentro das universidades. Forneceu também alguns dados enaltecendo o êxito do programa implantado na UFSC, tais como a informação de que, no ano de 2008, a evasão de alunos que ingressaram por cotas é menor daquela apurada entre os não cotistas.

Não podemos desconsiderar que o posicionamento adotado pelo pesquisador na audiência pode ser entendido como uma tomada de posição de partícipe na luta para a superação das desigualdades raciais no Brasil. O fato de assumir essas posições e desenvolver pesquisas acadêmicas sobre a questão racial causa, em alguns momentos, estranhamento entre seus colegas da área de física.

Apesar de uma trajetória acadêmica voltada em grande medida para o campo das ciências exatas, principalmente para a física, Marcelo participa do Fórum de Educação das Relações Étnico-raciais, uma estrutura ligada ao MEC que discute a educação das relações raciais em cada estado.

Sem dúvida é um questionamento de eu perder tempo de ser presidente das comissões de ações afirmativas na universidade enquanto... bom, me questionam cada coisa, né. [...] A questão de mexer com ações afirmativas tem a ver com a visão de que se você é da física, o máximo que você pode fazer tem que está relacionado à física.

Se para alguns colegas essas atividades acadêmicas para além do campo da física seriam perda de tempo, para Marcelo, ter sido reconhecido pelos NEAB como um pesquisador de referência no campo das relações raciais no Brasil é motivo de orgulho. Analisando sua reação, diferentemente do pesquisador Paulo Vinícius, a surpresa parece ter trazido reconhecimento e não desconforto.

Talvez aqui encontremos indícios de uma branquitude resignificada ou de uma branquitude à brasileira, construída na perspectiva antirracista. E é interessante

que ela seja construída por um pesquisador que se autodeclara judeu, ou seja, uma forma de autoclassificação permeada explicitamente pela ideia de raça, mesmo com todos os dilemas que isso possa significar.

Ser indicado por pessoas que têm um interesse particular e não são negros em abstrato, mas são negros que estão interessados na modificação, primeiro no entendimento das questões raciais no Brasil e também na modificação das relações raciais da forma como elas estão estruturadas. Fiquei super lisonjeado.

O trabalho com o tema das relações raciais é entendido por alguns como “desvio de função”. Conforme relato abaixo, além do questionamento, algumas dificuldades se apresentam no momento de validação de algumas de suas atividades acadêmicas de extensão nesse campo.

Eu vou precisar conversar com o Pro-Reitor de Extensão para saber como vão ser avaliadas essas minhas atividades [...] as minhas ações de extensão. A câmara de extensão agora já se recusa a avaliar, porque ela diz que não tem competência e o atual dirigente da câmara de extensão - o coordenador de extensão - tem receio de ser investigado por alguma auditoria do MEC ou da Controladoria Geral da União. Segundo ele teria acontecido em outros departamentos da universidade, de um professor que exerce uma atividade que não é na área de concentração do departamento dele e que o departamento estaria aprovando e por isso ele teria progressão funcional e que isso seria um desvio de função. É, isso existe! Isto aconteceu aqui! Eu não sei os detalhes, mas você vê como a universidade de universidade não tem nada, né. O negócio é tudo compartimentado.

Buscando questionar a fragmentação da universidade, o depoimento nos remete à invisibilidade da questão racial fora das ciências humanas. É como se as ciências exatas nada tivessem a contribuir para a discussão das relações raciais no Brasil. Como se essa temática fosse algo incompatível com o conteúdo legítimo a ser ensinado nos cursos de matemática, física e outros.

Mais do que pensar sobre a legitimidade dos estudos sobre as relações raciais na academia, é preciso interrogar como se dá a entrada de intelectuais negros nos espaços de produção de conhecimento acadêmico. Nesse ponto, retomo as questões colocadas por Ari Lima (2001).

Qual o lugar do negro como objeto e como agente reflexivo na academia brasileira? Qual papel tem desempenhado? Como tem sido instaurada a sua legitimação? O que é ser negro nos corredores e departamentos mais prestigiados da universidade brasileira? (LIMA, 2001, p. 284)

Acrescentamos: como aqueles que sempre se beneficiaram dos privilégios da branquitude nos espaços acadêmicos têm lidado com a presença de intelectuais negros nesses espaços? Sabemos que a presença desses sujeitos como produtores de conhecimento interroga o cânone científico, tensionando as relações dentro da universidade. São questões complexas que sinalizam a necessidade de outros estudos que tenham como foco os efeitos da branquitude na universidade, considerando também a perspectiva dos negros.

5.2.3 Conhecimento e a questão racial

Inspirando-nos nos estudos de Quijano (2005), é possível refletir que a universidade, enquanto um dos locais legitimados de construção de conhecimento, ainda apresenta um padrão racista. José Jorge de Carvalho (2001) nos alerta sobre os meandros do racismo acadêmico, instaurando uma importante categoria analítica para desvelarmos as hierarquias e códigos próprios da universidade brasileira. Ao falar sobre a apropriação desse lugar pelos negros, o professor Marcelo reafirma como os padrões raciais presentes em nossa sociedade repercutem no espaço acadêmico.

Eu tenho colegas negros que são estranhados pelos alunos, que são tratados como gente que trabalha na limpeza e não como professores da universidade até que as pessoas o conheçam.

Em sua pesquisa, Claudia Miranda (2006) afirma que a universidade pública é um espaço particular e colonial. A ocupação da universidade reflete a luta pela sobrevivência intelectual desses coletivos feitos desiguais. É uma estratégia política que se apresenta como uma alternativa de produção de saberes que visa questionar o cânone científico estabelecido. Acrescentamos que, nesse embate, a branquitude toma lugar de destaque e se atualiza nas relações de poder dentro dessas instituições. Enquanto expressão dos lugares de poder ocupados por negros e

brancos, o entrevistado acredita que, apesar das resistências, existem avanços na construção de uma “consciência racial” no interior da universidade.

Eu acho que a universidade assim como o Brasil tem passado por um processo de consciência racial cada vez mais forte. Consciência racial significa consciência das relações raciais e obviamente tem coisas para frente e coisas para trás. Existem conquistas e existem reações.

Ao falar especificamente do campo da física, Marcelo acredita que o ensino das ciências exatas reproduz uma lógica que reflete as desigualdades raciais existentes no Brasil. Para ele, os negros não são estimulados a construir uma empatia com a matemática, e posteriormente com a física.

Então existe uma tendência de afastar os negros, não só da física, mas da área de exatas. Isso eu acho que não é uma tendência brasileira, é uma tendência internacional. Tem estudos, também nos Estados Unidos, em que você observa isso do ponto de vista das ações afirmativas tem muito menos engenheiros negros do que médicos negros nos Estados Unidos, proporcionalmente.

Essa apropriação desigual das ciências interfere nas decisões profissionais dos sujeitos negros no momento da escolha de uma profissão na entrada para a universidade, por exemplo, e essa lógica repercute a desigualdade entre as ciências exatas e as ciências humanas na produção do conhecimento. Interessante como essa ponderação se articula com a necessidade, apontada pelo entrevistado, de apropriação da discussão acadêmica sobre a questão racial por pesquisadores ligados às ciências exatas.

Eu acho que tem uma coisa muito importante, pessoas da área quantitativa, que é o meu caso eu, por exemplo, olho muito as ações afirmativas do ponto de vista quantitativo e geralmente quem estuda as relações raciais estuda do ponto de vista qualitativo. [...] Nestes estudos tem muita gente da área de humanas, de política. Mas eu acho que também seria importante gente da área de exatas, computação, se envolver com estudos quantitativos na área de ação afirmativa. [...] Eu acho que é uma coisa muito interessante: ter mais abordagens quantitativas, por que as abordagens qualitativas tem um alcance limitado de explicação porque sempre pode dizer que foi um caso e que não é uma coisa generalizada. Então eu acho que seria muito interessante se mais gente da área quantitativa se envolvesse com as questões das ações afirmativas.

Ao mesmo tempo em que entende o importante papel desempenhado por pesquisadores que, assim como ele, abordam o tema das relações raciais a partir de uma perspectiva quantitativa, o pesquisador não se sente à vontade, em alguns momentos, para participar de eventos acadêmicos sobre a temática. O fato de ser branco parece, em alguma medida, inibir sua interlocução em espaços acadêmicos onde a grande maioria dos pesquisadores é negra.

Acho que um pouco tem haver, com a ABPN, de eu achar que deve ser um pouco de pesquisadores negros, sabe. Pelo nome eu sinto que eu fico meio ambivalente. Eu acho que às vezes é importante você ter um espaço de negros, entendendo como um espaço de discussões sobre pesquisadores negros. Por outro lado, eu não sei, eu nunca me coloquei assim... Com uma pesquisa querendo apresentar na ABPN. Eu já apresentei pesquisa na ANPOCS no grupo de relações raciais e ações afirmativas. Mas isso foi uma vez só, também.

Estamos novamente diante do dilema da legitimidade. Quem se sente autorizado a falar sobre as questões raciais? Será que um pesquisador branco da área da física tem essa autorização? Ou somente um pesquisador branco, mas que seja da área de humanas? Na verdade, esse posicionamento do entrevistado pode ser entendido como uma maneira de proteção contra possíveis embates.

Evitar o encontro nos espaços acadêmicos onde grande parte dos pesquisadores é negra pode evitar o embate direto, difícil, mas importante e necessário, dos diferentes grupos raciais na busca pela discussão da superação das desigualdades raciais.

Daí você vê a pessoa falando com certo ressentimento. [...] Como se os brancos falarem, estudarem a temática das relações raciais e da discriminação racial não fosse uma coisa necessária e importante, que o importante seria ter os negros falando sobre isso. Eu acho que é um momento de tentativa de afirmação de um novo grupo de pesquisadores, mas é hostil.

O questionamento e muitas vezes o confronto é algo com que os pesquisadores brancos que estudam as relações raciais se preocupando com a interlocução com pesquisadores negros e com o próprio Movimento Negro precisam aprender a conviver. Na verdade, assim como Claudia Miranda (2006), acreditamos que esse embate tem suas bases nas relações de inspiração colonial. Aos brancos que se colocam como produtores de conhecimento sobre as relações raciais no

Brasil cabe a possibilidade da escolha de aceitar esse embate ou não. Para o grupo de intelectuais negros não há possibilidade de escolha entre enfrentar ou se esquivar. Em seu caminho em busca da sobrevivência intelectual nesses espaços, lutam pelo “deslocamento que se pretende realizar rumo ao pertencimento humano de cada sujeito, transformado em ‘objeto’” (MIRANDA, 2006, p. 224).

Também acho que deve ter pesquisadores negros, mas não acho que os brancos devam deixar de estudar isso. A gente estava discutindo, eu e um outro pesquisador branco, sobre o que é ser negro, o que é ser negro no Brasil e o que não é ser negro. Não o que é ser, mas o que é ser classificado como negro. Como é a classificação e o que isso significa. Aí vem uma pessoa ligada à pesquisa sobre as relações raciais e diz "Ah eu estou cansado dos brancos ficarem dizendo quem é negro e quem não é e tal". São atitudes, eu acho que um pouco inconsequentes, mas eu entendo que faz parte de um momento em que não tem quase negros estudando na academia as relações raciais. Até mesmo porque quase não tem negros na academia. Eu acho que na UFSC deve ter 1% a 2% de professores negros, provavelmente.

Apesar de se sentir hostilizado, o professor Marcelo afirma compreender os motivos pelos quais alguns pesquisadores negros são tão reticentes no contato com pesquisadores brancos que estudam relações raciais. No entanto, construir essa interlocução poderá ser uma grande oportunidade para a reconstrução de relações entre negros e brancos no campo da produção do conhecimento. Os resultados advindos da criação dessa interlocução, desse diálogo e das pontes possíveis de se realizar não apagarão os conflitos, mas poderão ajudar a romper, em alguma medida, uma lógica de desigualdade para a construção da promoção da igualdade racial.

6 OS SUJEITOS DA PESQUISA – PARTE 2

6.1 O questionamento das identidades raciais no contexto brasileiro - Profa. Yvonne

6.1.1 *Da (im)possibilidade da construção de uma identidade racial*

Yvonne Maggie de Leers Costa Ribeiro graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968. Especializou-se em Antropologia Urbana e das Sociedades complexas na Universidade do Texas em 1971. Concluiu seu mestrado (1974) e seu doutorado (1988) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mesma instituição em que hoje é Professora Titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Yvonne foi diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ de 1994 a 1997. Com experiência na área de Antropologia, com ênfase na Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atua principalmente nos seguintes temas: religião, relações raciais, ação afirmativa e educação. É Comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico (2008) e em 2009 compôs a lista dos 100 brasileiros mais influentes da Revista Época.

O contato com a professora Yvonne foi feito através de um e-mail enviado por minha orientadora. A resposta da pesquisadora chegou no mesmo dia com o seguinte texto:

Caríssima, a pesquisa parece muito interessante, mas me deu uma aflição danada. A identidade racial é algo que eu estudo e pesquiso há alguns anos, mas essa forma de classificar de forma exterior quem é branco e quem não é me parece de partida comprometida. Mas vamos lá. Topo o desafio. Podemos marcar a entrevista e fico aqui com a minha angústia de saber se devo assim me classificar. Como a identidade é algo construído também de fora pra dentro, vamos lá. Abraços fraternos. Yvonne.

Depois de trocarmos alguns e-mails e telefonemas a entrevista foi agendada e, em abril de 2014, Yvonne me recebeu em seu apartamento no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro.

Não posso deixar de mencionar que o aceite para a entrevista foi uma surpresa, pois, conhecendo as vinculações teóricas e políticas da pesquisadora⁹, considerávamos pouca a probabilidade de um aceite do nosso convite. Embora o tema da pesquisa não trate diretamente das cotas ou das ações afirmativas, estávamos, de partida, apresentando aos possíveis entrevistados que concordávamos com a classificação de forma exterior sobre quem é branco e quem não é, assim como ao consultar os pesquisadores indicados pelos NEAB para uma entrevista esperávamos demonstrar aos mesmos que também considerávamos a construção da sua própria identidade envolvida na trama complexa que compreende interpretações e posturas tanto interior quanto exterior feitas pelos sujeitos.

Ao aceitar o desafio, a professora Yvonne nos possibilitou conhecer suas concepções acerca das relações raciais e suas inquietações sobre as (im)possibilidades da construção de identidades raciais no contexto brasileiro.

Certamente, o desafio dessa entrevista estava posto não apenas para a entrevistada, mas também para mim, pois tinha certeza que sustentar as questões que estava propondo em meu instrumento de coleta de dados diante de uma pesquisadora com tamanha trajetória acadêmica e com uma explícita posição política muito veiculada pela mídia nos anos atuais seria uma tarefa desafiadora. Tendo a compreensão da branquitude aqui já apresentada, intrigava-me se o fato de eu ser considerada socialmente como branca poderia ter alguma interferência ou não no processo de entrevista. Só esse tipo de pensamento da minha parte pode nos dar indicações de que, de fato, concordemos ou não, vivemos em uma sociedade que lida, nas relações sociais e no campo das representações, com as questões da branquitude.

Chegando ao Rio de Janeiro, fui direto para a casa da entrevistada. Como havia chegado muito cedo, fiquei aguardando o horário combinado em uma livraria na esquina de sua casa. Nos momentos que antecederam a realização da entrevista reli o Currículo Lattes da pesquisadora, buscando apreender o máximo de informações sobre sua trajetória que pudessem me deixar mais confortável na condução da entrevista. No horário combinado, a professora Yvonne me recebeu na sala de seu apartamento para realizarmos a entrevista.

⁹ Desde o início do debate sobre as cotas raciais no ensino superior brasileiro, Yvonne Maggie se posiciona publicamente contra a adoção dessa política, defendendo que as desigualdades constitutivas da nação brasileira são oriundas da concentração de renda. Nessa perspectiva, no Brasil seria pertinente pensar as desigualdades em termos de classe social e não de raça.

A pesquisadora Yvonne é uma mulher de 70 anos, carioca, casada, mãe de um filho. É filha de um renomado físico brasileiro e de uma francesa. Sobre sua origem, afirma: “Eu fui uma pessoa obviamente de elite, a elite intelectual brasileira, meu pai foi um dos fundadores da ciência no Brasil”. Nesse momento, a entrevistada nos apresenta seu lugar de enunciação. É possível dizer que é a partir desse lugar que a entrevistada construiu parte significativa da sua vivência e inclusive sua produção de conhecimento. Concordando com Hugo Zemmelman (2006), entendemos que, ao mesmo tempo em que o sujeito produz conhecimento, produz sua própria identidade.

Quando questionada sobre sua autoclassificação do ponto de vista étnico-racial, a pesquisadora dialoga com as articulações entre classificação racial e identidade.

Todo mundo parte do princípio que essa identificação é dada. Então se você me perguntar como eu respondo aos questionários estatísticos e aos levantamentos estatísticos, eu respondo branca. Isso não significa que minha identidade seja branca porque identidade social implica em muitas outras coisas [...] Quando você faz um levantamento estatístico você não está dizendo que você tem uma identidade.

A professora afirma que, diante das cinco categorias geralmente apresentadas nesse tipo de questionário, escolhe a branca por não se considerar parda ou preta. Ou seja, se autoclassifica em contraposição ao que não é. Quando faz essa opção, explicita que se trata de uma resposta a um levantamento estatístico, mas parece não concordar com a interpretação de que as pessoas se classificam e são classificadas socialmente de acordo com marcadores fenotípicos pré-estabelecidos utilizados para distinguir os diferentes grupos raciais.

Sobre o fato de que a informação censitária não traduz literalmente uma identidade, concordamos com a pesquisadora. A identidade é uma construção na qual várias questões estão em jogo e para entendê-la há que se ouvir também os sujeitos. Todavia, embora entendamos a complexidade da construção identitária do ponto de vista étnico-racial, sobretudo no Brasil, não podemos afirmar que o preenchimento dos dados censitários deixe de expressar algo dos tensos e complexos processos identitários construídos pela população brasileira. O que será que mobiliza as diversas pessoas ao preencherem os dados estatísticos? Não poderia também ser os critérios de autoclassificação? Não poderia ser uma

concordância com a classificação racial feita de fora? Não poderia também ser a inter-relação entre o fora e o dentro? Ou seja, há várias possibilidades para além daquela apontada pela entrevistada quando se responde às categorias de cor do censo. E são essas múltiplas possibilidades que as pesquisas sobre relações raciais e classificação racial deverão aprimorar, revelar e problematizar.

Para Antônio Sérgio Guimarães (2003), a classificação de cor no Brasil não pode ser entendida como uma categoria objetiva. Na verdade, é orientada por um discurso sobre qualidades e atitudes, ou seja, por uma ideia de raça. Corroborando essa linha de análise, é importante ressaltar que a percepção social da cor e a escolha e/ou atribuição de categorias de cor é uma operação complexa que envolve uma apreensão de características fenotípicas imbuídas de valor e carregadas de significado. Além disso, estas características compõem um sistema e tal operação processa-se num contexto de interação social.

Mais uma vez, destacamos que a construção da identidade racial está, de certa maneira, ancorada na classificação com base na construção social da raça, mesmo que essas não sejam necessariamente convergentes. A entrevistada, no entanto, parece produzir um discurso que questiona a ancoragem das identidades, individuais e coletivas, em classificações raciais no Brasil.

Mas eu poderia me identificar como uma pessoa brasileira, que é a minha identificação primeira. Se você me perguntar o que você é, eu respondo que sou brasileira e eu acho que essas identificações estatísticas não significam identidades culturais, sociais e que não deveriam ainda por cima.

Diferentemente de Marcelo, que constrói uma identidade branca, e de Paulo, que questiona a classificação feita pelos NEAB, construindo sua identidade racial em meio à ambiguidade do lugar ocupado pelo pardo, Yvonne interroga a própria possibilidade de construirmos uma identidade racial no contexto brasileiro. Para a pesquisadora, o Brasil é um país que se constitui na própria ideia de mistura racial, uma nação una e mestiça. “Eu acho que no Brasil historicamente você tem uma cultura e uma consciência de uma comunidade que se pensava como una, mestiça, misturada.”

Nessa perspectiva, o Brasil seria um exemplo exitoso de um processo de formação nacional apoiado na constituição de uma cultura mestiça que se assenta na valorização da mistura como o jeito de ser brasileiro (FREYRE, 2001). Essa

concepção reafirma que o Brasil, enquanto nação, absorve especificidades, mitiga diferenças e cria uma harmonia cultural e racial. Essa unidade na diversidade é atualizada na crença de um país sem divisões no que diz respeito à raça.

O processo de construção ideológica do Brasil enquanto uma nação mestiça fundamenta-se na fusão entre as raças e culturas. Essa idealização pautada na harmonia mascara a manutenção das hierarquias raciais existentes em nosso país, desconsiderando a hegemonia da branquitude enquanto padrão a ser alcançado por todos, ao menos em termos morais e comportamentais. O mestiço se torna símbolo nacional, garantindo a harmonia racial e reforçando a possibilidade de embranquecimento da nação. Dessa maneira,

[a] tensão existente entre harmonia racial e embranquecimento é acirrada pela impossibilidade/incapacidade de reconhecer horizontalmente a igualdade entre todos no interior de uma pluralidade de raças e cores tratadas e pensadas hierarquicamente (SILVÉRIO, 2004, p. 41)

O Estado brasileiro sempre se baseou em elementos como mestiçagem, raça, branqueamento e branquitude para construir uma identidade nacional. Esses conceitos foram elementos fundantes na construção ideológica que possibilitou o discurso de nacionalidade e a formação da nação brasileira desde finais do século XIX (SCHWARCZ, 1993). Nessa perspectiva, construir uma identidade brasileira significa, em alguma medida, lidar com as questões raciais e com o racismo de nossa sociedade. Assim, na medida em que nega a sua vinculação a uma identidade branca, a pesquisadora se identifica com uma identidade nacional. Contudo, não há como negar que esta identidade nacional está construída sobre os pilares de conceitos como raça, miscigenação e branquitude, conforme discutimos anteriormente nesse trabalho – logo, ela tem interferência nos processos de construção identitária dos sujeitos e nas formas de classificação racial historicamente construídas em nossa sociedade.

A pesquisadora não desconsidera a existência do racismo no Brasil. Acredita, no entanto, que o racismo brasileiro se manifesta em práticas individuais, na vida privada. Questiona, dessa maneira, a existência do racismo institucional em nossa sociedade. “Negros sofrem mais racismo e sofrem mais talvez na sua vida privada mais do que na vida pública”.

Contrapondo sua posição, alguns autores têm afirmado que a construção social da raça é algo estrutural e estruturante das relações estabelecidas em sociedades que passaram por processos de dominação colonial (QUIJANO, 2005; GOMES, 2012). Para Aníbal Quijano (2005), a raça foi estabelecida como instrumento de classificação social básico da população em contextos coloniais. A partir da distinção entre colonizadores e colonizados com base na raça, foi possível fundamentar e legitimar as relações de dominação das populações latino-americanas.

Analisando a realidade brasileira de finais da década de 1970, Carlos Hasenbalg (1979) afirma que a raça tem sido mantida “como símbolo de posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros dos grupos raciais subordinados àquilo que o código racial da sociedade define como ‘seus lugares apropriados’” (1979, p. 83). No Brasil essas classificações forjadas em contextos coloniais serviram e ainda servem de base para as ações do Estado.

As classificações, embora importantes, não dão conta da dimensão objetiva que representou a presença do Estado na configuração sociorracial da força de trabalho no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, nem da ausência de qualquer política pública voltada à população ex-escrava para integrá-la ao novo sistema produtivo. Daí poder afirmar que a presença do Estado foi decisiva na configuração de uma sociedade livre que se funda com profunda exclusão de alguns de seus segmentos, em especial da população negra. (SILVÉRIO, 2002, p. 225)

Esse ponto merece destaque na medida em que observamos que os mecanismos de discriminação produzidos e operados pelas estruturas e instituições reproduzem e fortalecem o racismo. O conceito de racismo institucional nos alerta sobre esses mecanismos de discriminação inscritos na operação do sistema social e que funcionam, em alguma medida, à revelia dos indivíduos.

Outro ponto que se destaca no depoimento da entrevistada é sua percepção sobre a articulação entre desigualdades sociais e raciais. Afirma: “Eu acho que os negros, por serem de sua maioria mais pobres e de famílias menos ancoradas nas redes sociais da elite, eles tem mais problemas sim.”

Um dos traços característicos do Brasil é a tendência a utilizar a variável classe como categoria principal para compreender a sociedade, as interações cotidianas e as situações de conflito. As violências e discriminações cometidas contra a população negra são vistas em termos de classe. Nessa perspectiva, os negros seriam discriminados por serem pobres, e não por serem negros (GUIMARÃES, 2002).

Para a pesquisadora, existe uma predominância da classe sobre a raça como categoria interpretativa da realidade social. Indo mais além, ao negar a existência das raças, a pesquisadora interpreta as discriminações e violências apenas como resultado da “[...] pobreza e menor ancoragem nas redes sociais de elite”. Na maioria das perguntas que levava em consideração a raça da entrevistada, a resposta se dava em termos de classe. Ruth Frankenberg (1995) explica esse comportamento como um exercício discursivo com bases na *Color Evasion*, uma maneira de interpretar a variável cor se esquivando da especificidade das desigualdades raciais.

Esse repertório discursivo pode ser associado a um discurso que se apresenta como antirracista (“a cor não é importante para mim”) ou, no caso do Brasil, pode responder à lógica da democracia racial, para a qual não existem diferenças de cor, apenas de classe. Em particular, quando são os brancos a interpretar esse repertório discursivo baseado na *color evasion*, pode-se notar como a tendência a não se deter na própria cor vem acompanhada da capacidade de identificar os significados e as consequências da cor dos Outros, os negros. (COROSSACZ, 2014. p. 213)

A sobreposição entre cor e classe é um dos aspectos que caracterizam a sociedade brasileira no que diz respeito às relações raciais. Nesse contexto, podemos supor que também é possível que a branquitude seja interpretada através da categoria classe.

Desvela-se, assim, um universo social de sujeitos marcados pelos privilégios da associação entre raça e classe. Nesse universo, a classe parece ser o único marcador possível para reconhecer a condição de vantagem desses sujeitos. Ao nomear a classe enquanto única variável válida para explicar as desigualdades raciais, reproduz-se o caráter hegemônico da branquitude, reforçando uma invisibilidade que só pode ser experimentada pelos próprios brancos.

6.1.2 A questão racial no Brasil e as “Divisões Perigosas”

A professora Yvonne, quando ainda criança, foi apresentada a uma realidade social muito distante da sua e de sua família. Essas diferenças marcaram sua trajetória, inclusive na escolha por pesquisar as desigualdades.

Minha mãe era uma pessoa católica e foi ela que me introduziu esse desejo de compreender a desigualdade por que ela fazia esse trabalho de caridade nas favelas, dava injeção, porque naquela época que eu era pequena, ou seja, nos anos 1950, não havia hospital e nós morávamos aqui no Rio perto de uma das maiores favelas da América Latina, a favela da Praia do Pinto. Então eu convivi muito com essa favela a partir da minha mãe, nós íamos juntas por conta desse trabalho dela e eu fui madrinha de um tanto de crianças, tudo dentro dessa relação paternalista. Aprendi dar injeção e convivi com a desigualdade porque voltava para minha casa, não éramos ricos, meu pai era professor, mas morávamos em uma casa, não morávamos em uma favela. [...] Então desde muito pequena eu tive consciência dessa desigualdade e posso te garantir que a ideia de diferença de cor não aparecia. Meus melhores amigos na infância eram pessoas que eu nem pensava que eram pretas, mas eram pretas. Eram amigos ali do bairro, da favela, por que naquela época não havia essa separação tão grande e eu não as classificava como pretas, como negras, como diferentes de mim a não ser pelo fato delas morarem num barraco o que me dava a sensação de uma injustiça muito grande.

Os marcadores de classe se colocam como preponderantes em sua experiência, tendo a origem familiar como referência desde a infância. Ruth Frankenberg (1995) utiliza o termo *Geography of Race* para se referir ao modo como o entorno onde as pessoas vivem ou cresceram é percebido no que diz respeito às relações raciais e sociais. Apesar de relatar o convívio com crianças negras na infância, o que saltava aos olhos da entrevistada era uma desigualdade social extrema.

A invisibilidade da cor para os brasileiros brancos é algo já descrito em pesquisas sobre branquitude (SOVIK, 2004; BENTO, 2002; SCHUCMAN, 2012). Articula-se a essa sensação o fato de a identidade nacional ter sido forjada sob os pilares da branquitude e da mestiçagem como ideal de branqueamento. Temos aí os ingredientes necessários para a reatualização do mito da democracia racial, sustentando posições privilegiadas para os brancos em nossa sociedade.

Analisando as universidades brasileiras como instituições constituídas e constituintes também de relações coloniais, nas quais é visível o predomínio da população branca, é possível analisar que a branquitude define quem são os autorizados e quem são insurgentes no contexto da produção científica. Ao tratar da abertura necessária dessa instituição aos “Outros” feitos desiguais, Claudia Miranda (2006) afirma

Os diferentes movimentos negros impulsionam, há décadas (principalmente nos últimos 40 anos), a luta retórica visando aumentar sua participação na esfera pública – um lugar de legitimidade. Notadamente, as redes entre aqueles grupos identificados na brancura estão solidificadas e os Outros deste suposto ordenamento colonial, *fixados* na subalternidade. Assim como está localizado o continente africano na ordem colonial total, como um *não-lugar*, a presença não-branca é uma não-presença, algo invisibilizado. Por um descuido, afrodescendentes *estão ali*, causando incômodo e constrangimento ao grupo estabelecido. (MIRANDA, 2006, p. 136)

Diante da denúncia dessa realidade de exclusão da população negra no ensino superior, um grupo de intelectuais, negros e brancos, integrantes dos Movimentos Negros no Brasil tem discutido a pertinência da adoção de políticas públicas de ação afirmativa para o ingresso nas universidades. As ações afirmativas visam corrigir as desigualdades e desvantagens históricas sofridas pela população negra que foi negativamente discriminada pelo Estado. Essas políticas são embasadas na constatação de que as desigualdades tendem a se perpetuar caso o Estado continue utilizando somente princípios universais de distribuição de oportunidades e recursos para populações que contam com uma história secular de discriminação (CARVALHO, 2005).

A pesquisadora se coloca publicamente enquanto uma das intelectuais que questiona as políticas afirmativas.¹⁰ Em abril de 2010, na Audiência Pública sobre Políticas de Ação Afirmativa de Reserva de Vagas no Ensino Superior convocada pelo Supremo Tribunal Federal para discutir a constitucionalidade destas ações no acesso às universidades públicas, a entrevistada se posicionou contra o sistema de cotas através do envio de uma carta que foi lida durante audiência.

¹⁰ Yvonne Maggie é autora do blog “A vida como ela parece ser”, alocado no portal G1, que foi para o ar no dia primeiro de junho de 2012. Em suas postagens, debate, entre outros temas, as relações raciais e as cotas para a entrada de estudantes negros na universidade, se colocando enquanto uma crítica dessa política de ação afirmativa.

O argumento da pesquisadora era de que a proposta de instituir leis raciais não tem o objetivo de combater desigualdades. Segundo ela, a partir dos anos 1990, alguns setores do governo brasileiro e grupos de Organizações Não-Governamentais (ONGs), ansiosos por atalhos que conduzissem a uma maior justiça, propuseram a criação de leis raciais que nos levassem mais rápido ao fim das desigualdades.

No texto “Um ideal de democracia”¹¹, a autora questiona o argumento de que o racismo é um dos principais fatores da produção das desigualdades. Defende que uma política que proporcione acesso aos pobres não obrigaria os estudantes a se definir com bases na cor de sua pele. Nesse momento, retoma a centralidade da categoria classe para explicar as desigualdades sociais e raciais no Brasil. “Bastaria oferecer cotas para estudantes pobres porque eles são majoritariamente pobres, pretos e pardos. Com a vantagem de não carimbar em suas testas a marca da cor e o estigma que certamente lhe será imposto.”¹² Nesse tipo de discurso, a noção de democracia aponta para um projeto de nação promotor do combate às desigualdades de classe.¹³

Como um dos temas candentes da batalha de ideias, é possível observar a minimização do sentido de “democracia” quando examinamos um outro encontro, desta vez com a racialidade. É instigante, para esse debate, a confusão promovida por práticas discursivas promotoras de um simbolismo favorável ao *senso comum* quando da sua apropriação do termo “democracia”. Como algo virtuoso, a defesa de uma sociedade democrática aparece em bocas que emitem discurso consagrando o estado de direito por entenderem a força deste capital – o discurso favorável. Expressar-se a favor seria, portanto, uma atitude inteligente já que “falar”, “emitir mensagens de apoio”, “defender discursivamente” não significa instituir tais desejos manifestos. Assim, o campo da teorização tem se confundido com o campo da proposição e luta pelo reordenamento das posições sociais e conseqüentemente raciais (MIRANDA, 2006, p. 113)

¹¹ Texto apresentado na Audiência Pública disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa> Acesso em 10 de junho de 2014.

¹² Ibidem.

¹³ Nesse ponto é preciso distinguir dois termos que fazem parte do repertório discursivo quando tematizamos o enfrentamento às desigualdades raciais no Brasil. Adotar uma postura anti-racialista significa questionar as bases do conceito de raça. Na maioria das vezes, esse questionamento se dá a partir do conceito em uma perspectiva biológica. Aqui cabe reforçar que apesar de não existir do ponto de vista genético, socialmente o conceito de raça continua a operar nas relações sociais na medida em que continuamos a classificar as pessoas de acordo com características fenotípicas, tais como cor da pele, textura do cabelo, traços fisionômicos. Temos aí a construção social das raças. Diante dessa discussão, cabe destacar que ser anti-racialista não significa necessariamente ser anti-racista. Uma postura anti-racista significa necessariamente se opor ao racismo.

O que a professora denomina de “leis raciais”, na verdade, estaria incentivando o pensamento de que as pessoas não são iguais e devem lutar por direitos individuais de acordo com sua raça, incentivando a definição dos sujeitos a partir do critério de cor da pele. Surge daí o temor das “divisões perigosas” que se instaurariam a partir dessas políticas. Percebemos que a pesquisadora retoma esse argumento na entrevista.

Amanhã ou depois você vai ter um conflito muito grave por que quando o Estado assume que os cidadãos tem uma identidade racial, você cria uma diferença intransponível entre as pessoas. É o que está acontecendo na sua própria pesquisa é que você está reforçando essa diferença intransponível. Eu não me sinto diferente de nenhum negro que estude relações raciais. Nós participamos da mesma universidade, vamos nos mesmos congressos, temos as mesmas ideias, somos a favor dos direitos humanos, somos contra a tortura, enfim, o quê que nos difere? Somos ateus... **Talvez a maior diferença seja que eu não sou preta e, portanto eu sofra menos racismo** (Grifos nossos).

Em seu discurso, o racismo sofrido pela população negra no Brasil aparece como um detalhe na trajetória de intelectuais classificados como negros. De partida, refletimos que o fato de termos, hoje, mais possibilidades acadêmicas ofertadas a todos que estão na universidade não significa, necessariamente, que as oportunidades acadêmicas estejam distribuídas de maneira igualitária entre cursos, áreas, condições econômicas, relações de poder acadêmicos, sujeitos etc. Todavia, no seu discurso a pesquisadora acaba por admitir a possibilidade da existência de algum tipo de tratamento diferenciado para negros e brancos no campo acadêmico, pois conclui: “Talvez a maior diferença seja que eu não sou preta e, portanto eu sofra menos racismo”. Ao admitir que não é preta, algum tipo de classificação está subliminar, mesmo que a mesma discorde das classificações raciais dadas *a priori* ou autoatribuídas.

Na verdade, para quem é negro em nosso país, essas “divisões perigosas” já existem e são experimentadas cotidianamente. A experiência do racismo imprime uma marca negativa na construção das identidades e as desigualdades impostas a esse grupo são imperativas na vivência das diferentes oportunidades colocadas para os grupos de cor no Brasil.

A universidade enquanto um espaço de supremacia branca foi silenciosamente construída como uma instituição neutra e quando buscamos as

raízes do discurso contra as ações afirmativas encontramos a defesa dos privilégios da branquitude. A urgente necessidade da adoção das políticas afirmativas vai além do direito à educação superior ou da inclusão social. “Na história da educação da população negra brasileira, as ações afirmativas estão vinculadas à luta pela dignidade, à cidadania e ao acesso ao conhecimento” (GOMES, 2010, p. 511).

Pensando na trajetória de intelectuais negros, não podemos desconsiderar que as relações acadêmicas são pautadas por relações de poder. A universidade, entendida como um espaço privilegiado de produção do saber científico, é marcada pelas expressões da branquitude. Para Nilma Gomes (2010), diante dessa realidade, os intelectuais negros têm um papel importante no questionamento da universidade e sua estrutura organizacional, curricular e de poder.

[...] os intelectuais negros terão que, além de pesquisar e realizar ações concernentes de quem atua no campo científico, continuar tensionando a própria universidade e ocupando espaços políticos, a fim de conseguirem algum nível de flexibilização. (GOMES, 2010, p. 511)

A entrevistada faz questão de declarar que nunca se recusou a trabalhar com alunos ou pesquisadores negros. “Eu gostaria de dizer que eu nunca me furtei de trabalhar com nenhum estudante ou professor que se identifique como negro. **Nunca me identifiquei como branca, isso tem que ficar claro**” (Grifos nossos).

Em sua trajetória profissional, afirma que sua identificação como branca teve início no momento em que veio à tona a discussão sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil. Rememora a violência das reações a seu posicionamento no que diz respeito às cotas raciais.

A coisa começou a aparecer de forma muito violenta, não gosto nem de lembrar, a partir do início do século XXI com todo o debate sobre cotas. **E aí a classificação de cor apareceu como uma identidade, como se eu me identificasse com os brancos e na verdade eu não me identifico. Com esses brancos da elite racista brasileira eu não me identifico de maneira nenhuma.** Não sou. [...] Foi horrível. Foi a coisa mais triste que aconteceu na minha vida, por que eu tinha uma ideia diferente da proposta que foi feita. [...] Eu me coloquei contra de uma verdade que era minha e eu recebi em troca uma violência que eu achava que não era própria da nossa atividade. Acho que isso é muito problemático e a reação das pessoas foi em relação a minha pessoa acho que foi de alguma forma extemporânea e muito agressiva. (Grifos nossos)

A partir desse momento, percebe que algumas relações, inclusive acadêmicas, passaram a ter como marca a hostilidade.

[...] algumas pessoas já até me ameaçaram, me mandaram e-mail me ameaçando. E na vida acadêmica também, meus amigos que nunca tinham se preocupado com essa questão. Estudaram o Brasil durante toda sua vida e nunca tocaram nessa questão. [...] nunca tinha se dedicado a esse tema, foram muito agressivos, mais agressivos até do que as pessoas do movimento e isso foi uma coisa que me marcou demais. Pessoas que eram amigas e do meu ponto de vista não são intelectuais, enfim... [...] Então eu acho que foi uma experiência que eu não recomendo a ninguém.

Analisando de maneira distanciada esse momento, a professora se refere ao enfrentamento das desigualdades raciais através de ações afirmativas como responsável por instaurar uma nação dividida, contrapondo a ideia de nação brasileira construída sobre as bases da miscigenação. Discorda mais uma vez sobre as desigualdades estruturais que dividem brancos e negros no que diz respeito ao acesso às oportunidades em nossa sociedade.

O que estava em jogo era uma vontade de alguns grupos, e não é necessariamente do movimento negro como um todo, mas de alguns grupos do movimento negro e de alguns intelectuais de transformar essa ideia da comunidade imaginada brasileira, a nação brasileira. Não é mais aquela nação, é uma outra que quer se construir.

O questionamento dos lugares historicamente estabelecidos para negros e brancos gera, necessariamente tensões e conflitos inclusive no âmbito acadêmico. Todavia, o tenso debate em torno das ações afirmativas para negros na universidade extrapolou os fóruns acadêmicos e invadiu a vida privada das pessoas, conforme nos disse a entrevistada no seu depoimento.

A maior entrada de intelectuais negros, realizando pesquisas e tematizando a questão racial, a partir do final dos anos de 1990 e início dos 2000, pode ser considerada um divisor de águas no campo da produção de conhecimento sobre relações raciais no Brasil. Novas interpretações entraram em cena, inclusive com posturas políticas mais explícitas e, por vezes, radicais. O campo das ciências humanas e sociais se apresenta como aquele que mais tem incorporado esses profissionais. A presença e visibilidade acadêmica destes resulta em divergências explícitas com conhecidos intérpretes das relações raciais no Brasil, sobretudo

aqueles classificados socialmente como brancos, no que se refere ao debate sobre as ações afirmativas e as cotas.

Esse contexto possibilita a emergência de novos atores acadêmicos e políticos. Há um movimento de produção do conhecimento pautado não mais no olhar do intelectual branco, distanciado e neutro. Essa emergência propicia um olhar crítico e analítico de um número maior de pesquisadores negros como pesquisadores das relações étnico-raciais - alguém que vivencia em sua trajetória pessoal e política as crueldades do racismo. As tensões inerentes a esse processo trazem consigo elementos novos de análise, mas também novas disputas nos espaços de poder acadêmicos (GOMES, 2010).

Temos, assim, o questionamento da produção de uma ciência neutra, de uma epistemologia do “ponto zero” (CASTRO-GÓMEZ, 2005) que seria o ponto de vista que almeja a neutralidade e a universalidade, escondendo e encobrindo o ponto de vista particular e localizado do sujeito que produz o conhecimento.

6.1.3 As relações raciais como tema de pesquisa nas Ciências Sociais

A entrevistada destaca seu posicionamento no campo dos estudos das relações raciais no Brasil como uma pesquisadora que fez parte de uma geração que recolocou a importância dessa temática na agenda de pesquisas no Brasil.

Eu sou de uma geração que iniciou os estudos. Os estudos das relações raciais tiveram impacto enorme no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, a partir dos estudos dos anos 1950 em São Paulo e no Rio também com Costa Pinto, enfim, essa geração dos anos 1950. E de alguma forma a formação do pensamento brasileiro é voltado a essa ideia da formação, às vezes até física da sociedade brasileira, de negros, brancos e índios. Mas os estudos sociológicos sobre negros, sobre relações raciais nos anos 1950 foram muito importantes, mas depois caíram um pouco em desuso e as pessoas começaram a se dedicar mais a campesinato, aos trabalhadores. Só nos anos 1970 volta uma preocupação com essa questão racial e nesse sentido eu fiz parte dessa geração que recolocou os estudos das relações raciais como prioritário na agenda de pesquisa do Brasil nos anos de 1970.

Ao analisar o campo de estudos sobre as relações raciais no Brasil, a entrevistada entende que “hoje em dia é muito difícil você ter pessoas que realmente estejam livres para pesquisar esse tema”. Pergunta-se: as nossas escolhas teóricas

são tão livres assim? Somente as relações raciais trazem esse tipo de indagação para a ciência?

Eu acho do meu ponto de vista, por enquanto há uma necessidade muito grande das pessoas reforçarem as suas ideologias. Há poucas pesquisas reveladoras do que está se passando. Você tem pesquisas tautológicas que confirmam aquilo que você pensava. Se as pessoas acreditam que tem racismo na escola, vão para as escolas estudar a escola para provar que tem racismo e a sociologia é um prato cheio para se fazer isso. Eu acho que tem muita pesquisa que reforça essa ideia do racismo e muito poucas pesquisas, embora haja, mas muito poucas pesquisas que realmente façam perguntas, ou se pergunta mesmo como que é, e não reforçam essa ideia. Então, como eu sou mais velha, professora titular, quase me aposentando, **posso te dizer que hoje em dia é muito difícil você ter pessoas que realmente estejam livres para pesquisar esse tema** (Grifos nossos).

Nesse ponto retomamos o conceito de “geopolítica do conhecimento” que, para Enrique Dussel (1977), sustenta o discurso de neutralidade presente no campo acadêmico ainda em nossos dias. Muitas vezes os argumentos que buscam assegurar um discurso que endossa a neutralidade científica são retomados com a chegada de pesquisadoras e pesquisadores negros nas universidades. Ao reafirmarem a urgência de um comprometimento político no combate às hierarquias raciais no Brasil, sua produção é muitas vezes vista como tendenciosa e pouco científica. O que dizer, então, de pesquisadores brancos que produzem um conhecimento comprometido com a luta antirracista? Seriam esses também vistos como militantes? Ou por serem brancos estariam autorizados a construir um conhecimento engajado?

A pesquisadora acrescenta que, por ser considerada branca, já foi acusada de se aproveitar dessa temática para construir sua trajetória acadêmica, ganhando destaque nacional.

[...] essa coisa cada vez mais de me acusar de eu me aproveitar dessa temática quando na verdade a vida vai levando você por esse caminho e eu acho que eu dei a minha contribuição, posso dizer que é uma contribuição pequena diante da enormidade do que precisa ser feito, mas foi a contribuição que... E acho fundamental. E eu sou uma velha antropóloga, eu acredito que o que faz você olhar o mundo e trazer contribuições para o pensamento e para o consórcio geral do pensamento social, do pensamento sobre a vida, sobre a morte, sobre a

existência humana é exatamente a diferença. Se não houvesse colonizadores não teria havido a antropologia e sem a antropologia você não teria conhecido como você conheceu o mundo. E se para você pesquisar sobre o negro você precisa ser negro, como atualmente as pessoas me dizem, então você tem que jogar toda a antropologia fora porque ela foi feita por europeus, brancos, católicos ou protestantes ou ateus que foram estudar o outro. E essa ideia de relativizar, de estudar o outro no caso brasileiro é interessante porque o outro sou eu mesma, então tem toda essa discussão sobre transformar o familiar em exótico e foi isso que eu tentei fazer ao longo da minha vida.

A pesquisadora destaca o papel da antropologia enquanto uma ciência que busca conhecer o outro, o diferente. Sem dúvida, esse papel não se pode negar. Contudo, também não se pode desconsiderar que as ciências sociais emergentes foram também extremamente importantes para a implementação e manutenção do projeto colonialista, pois definiam quais eram as regras, as leis que governavam a economia, a sociedade, a política e a história. Legitimavam a divisão do mundo entre colonizadores e colonizados, cientistas e nativos. O Estado, por sua vez, legislava e implementava suas políticas a partir desta normatividade cientificamente legitimada (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

No caso brasileiro, segundo a entrevistada, seria interessante observar que o outro é o igual. Nesse ponto ela retoma um argumento central na formação de nossa identidade nacional: a mestiçagem. A mestiçagem do povo brasileiro impossibilitaria definir quem é negro e quem é branco em nosso país arcoíris. Durante toda a entrevista, a pesquisadora fez referência à mistura como traço característico do Brasil. No entanto, apesar de reconhecermos a existência da mestiçagem na sociedade brasileira, vários estudos têm revelado que essa mistura não está refletida nos espaços acadêmicos, uma vez que sabemos que ainda são poucos os intelectuais negros que compõem o quadro de docentes de nossas instituições de ensino superior (TEIXEIRA, 2003).

A combinação entre a valorização da mistura racial e uma realidade marcada pela vivência dos efeitos da branquitude parece-nos uma possível chave de leitura para compreender os espaços acadêmicos enquanto lócus da produção do conhecimento científico.

Quando questionada sobre ter sido indicada como uma pesquisadora de relevância nacional por pesquisadoras e pesquisadores negros vinculados aos NEAB, a entrevistada não demonstra surpresa. Afirma: “Eu acho que é normal. É o que eu sou. Há quarenta e cinco anos me dedico ao tema da cultura negra, das

religiões de cultura africana no Brasil e das relações raciais.” Ao mesmo tempo, se sente reconhecida pela indicação feita.

Eu agradeço aos NEAB por me verem como uma pessoa de projeção nacional. Acho que o que eu fiz na minha vida foi lutar para que alguns temas fossem valorizados e pesquisados como verdade.

A pesquisadora afirma saber da existência da ABPN, mas nunca participou de nenhum COPENE porque nunca foi convidada. Apesar de afirmar que acha uma iniciativa interessante para agregar pesquisadoras e pesquisadores que estão iniciando seus estudos sobre a temática racial, preocupa-se com o risco desse espaço de interlocução acadêmica transformar-se em um gueto. “[...] acho um risco de se criar um gueto porque aí os sociólogos vão estudar... Negro estuda negro...”. Nesse ponto reafirma que não concorda com perspectivas essencialistas nas pesquisas acadêmicas. “Os NEAB, por exemplo, vivem dizendo isso, os pesquisadores... Que um branco não pode entender o racismo.”

Cabe-nos questionar: quem está autorizado a produzir conhecimento sobre relações raciais nos espaços acadêmicos? As respostas a essa pergunta são várias. Umas mais radicais, outras mais “relativizantes”. Umas exclusivistas e outras mais inclusivas. Concordando com Teixeira (2003), Miranda (2006) e Gomes (2010), o que alguns pesquisadores tem questionado é a necessidade de uma pluralidade de sujeitos e de interpretações nesses lugares de enunciação que reflitam a diversidade da população brasileira.

O papel dos intelectuais negros tem sido, nesse contexto, indagar a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo “outro”, pelo diferente e pelas diferenças. Ao realizar essa indagação eles se colocam como sujeitos coletivos e políticos que questionam a relação entre universidade, a ciência, a produção, o reconhecimento e a distribuição desigual do conhecimento na sociedade. (GOMES, 2010, p. 495)

O ponto fundamental aqui é o lugar da enunciação, a localização sexual, racial, de classe e de gênero do enunciador. A desconexão entre a posição do sujeito que enuncia e o lugar de enunciação conseguiu produzir nas ciências ocidentais um mito universal que encobre o lugar de quem fala e sua localização epistêmica nas estruturas de poder. Para subverter essa lógica é preciso descolonizar a universidade e conseguir uma maior presença de negros e negras no

campo da pesquisa científica e da própria produção do conhecimento não apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos capazes de produzir conhecimento (Gomes, 2010). Por outro lado, quando esses sujeitos emergem na cena acadêmica brasileira, não significa que o conhecimento por eles produzido será homogêneo ou estará sempre de acordo com o que já se tem sido produzido historicamente no campo das relações raciais na sociologia, na antropologia, na economia, no direito e na política. Tensões e divergências surgirão. Mas nem por isso teremos divisões perigosas.

Será necessário, também, um debate intelectual entre os clássicos pesquisadores das relações raciais e a nova geração. Quem sabe estamos caminhando rumo a outra configuração do perfil étnico-racial na universidade, com uma presença mais significativa de sujeitos classificados socialmente e autoclassificados como negros e politicamente engajados. Esse perfil poderá trazer a interpretação social da raça para dentro do campo epistêmico, bem como a sua interpretação para compreender melhor a realidade social, cultural e econômica brasileira no entendimento da raça. Talvez aqui esteja um dos pontos de conflito entre essa nova geração com a dos intelectuais considerados socialmente como brancos, estudiosos das questões raciais, como é o caso da entrevistada. Não classificar racialmente, não ser engajado e dar ênfase ao Brasil mestiço e republicano se apresentam como interpretações incompletas da complexidade do racismo e da construção das identidades para essa nova geração. Essa posição pode ser considerada, hoje, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos, como parte de um conjunto de respostas fracas para as questões fortes colocadas pelo racismo e pelo estudo das relações raciais no Brasil.

6.2 A identidade branca como produto das relações raciais no Brasil - Profa. Moema

6.2.1 Da possibilidade de construção de uma identidade branca vinculada a luta antirracista

O contato com a professora Moema foi feito primeiro através de um e-mail enviado pela orientadora da pesquisa. Diante da concordância em conceder a

entrevista, marcamos pelo telefone. A entrevista foi realizada em abril de 2014, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, local de trabalho da pesquisadora no Rio de Janeiro.

Moema de Poli Teixeira é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1980). Possui mestrado (1986) e doutorado (1998) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora titular da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atuando no Mestrado de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). Trabalha principalmente com os seguintes temas: ensino superior, indicadores sociais, cor da população, políticas públicas e identidade racial.

A professora Moema é uma mulher de 55 anos, divorciada e nascida na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Quando questionada sobre como se autocalifica do ponto de vista étnico-racial, responde de maneira categórica: “Branca.” Ao falar de suas origens, destaca o avô, filho de italianos, que morava em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro.

Para a entrevistada, a percepção das desigualdades entre negros e brancos foi sendo construída ao longo da vida, desde a infância.

Eu me lembro desde a infância contato com pessoas negras, amigos. Então essa questão racial foi... Sempre fez parte assim, desde criança eu já observava, mas não de construir. Tinha vizinhos, amigos, e eu observava, mas não era uma coisa intelectualizada, consciente. [...] Meu avô que morava nessa cidade, era filho de italianos, então a família era toda branca. Porém meu avô tinha uma profissão muito humilde, ele era pedreiro. Então meu avô tinha uma quantidade grande de amigos negros. Eu convivia com as pessoas e não tinha isso: Ah, não pode. Mas você observa no meio social que tem isso, mas como eu não era de classe alta, você vai tomando consciência que não está na classe alta. [...] Você começa a perceber, por exemplo, que por você ser branca você tem mais entrada naquela rua do que quem é negro.

O depoimento acima nos apresenta a percepção de uma mulher branca, descendente de italianos, com uma origem familiar humilde. Relata uma convivência com negros desde a infância. Já naquele período destaca uma percepção de que existe um tratamento diferenciado para negros e brancos nas relações sociais, mesmo que sejam da mesma classe social.

Estudos sobre a imbricação entre raça e classe (HENRIQUES, 2001; TELLES, 2003) indicam que, mesmo quando se controla o valor do rendimento familiar *per capita*, os negros possuem indicadores sociais inferiores aos dos brancos. Esses dados corroboram a percepção da pesquisadora quando apontam as especificidades geradas pelas desigualdades raciais na sociedade brasileira.

As experiências na universidade parecem ter transformado aquilo que era apenas uma percepção em algo mais elaborado, fazendo com que a pesquisadora construísse uma interpretação sobre o lugar racial que ocupa no mundo.

Eu trabalho com essa questão racial desde a época da faculdade, então isso foi sendo construído ao longo dos anos dessa trajetória. [...] Então assim, quando você convive com outras pessoas que sofrem preconceito, discriminação, se você não é daquela forma, você acaba construindo, uma coisa que você não nasce com aquilo, mas vai construindo ao longo da vida.

Assim como para o pesquisador Marcelo, parece que a professora Moema constrói sua identidade racial considerando que as identidades são relacionais e contingentes. Isso significa dizer que brancos e negros só existem em relação um ao outro.

Acho que é sempre pelo contraponto. **Só tem o branco por que tem o negro. É na relação que você se dá conta disso e nessa relação você vê que o ser branco está no domínio, está mais identificado com a elite.** O mundo que a gente vive tem uma dominância do branco, isso também está mudando. Graças a Deus está mudando. Mas eu vivi o suficiente para ter presenciado essa mudança e fico feliz com isso e acho que cada um de nós contribuiu. Os estudos e as pesquisas contribuíram, tem sua parcela de contribuição no desvendamento dessa... Na visualização dessa questão. Então é tudo, é na televisão, é na mídia, você vê essa dominação. Tem pessoas que ficam confortáveis com isso daí e outros se incomodam. Eu sou daquelas que se incomodam. Desde quando eu lembro isso me incomodou, desde pequena isso me incomoda. [...] O fato de presenciar preconceito, discriminação com meus amigos. Meus amigos se envolvendo com grupos do movimento negro. Então foi uma identificação como problema, um incômodo com isso (Grifos nossos).

O que devemos nos perguntar ao observar o depoimento da pesquisadora é se existe a possibilidade de sujeitos brancos que nasceram nessa estrutura tomarem consciência e se colocarem criticamente diante do privilégio simbólico e material da

branquitude. Se a construção dessa identidade branca antirracista é possível, cabe questionar: quem são esses sujeitos? Como construíram suas identidades raciais? Quais as vivências que os possibilitaram refletir criticamente sobre os privilégios associados a branquitude? Será que com suas práticas esses sujeitos conseguem questionar as estruturas racistas de nossa sociedade? Será que são considerados como pesquisadores brancos que produzem uma escrita engajada? Para Passos e Miranda,

[...] há uma parcela de brancos que obtém privilégios de sua identidade racial, não por exercer conscientemente o racismo, nem tampouco por concordar com ele, mas sim por estar inserida em uma sociedade de estrutura racista, enquanto o outro grupo propaga direta e indiretamente a superioridade e pureza racial branca. [...] Estamos falando de brancos que se enxergam como sujeitos racializados, privilegiados e fazendo parte de um grupo social que obtém vantagens pela sua cor da pele, mas que, no entanto, cotidianamente se opõem através de ações a esta ideologia. (PASSOS; MIRANDA, 2011, p. 11. Grifos nossos).

A professora Moema parece fazer parte desse grupo de sujeitos considerados socialmente como brancos que questiona os privilégios da branquitude e busca construir cotidianamente uma vigilância epistemológica de sua posição frente ao racismo estrutural de nossa sociedade (FRANKENBERG, 2004).

Aqui nos ajuda o conceito de *Racial Literacy* desenvolvido por Twine (2004) para compreender sua trajetória. *Racial Literacy* diz respeito ao letramento racial necessário para que os brancos adquiram consciência dos privilégios da branquitude e da estrutura racista da sociedade. A autora, ao estudar famílias miscigenadas na Inglaterra e nos Estados Unidos, observou que as relações familiares inter-raciais possibilitam que os sujeitos construam identidades raciais críticas, percebendo as estruturas raciais da sociedade e construindo uma crítica à própria branquitude: aos sujeitos brancos se abre a possibilidade de produzirem novos sentidos para suas identidades raciais.

Criei meus filhos assim, tenho três filhos e eles são da mesma forma, todo mundo branco, de olho azul, mas raivosos com essa coisa do preconceito. Lembro do meu filho pequeno jogando bola na escola, devia ter uns sete anos e ai um coleguinha virou-se e xingou o outro, que era negro. E ai ele foi em cima do outro e começou a discutir e disse: Você pode ser preso, olha o que você

está falando, isso é um absurdo, isso é racismo.” Isso nenhuma criança de oito anos de idade fala, isso porque eles foram convivendo com isso. Por exemplo, na época de fazer vestibular, aquele discurso todo do contrário à cota, eles sempre foram favoráveis a cotas raciais. Eles falavam com as pessoas que elas tinham que entender. Então eu acho que todo mundo tinha que entender, todos tem papéis para desempenhar. Porque todo mundo percebe e vivencia o preconceito, cada um a sua maneira, nem que seja não na própria pele, mas na pele do amigo, na pele do vizinho, de um parente, porque as famílias são misturadas então todo mundo vê, todo mundo tem condição de perceber, então todo mundo tem que se posicionar, tem que ter uma postura diante disso, não dá para falar que não existe (Grifos nossos).

O depoimento nos faz refletir que esse sujeito branco com *racial literacy* se propõe a uma autorreflexão a partir de experiências cotidianas e trava uma luta frente aos privilégios intrínsecos à branquitude. Questiona, dessa maneira, o racismo em seu próprio grupo racial e em sua própria subjetividade. “É preciso coragem epistêmica, por assim dizer, para levantar o véu da cegueira racial, sob o qual os sujeitos brancos vivem. É necessária, portanto, uma ação consciente dos sujeitos sociais” (PASSOS; MIRANDA, 2011, p. 14)

Podemos inferir que, no caso da professora Moema, a luta antirracista se dá através da produção de um conhecimento acadêmico comprometido com a construção de arcações teóricas que buscam romper com o pacto de silêncio que encobre a branquitude nos espaços acadêmicos e com o próprio racismo no Brasil.

6.2.2 A luta antirracista através da produção acadêmica

A pesquisadora Moema, ao descrever sua trajetória acadêmica, acaba por mapear uma mudança significativa da importância e visibilidade da discussão sociológica sobre a questão racial na academia brasileira.

Eu estou nessa seara desde 1978, então eu observo que ela vem ganhando importância. A gente estudava e grande parte do meio acadêmico via como uma questão menor. [...] Você vai ver que dentro das ciências sociais se discute essa questão racial há muito tempo, vários projetos dentro da sociologia, aquele grande projeto da UNESCO que foi feito sobre os anos 1950. Então você tem os sociólogos estudando, se debruçando sobre isso, escrevendo sobre isso. Posso colocar dentro das ciências sociais o próprio Gilberto Freyre, o Sergio Buarque de Holanda, as pessoas pensando o Brasil, que são os pensadores sociais, lidando com essa questão. **Sempre foi um tema caro, eu acho, para as ciências sociais,**

embora não dominante, menos importante que outros problemas talvez. (Grifos nossos).

As questões raciais sempre estiveram entre as preocupações de nossos intelectuais, principalmente nas teorizações de sociólogos e historiadores que buscavam compreender a formação do povo brasileiro. (RIBEIRO, 1995; FREYRE, 2001; FERNANDES, 2008). Como ocorreu na maioria dos países colonizados, a elite brasileira de finais do século XIX e início do século XX teorizava sobre a questão racial no Brasil e buscava propor caminhos possíveis para a construção de uma identidade nacional.

Os estudos giravam em torno da situação da população negra e da população mestiça, ora apontando a influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade nacional brasileira, ora valorizando a mestiçagem característica deste país. Essa discussão sobre a condição da população negra foi conduzida eminentemente por uma intelectualidade branca, definindo o lugar dos negros enquanto objetos de conhecimento.

Não se pode desconsiderar a existência de um grupo de pesquisadores negros que produziram conhecimento sobre o negro no Brasil e, mais tarde, sobre relações raciais, porém eles ainda são pouco citados e considerados como referências para se entender a construção social da raça no Brasil. São eles Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Wilson Nascimento, Virgínia Bicudo, Lélia González, Beatriz Nascimento, Joel Rufino dos Santos, entre outros - alguns historiadores, outros sociólogos, antropólogos, psicólogos considerados socialmente como negros e que se autotransclassificavam como tal. Ler suas ideias poderá ser um contraponto para se compreender um pouco mais a trama complexa sobre os estudos sobre o negro, sobretudo na primeira metade do século XX e no contexto da ditadura militar.

O padrão que coloca os brancos enquanto sujeitos produtores do conhecimento e os negros como objetos de pesquisa vem sendo questionado nas últimas décadas, principalmente com a inserção de intelectuais negros e negras no campo da pesquisa e da produção acadêmica como sujeitos produtores de conhecimento científico.

Esses sujeitos entram em cena em meados da década de 1980, a partir da formação de uma nova geração de pesquisadores e pesquisadoras que concluem os cursos de pós-graduação e se inserem enquanto docentes nas universidades,

principalmente as públicas. O papel dessa intelectualidade negra tem sido indagar a produção do conhecimento científico e o lugar ocupado por esse outro (GOMES, 2010). Compõem, juntamente com alguns pesquisadores brancos engajados na luta antirracista, um grupo que tem sido responsável por construir um conhecimento que subsidie a definição de políticas públicas.

Muitos desses pesquisadores negros são parte de uma geração oriunda do Movimento Negro e outros não participam diretamente da luta política do referido movimento social, mas são herdeiros deste.

Ao se colocar enquanto partícipe do grupo de pesquisadores brancos engajados na luta antirracista, a professora Moema reconhece a importância de pressionar as instituições de pesquisa para que produzam e divulguem dados estatísticos sobre a questão racial. Ao delinear um quadro que nos possibilita mensurar as desigualdades em uma perspectiva macrossociológica, os dados estatísticos orientam as ações do governo e embasam as políticas públicas, inclusive as políticas afirmativas.

Eu consegui acompanhar as mudanças, no próprio IBGE que a gente fazia as coisas, os estudos e isso ficava numa gaveta, demorava para sair, no máximo era apresentado em um congresso e foi indo aos poucos até virar um capítulo da síntese dos indicadores sociais, um capítulo sobre a questão racial. Isso dentro da instituição foi ganhando uma relevância. [...] Esses dados são esperados, mas não era assim, a gente tinha que brigar para fazer. No final da década de 1970, no começo da década de 1980 tinha que brigar para fazer porque era uma coisa menor dentro da instituição e agora deixou de ser.

Nesse contexto, destaca a importância dessa produção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) por este ser um órgão de governo, mas reafirma que esse movimento vem acontecendo já há algum tempo.

O próprio IPEA que nunca tinha estudado a questão racial, se não me engano o primeiro trabalho deles foi no ano 2000. [...] Claro que é um órgão do governo, então dá uma visibilidade para uma questão importantíssima e contribuiu muito com os estudos que fez chegar a uma política de estado. Agora, já há muito tempo que os cientistas sociais se debruçam sobre isso.

A pesquisadora reafirma sua vinculação com o tema das relações raciais. Destaca a importância de participar na produção e divulgação de dados estatísticos que poderão subsidiar importantes políticas públicas de combate ao preconceito racial e ao racismo no Brasil.

Nunca deixei esse tema, fui agregando outros, mas nunca deixei não. É uma coisa difícil de deixar, para deixar você tem que perder o interesse, achar que o tema não merece mais ser estudado, tem outras coisas para estudar. E eu sempre achei das coisas mais importante de serem estudadas e como eu estou em um lugar que produz informação, eu acho que é um lugar dos mais importantes para produzir essas informações, com todos os problemas, com todas as críticas.

Quando falamos de dados estatísticos sobre relações raciais, tomamos por base as classificações autoatribuídas pelos próprios sujeitos que respondem aos questionários. Estamos tratando de classificações raciais. A professora Moema aponta os equívocos na compreensão das articulações entre classificação e identidade. Para ela, toda classificação é uma aproximação da realidade e não a realidade em si. No entanto, foram e são necessárias e importantes para evidenciar as desigualdades abismais que separam negros e brancos no Brasil no que diz respeito aos indicadores sociais.

As pessoas confundem. [...] A realidade nunca vai estar ali, dentro de nada. É sempre uma aproximação, é uma leitura, nunca vai ser a identidade das pessoas. Mas é super importante para fazer políticas públicas. Então eu estou em um lugar que está produzindo uma informação que ela se mostrou ao longo do tempo útil até para o próprio movimento negro. Ela foi uma aliada, eu acho que as estatísticas, as análises desse dado foi se mostrando um aliado poderoso para mostrar o tamanho da desigualdade, do preconceito, da discriminação. (Grifo nosso).

Nesse aspecto, a pesquisadora Moema diverge da colega Yvonne sobre a relação entre classificação racial e identidade. Como afirma, a classificação: “[...] é sempre uma aproximação, é uma leitura, nunca vai ser a identidade das pessoas”. Nesse sentido, ela parece não enxergar a associação quase naturalizada entre classificação racial e identidade apontada por Yvonne, sobretudo no momento mais tenso do debate sobre ações afirmativas.

A pesquisadora interpreta sua atuação acadêmica como uma forma de militância. O que está posto nessa discussão é a própria postura epistemológica diante da produção do conhecimento.

Eu acho que o racismo é um problema de todos, sempre achei isso. **Sempre achei que tudo que eu tenho procurado fazer tem um pouco de militância. [...] é impossível você estudar uma coisa dessa natureza e não se envolver.** [...] Para mim essa área da educação sempre foi de militância porque eu fiquei convencida pelos estudos, pelas pesquisas de que nesses dois lugares, na escola e no mercado de trabalho, que o preconceito e a desigualdade são reproduzidos. Então esses são os lugares para você lutar, para você focalizar a sua luta. Então a minha entrada para a área da educação a partir da tese sempre teve essa coisa de tentar transformar o lugar aonde a desigualdade é produzida e reproduzida. Sempre foi uma coisa assim de militância. (Grifos nossos)

Inspirando-nos na leitura de Quijano (2005), é possível dizer que a universidade, entendida enquanto um dos locais legitimados de produção de conhecimento (e estando o conhecimento associado ao poder), apresenta um padrão racista. José Jorge de Carvalho (2001) nos alerta sobre os meandros do racismo acadêmico, instaurando uma importante categoria analítica para desvelarmos as hierarquias e códigos próprios da universidade brasileira em suas articulações com a branquitude.

O conceito de “pesquisa ativista” de Radha D’Souza (2010) nos ajuda a compreender as ponderações da pesquisadora Moema quando analisa sua escolha acadêmica e política de estudar as relações raciais.

Implícita na ideia de pesquisa ativista reside uma conceptualização dicotômica da teoria e da prática que a pesquisa ativista busca, presumivelmente, superar. O universitário de carreira, convencional, não-comprometido e não ativista, é o ‘Outro’ dicotômico do pesquisador empenhado, ativista e comprometido. (D’SOUZA, 2010, p. 157)

Ao questionar a instituição acadêmica, esse tipo de intelectual e o conhecimento por ele produzido recolocam a produção do conhecimento em um campo político. Desvela que, muito mais do que neutralidade, a universidade e também o conhecimento por ela produzido sempre foram posicionados. Esse

posicionamento se escondeu e ainda se esconde por detrás da ideia de neutralidade.

6.2.3 O embate político-acadêmico e as questões raciais

Ao analisar as relações raciais no Brasil como um tema de pesquisa, a entrevistada diferencia a tradição de pesquisas acadêmicas relacionadas à questão racial nas ciências sociais e na educação.

Vamos dar um exemplo das associações de pesquisa, a ANPED, a ANPOCS, a ANPUH, da história, essas que congregam a pós-graduação. A ANPOCS desde 1980 tem um GT para discutir a questão racial, coisa que a ANPED só foi fazer em 2000 e pouco. São mais de 20 anos à frente dessa discussão. Então, dependendo do meio acadêmico... A academia não é um meio único dependendo da área...

A professora Moema relata situações em que foi agredida verbalmente em espaços acadêmicos. Ao afirmar que esses eventos aconteceram com intelectuais negros da área da educação, destaca uma diferença com sua área de origem, as ciências sociais.

Embora muitas vezes você seja agredido, eu já fui muito agredida, até por intelectuais negros, até na área da educação. Por que a área da educação ela é muito mais recente, a questão racial dentro da área da educação é muito mais recente do que é nas ciências sociais que é minha área de origem. Então na minha área de origem esse embate acontecia não com os intelectuais, mas com o movimento negro. Agora na área da educação eu tive embate com intelectuais negros da área da educação que me achavam intrusa. “O que você está fazendo aqui?” **Como se você tivesse menos direito de estar discutindo essa questão por ser branca do que quem é negro. Como se isso não fosse uma causa de todos. Eu fui agredida verbalmente por intelectuais, coisa que na minha área, de ciências sociais, nunca aconteceu.** Essa área de educação, por exemplo, que eu comecei a entrar a partir da tese sobre o ensino superior foi que eu comecei a trabalhar mais com a educação e a fazer parte do Penesb. Foi minha entrada na área da educação (Grifo nossos).

Novamente se coloca o dilema da legitimidade e retomamos a questão: quem está autorizado a produzir conhecimento sobre as relações raciais no Brasil? Diferente do pesquisador Marcelo, que muitas vezes parece evitar o embate direto, e

da pesquisadora Yvonne, que se mostrou decepcionada com a agressividade sofrida em situação muito semelhante, a professora Moema parece compreender esses embates como importantes momentos políticos, destacando as limitações que seu pertencimento racial impõe a suas experiências e sua compreensão sobre a questão racial.

Acho que todo conflito é político... Talvez por espaço, competição, que faz parte de qualquer coisa, mas os mais marcantes como eu estou te falando foi nas militâncias pela questão de ser branco. Mas eu não sou uma pessoa agressiva, nunca tive uma postura agressiva, muito pelo contrário, eu acho que **por mais solidariedade, identificação que eu tenho com o tema e com a questão, eu entendo que eu jamais serei uma pessoa negra.** Então eu acho que quando é um negro que fala, ele tem todo um outro olhar de dentro, uma contribuição que eu jamais vou substituir. Eu tenho noção plena disso, nunca quis ocupar... até mesmo por ser uma antropóloga, de compreender que ninguém fala por ninguém, você está falando por você, está falando do seu lugar de pesquisador que por mais que você se coloque no lugar do outro, você jamais será o outro e a ciência se constrói assim. Em compreender essa relação eu e o outro e que você não fala por ninguém. **Talvez possa ter sido interpretada por algumas pessoas como estar querendo ocupar o lugar ou querendo falar porque nunca foi a minha postura.** Posso ter sido mal interpretada não sei... Nunca foi algo que eu desse muita relevância não, acho que o que predominou sempre foi o contrário, são coisas pontuais, muito pontuais. [...] Foi esporádico, nesse meio da educação, em alguns eventos, era uma coisa bem localizada, mas não é o predomínio (Grifo nosso).

Mais uma vez salientamos que o questionamento e muitas vezes o confronto são pontos com que os pesquisadores brancos que estudam as relações raciais se preocupando com a interlocução com pesquisadores negros e com o próprio Movimento Negro precisam aprender a conviver. Esses embates são cada vez mais colocados em ambientes acadêmicos, uma vez que a entrada de intelectuais negros e negras como docentes nas universidades interroga a lógica acadêmica estabelecida e passa a dialogar com pesquisadores brancos, reivindicando espaços de enunciação até então negados para a população negra (GOMES, 2010)

Partindo do pressuposto de que não existe ciência pura e o que produzimos como ciência são saberes parciais e localizáveis, argumentamos sobre a necessidade de considerarmos a produção do conhecimento como uma construção social. (HARAWAY, 1995) Nesse sentido, a entrevistada parece compreender que o

lugar que ocupa no mundo delimita as possibilidades de compreensão da questão racial.

O conhecimento é um olhar, ele não é tudo, ele não dá conta, ele é um olhar. Então a gente sabendo disso a gente compreende isso, mas eu não preciso ser para conhecer. É um pouco isso que eu estava colocando porque para conhecer, a própria ciência coloca isso, você precisa ter certo distanciamento, por que às vezes isso... Então o distanciamento dá um outro olhar. Mas eu entendo algumas pessoas porque a vida é muito maior, então a pessoa viveu, passou por aquilo, é uma coisa... É vida. Então eu tenho o maior respeito por isso. Então quando eu passo por isso eu escuto, eu ouço, eu respeito e tenho a maior solidariedade por aquilo, a maior empatia, eu não me incomodo e me solidarizo que é o máximo que eu posso, o máximo que a vida me permite é me colocar no lugar do outro, isso eu faço o tempo todo para tentar conhecer, a coisa que é minha ciência de escolha que é a antropologia e colocar no lugar do outro. Eu faço isso o tempo todo, colocar no lugar do outro que eu acho que é a melhor forma de olhar. Agora eu não vou ser o outro nunca, então por isso que eu entendo essa coisa e tento dialogar, mas nem sempre a gente consegue, mas acho que faz parte.

A professora Moema destaca que o máximo que seu pertencimento racial permite é se colocar no lugar do outro, respeitando as vivências que apenas os sujeitos que carregam em suas corporeidades as marcas da negritude, que se traduzem em discriminação em nossa sociedade, podem experimentar. Ao mesmo tempo, acredita que todos, brancos e negros, são convocados a exercer papéis, mesmo que diferenciados, no combate às desigualdades raciais no Brasil.

Eu me coloco dentro dessa linha, acho que é possível, tanto que eu estou aqui, mas entendo que a gente não faz tudo, nem pode, nem deve. Cada um tem a sua contribuição. Por exemplo, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, são os pesquisadores negros na sua posição de pesquisador. Eu entendo isso.

A pesquisadora reforça ainda a importância da ABPN. Com relação à sua participação nos COPENE, diferentemente de Marcelo e Yvonne, afirma que foi convidada e ministrou mini-cursos em dois ou três eventos.

Assim, eu acho que é uma organização extremamente importante, válida. Embora eu ache que... Eu tenho dúvidas, mas quem sou eu para.. Não é uma crítica... A participação do branco dentro da ABPN sempre foi uma coisa assim... Não sem uma certa tensão. É a militância e eu compreendo perfeitamente, eu acho que tem que haver essa coisa, não acho que é ruim não. E acho que eu não faço parte até por conta disso. A gente sente que tem uma ambiguidade [...] Desde o começo sempre teve essa tensão, ao mesmo tempo em que você está dentro, você se sente fora, você está dentro, está fora, está dentro, está fora. Então eu reflito isso, é uma tensão, ao mesmo tempo em que acha que está dentro, você está fora. E você é visto por algumas pessoas de forma agressiva. Eu entendo, não acho que é ruim, em tese não há desrespeito, não há nada que seja ofensivo, não vejo problema nisso não. **Eu admiro e acho uma iniciativa super importante, é como eu estou te falando, sempre procuro acompanhar, mas é aquela coisa, eu nunca sei se estou dentro, se estou fora. Há momentos que eu me sinto dentro, dependendo muito da gestão. Em outros momentos eu me sinto fora.** Já tive embates lá dentro com algumas pessoas por causa disso, mas é uma coisa que eu compreendo, acho que isso faz parte das discussões. Acho que eles mesmos têm pessoas que tem uma posição, tem pessoas que tem outra (Grifo nosso).

No depoimento acima, a pesquisadora questiona se a ABPN seria um lugar adequado para a presença de pesquisadores brancos. Evidencia, nesse momento, um sentimento de ambiguidade, sem saber se deve ocupar esse lugar ou se abster e deixar que seja um espaço acadêmico apenas de interlocução da intelectualidade negra.

Uma das possíveis explicações para esse questionamento talvez seja o fato de a ABPN se configurar enquanto um espaço acadêmico marcado pela luta política e por uma presença marcada de intelectuais negros e negras. Destacamos que a própria criação da Associação demarca um espaço de reivindicação e de visibilidade *sui generis* no âmbito acadêmico. Espaços acadêmicos como os Congressos de Pesquisadores Negros (COPENE), organizados pela ABPN, são fóruns indispensáveis para provocar, nas palavras de Claudia Miranda (2006, p. 15) “uma desestabilização do modelo unívoco de produção do conhecimento.” Assim como apontado em discussões anteriores nesse trabalho, exatamente por tensionarem o modelo único de produção de saberes, esses fóruns se configuram enquanto espaços de disputa e conflitos nos quais o pertencimento étnico-racial do pesquisador se torna um ponto de pauta sem acordo. Podemos nos indagar: quem tem legitimidade para participar desse espaço de interlocução acadêmica?

Para a entrevistada, assim como para Marcelo e Yvonne e diferentemente de Paulo Vinícius, ter sido indicada pelos NEAB como uma pesquisadora de referência no campo das relações raciais no Brasil é motivo de orgulho e reflete o investimento pessoal e acadêmico de toda sua vida.

Eu fico lisonjeada por meu nome ter sido colocado. Espero que tenha dado alguma contribuição para área porque isso sempre foi o meu propósito. Então eu fico feliz por isso, porque essa indicação reflete acho que talvez esse reconhecimento desse esforço que eu tenho feito.

Pensando em articulações com núcleos de pesquisa que tematizam as relações raciais, a pesquisadora aponta as parcerias que estabelece com alguns NEAB, principalmente com o Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB) e com o Núcleo de Estudos de Pesquisas sobre Relações Raciais e educação (NEPRE)

Eu participei durante bastante tempo do Penesb, participei até 2005, que tinha um financiamento da Fundação Ford. [...] Eu sou colaboradora do lá de Mato Grosso, o Nepre. [...] Eu produzo material didático, às vezes eu vou lá dar umas aulas, então eu tenho um contato bem grande com eles.

O depoimento da pesquisadora Moema nos coloca a possibilidade da construção racial de brancos que se enxergam enquanto sujeitos racializados e não divergem da ideia de raça como construção social, tendo consciência dos privilégios e das vantagens colocadas para o seu grupo social. No entanto, buscam, cotidianamente, questionar essa hegemonia da branquitude. Talvez aqui encontremos indícios de uma branquitude ressignificada ou de uma branquitude à brasileira, construída na perspectiva antirracista. Compreender essa possibilidade no contexto das relações raciais e da produção do conhecimento poderá ser a indicação de aprofundamentos que advirão desse trabalho e de futuras pesquisas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para a necessidade das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida. (HOOKS)

Este trabalho teve como objetivo principal compreender, a partir de experiências sociais e trajetórias acadêmicas, as percepções de pesquisadoras e pesquisadores classificados socialmente como brancos sobre ser branco no Brasil e no campo da produção de conhecimento sobre relações raciais.

Esses sujeitos foram indicados pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) como pesquisadoras e pesquisadores brancos de referência para o estudo das relações raciais no Brasil. Apesar de a classificação social como brancos ter sido um elemento comum, os depoimentos nos apresentam trajetórias e percursos identitários distintos, a partir dos quais pudemos compreender as especificidades na construção de suas identidades raciais.

Dos quatro pesquisadores e pesquisadoras que aceitaram participar da pesquisa, dois discordaram da indicação, por motivos distintos. Um deles, por se considerar pardo e, nesse sentido, do ponto de vista político, concordar com a adoção da classificação racial para o estudo das relações raciais no Brasil, porém, discordando de ter sido classificado “de fora” como branco. Outra discorda de partida com a ideia de classificação racial e, sendo assim, não concorda com a sua classificação como branca, vendo-se como brasileira. Os outros dois não demonstraram discordância com a classificação atribuída.

Todos falaram de situações de embate e/ou menor ou maior desconforto com situações de agressividade oriundas de pesquisadores negros ou do Movimento Negro por serem considerados branco e investigarem as relações raciais. A legitimidade da pesquisa produzida, da sua opinião e sua produção parece estar sempre colada à classificação racial que lhe é atribuída “de fora”, mesmo que este pesquisador ou pesquisadora esteja produzindo um conhecimento que, na sua perspectiva, é engajado e fruto de uma postura política antirracista. Essa própria tensão já demonstra, por si só, como operamos no campo da branquitude e como o conhecimento é um espaço de poder que envolve não somente a produção de ideias

e ideologias, mas também está marcado pela raça dos sujeitos, sempre entendida, nesse trabalho, como uma construção social.

Com exceção do pesquisador Paulo, todos os entrevistados sentiram-se reconhecidos com a indicação. De maneiras diversas, elas demonstram que sua produção é lida por um grupo de pesquisadores e, principalmente, uma nova geração, na sua maioria negra, de pesquisadores que se dedicam à temática racial, principalmente nas ciências sociais e humanas.

No caso de Paulo, o desconforto com a indicação não passa pela questão do reconhecimento, mas sim por ter sido classificado socialmente como branco por um grupo que ele considera importante e no qual hoje existem profissionais com os quais trabalha e são para ele, de alguma forma, referência nos estudos e na articulação política sobre relações raciais e ações afirmativas. Este pesquisador construiu uma identidade política como negro, entendendo esta categoria como aquela que abarca pretos e pardos. Por outro lado, no seu depoimento ele demonstra ter consciência e clareza do lugar tenso do mestiço e das situações ambíguas que acompanham essa pertença no Brasil.

Superar essa situação? Não classificar? Temor de divisões perigosas? Falta de legitimidade? São perguntas que carregam questões complexas da construção social e histórica da raça em nosso país e que nos acompanha com contornos diversos desde os tempos coloniais, quando a diferença percebida pelo colonizador não foi apenas de costumes, credo, forma de vestir, de guerrear, de comer, entre outros. Foi, também, a forma como a corporeidade se apresentou. Uma corporeidade marcada por sinais diacríticos que revelam diferenças. Uma corporeidade sobre a qual as relações de poder imprimiram hierarquias e marcas de uma suposta inferioridade.

Desvendar a branquitude e problematizá-la, tentando superar a dicotomia do bem e do mal, do certo e do errado foi uma orientação dessa pesquisa. Embora a realidade seja repleta de dicotomias, sabemos que ela é mais do que isso. As dicotomias são aquilo que mais visivelmente aparece. Mas as mediações, as intermediações, as tensões o que está subtendido e a complexidade que isso acarreta e que podem indagar a fixidez das dicotomias são um exercício necessário. Um exercício necessário na busca de um pensamento pós-colonial, da possibilidade de construção de uma outra perspectiva epistemológica que considere a produção do conhecimento articulada ao lugar sociorracial dos seus sujeitos. E que entenda

as questões locais da produção do conhecimento em articulação com o que é nacional e global. Desafios da produção acadêmica que compreende que é possível produzir conhecimento engajado e com vistas à emancipação sociorracial.

Das questões que foram abordadas nos sete capítulos que compõem o presente trabalho, algumas merecem ser retomadas devido à centralidade que assumem nas trajetórias e nos processos de construção da identidade racial dos entrevistados e entrevistadas.

A pesquisa revela diversas possibilidades da construção das identidades raciais, bem como das aproximações e distanciamentos entre classificação e identidade racial. Em alguns momentos, essa identidade racial é compreendida como resultado de uma nomeação baseada na especificidade das relações raciais no Brasil; em outros, a identidade construída busca se afastar dessa heteroclassificação, muitas vezes entrando em conflito com a própria ideia de classificação racial.

Podemos dizer que essas trajetórias são marcadas pela ambiguidade e tensões do lugar do branco no estudo das relações étnico-raciais. É interessante observar as reflexões sobre a legitimidade de participar em espaços acadêmicos marcados por maior politização da raça, como é o caso da ABPN. Todos os entrevistados e entrevistadas questionam, de certa maneira, a legitimidade de sua participação ou ocupação de cargos nesses espaços, demonstrando desconforto em algumas situações.

Ao mesmo tempo, em alguma medida, todos os entrevistados citaram momentos de desconforto provocados pelo questionamento de alguns colegas negros pelo fato de serem brancos e ocuparem lugar de destaque na produção sobre relações raciais no Brasil. Mencionam situações em que se sentiram hostilizados, ou até mesmo foram agredidos verbalmente, em debates acadêmicos sobre a questão racial.

O questionamento (e muitas vezes o confronto) é algo com que os pesquisadores brancos que estudam as relações raciais se preocupando com a interlocução com pesquisadores negros e com o próprio Movimento Negro precisam aprender a conviver. Na verdade, evitar o encontro nos espaços acadêmicos onde a grande parte dos pesquisadores é negra pode evitar o embate direto, difícil, mas importante e necessário, dos diferentes grupos raciais na busca pela discussão da superação das desigualdades raciais.

A pesquisa revela que a identidade racial branca no Brasil se constrói em um contexto que se apropria de elementos como mestiçagem, branqueamento e branquitude na construção de uma identidade nacional. Nesse sentido, ao negar a possibilidade de construirmos identidades raciais no Brasil, estamos reforçando os privilégios da branquitude e, conseqüentemente, a existência do racismo em nossa sociedade.

As inquietações trazidas por esses sujeitos branco-mestiços nos provocam a pensar no desenvolvimento de problematizações sobre a construção de uma localização intermediária que dê conta dessa realidade.

Diante de uma realidade que nos aponta os limites de nossas categorias raciais, é importante repensar nosso arcabouço teórico considerando a complexa fragmentação sociorracial observada em nossa sociedade, reatualizada pelos elementos da miscigenação. Essa constatação reforça estudos anteriores, que apontam para as hierarquias internas que compõem o grupo branco no Brasil. (SCHUCMAN, 2012)

A despeito da complexidade que envolve a formulação científica, empírica e política da construção de uma identidade com localização racial intermediária, destacamos a potencialidade dessa construção para desvelar os processos de construção social, material, simbólica e subjetiva dos privilégios da branquitude e os meandros de nosso racismo à brasileira.

Alguns depoimentos apresentam a possibilidade de uma construção identitária do sujeito branco que, apesar de usufruir desse lugar de poder, questiona os privilégios simbólicos e materiais associados a seu grupo, resignificando sua própria identidade racial. Nesse momento é necessário indagar se não estamos diante de uma branquitude que questiona a própria hegemonia branca. Construindo uma crítica à própria branquitude, o conceito de *racial literacy* (TWINE, 2004) nos ajuda a compreender os posicionamentos de sujeitos brancos que buscam se abrir à possibilidade de produzir novos sentidos para suas identidades raciais e que questionem os privilégios da branquitude.

Talvez aqui encontremos indícios de uma branquitude resignificada ou de uma branquitude à brasileira, construída na perspectiva antirracista, mas somente outros estudos sobre essa nova possibilidade de construir uma identidade branca antirracista poderiam delinear com mais detalhamento essas possibilidades.

A especificidade do grupo pesquisado apontou conexões interessantes entre raça, branquitude, mestiçagem e universo acadêmico no Brasil. Diante da realidade trazida à tona por esse trabalho, foi possível indagar que tipo de branquitude vem se construindo na sociedade brasileira e como a mesma se relaciona com a universidade e com os processos de produção do conhecimento no campo das relações raciais e educação. Verificamos que os efeitos da branquitude permanecem fortes e implícitos nas instituições universitárias, agindo de forma silenciosa e escorregadia na imposição de perspectivas coloniais na produção do conhecimento.

A discussão específica das relações de gênero não foi o foco central da análise realizada. Contudo, não se pode negar, ao ler os depoimentos, que ser mulher e ser homem branco no contexto da branquitude à brasileira possui especificidades que passam pelas questões de gênero. Acreditamos que a compreensão dessa dimensão em conexão com os estudos sobre branquitude merece destaque em futuras investigações.

Por fim, temos ciência de que o modelo teórico adotado nessa pesquisa, como outros, ainda deixa abertas lacunas que poderão ser preenchidas à medida que novos estudos sobre branquitude no contexto brasileiro venham a ser realizados. Além de ser um fenômeno dinâmico, próprio das sociedades e sobretudo do Brasil, reconhecemos que, do ponto de vista acadêmico e da produção do conhecimento, a discussão teórica e política sobre branquitude ainda tem um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, Theodore W. *The Invention of the White Race: Racial Opression and Social Control*. Nova York: Verso, 1994.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.
- ALVES, Luciana. *Significados de ser branco: a brancura no corpo e para além dele*. São Paulo, Universidade de São Paulo 2010 (dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).
- ARROYO, Miguel Gonzalez. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVÊDO, Ariston. Trajetória intelectual de Guerreiro Ramos. *RACE: Revista de Administração do Cesusc*, v. 2, p. 119-124, 2008.
- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, TJ: Vozes, 2002.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branquitude e poder: a questão das cotas para negros*. In: Simpósio Internacional do Adolescente, 1., São Paulo, 2005.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos*. Porto: Porto Ed., 1994.
- BOURDIEU, Pierre (Cord.). *A miséria do mundo*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003
- CARDOSO, Lourenço C. *O Branco invisível: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (1957-2007)*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2008 (dissertação de mestrado. Faculdade de Economia Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).
- CARDOSO, Lourenço C. O branco-objeto: O movimento negro situando a branquitude. *Instrumento-Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 13, n. 1, 2011.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, TJ: Vozes, 2002.

CARVALHO, José Jorge. As Propostas de Cotas para Negros e o Racismo Acadêmico no Brasil. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 4, n.2, p. 13-30, 2001.

CARVALHO, José Jorge. *Bases para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil*. Série Antropologia, Brasília, 2004. Disponível em:

<<http://www.ciadejovensgriots.org.br/livros/racismo%20indios%20e%20negros.pdf>> .

Acesso em: 16 jun. 2013.

CARVALHO, José Jorge. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*. Sao Paulo: Attar Editorial, 2005. v. 1.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Entre cor e classe: definições de branquitude entre homens brancos no Rio de Janeiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN*, v. 6, n.13, mar-jun 2014. p. 201-222.

CÔRREA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusp/ Editora da Universidade de São Francisco, 1998/ 2001.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

D'ADESKY, Jaques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Racismos e anti-racismos no Brasil. Editora Pallas, 2001.

D'SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização” In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2010, p. 145-171.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía Ética Latinoamericana: de la erótica a la pedagógica de la liberación*. Vol. 6/III. México: Ed. Edicol, 1977.

DYER, Richard. *White. Screen*, v. 29, n.4, p.44-64, 1998.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. *Por que não Guerreiro Ramos: Novos desafios a serem enfrentados pelas Universidades Públicas Brasileiras*. *Ciência e Cultura (SBPC)*, v. 59, p. 36-41, 2007.

FLICK, Uwe; NETZ, Sandra. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. Ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FRANKENBERG, Ruth. *White women, race matters: the social construction of whiteness*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

FRANKENBERG, Ruth. (org. intro.) *Displacing Witeness: essays in social and cultural criticism*. Durham, NC: Duke, 1997.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 307 – 338, 2004.

FREITAG, Barbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*, 45ª edição. Rio de Janeiro: Record. 2001.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 21. Rio de Janeiro: 2002.

GOMES, NILMA L: Diversidade étnico-racial na educação no contexto brasileiro. In: GOMES, Nilma L. (org.) *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, p. 97-109.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2010, p. 419-441.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, p. 727-744, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In: Jessé Souza. (org.) *Democracia Hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, 2001, v., p. 387-414.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Democracia racial*. Cadernos Penesb, Niterói, n.4, p. 33-60, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.29, n.1, p. 93-97, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 10ª. ed. Rio de Janeiro: DP&a, 2005.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. SOVIK, Livia (org.), Trad. Adelaine La Guardia Resende et al., Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, (5), 1995:07-42.

HARRIS, Cheryl L. *Whiteness as Property*. Harvard Law Review 106, no. 8 (June 1993): 1707-91.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Liv., 1999.

HELMS, Janet (Ed.). *Black and White racial identity: Theory, Research and Practice*. Westport, CT: Greenwood, 1990.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

LIMA, Ari. *A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação da inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?*. Afro-Asia (UFBA), Salvador, v. 25/26, p. 281-312, 2001.

MAIO, Marcos Chor. Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. *Tempo Social* (USP), São Paulo, v. 11, p. 111-136, 1999.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, nº. 41, p. 141-158, 2000.

MALTA, Márcio ; KRONEMBERGER, Thais. Nem melhor nem pior, apenas divergentes: uma contribuição acerca da sociologia brasileira e da polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. *Achegas. net*, v. 42, p. 21/42, 2009.

MIRANDA, Claudia. *Narrativas subalternas e políticas de branquidade: o deslocamento de afro-descendentes como processo subversivo e as estratégias de negociação na academia*. (Tese de Doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

MIRANDA, Claudia ; PASSOS, Ana Helena . Estudos críticos da branquitude e Educação afrocentrada: novos aportes para uma educação anti-racista. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. Editora da UFBA, 2011.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2º Ed, São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. A construção da identidade: um momento privilegiado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. II, n. 23-24, set. 1991/ago. 1992.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudo de Relações Raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.

NUTTAL, Sarah. *Subjetividades da branquidade*. In: Vron Ware. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

PIZA, Edith. *O Caminho das Águas: personagens femininas negras escritas por mulheres brancas*. São Paulo: Edusp/ FAPESP, 1998

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, TJ: Vozes, 2002

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos Censos Brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, TJ: Vozes, 2002

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: *SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE*, 1., 2005, São Paulo.

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000100022&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 26 de setembro de 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2010, p. 84-130.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros. *Gazeta Médica da Bahia* 21 (9): 401-407; (11): 497-503, 1890.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 2 ed. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1933.

ROEDIGER, David. *The Wages of Whiteness*. Nova York: Verso, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo, Universidade de São Paulo 2012 (tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS. 16(2): 5-22, jul/dez 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. (org.), HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação dos direitos. In: Joaze Bernardino. (Org.). *Levando Raça a Sério*. 1ªed. Rio de Janeiro: DPA Editores, 2004, v. 1, p. 39-69.

SOVIK, Liv. *Aqui Ninguém é Branco: hegemonia branca e media no Brasil*. In: Vron Ware. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOVIK, Liv. *Aqui Ninguém é Branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPINK, M. J. *Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social*. *Psicologia e Sociedade*, 19, 2007.

STEYN, Melissa. Novos matizes da “branquidade”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: Vron Ware. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TATUM, Beverly Daniel. Talking about trace, learning about racism: applying the theory of racial development identity in classroom. *Harvard Educacional Review*, V. 62, nº 1. Spring: Mount Holyoke College, 1992.

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na Universidade: identidades e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2003.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ford Foundation, 2003.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TWINE, F. W. A white side of Black Britain: The concept of racial literacy. *Ethnic and Racial Studies*, 27 (6), 2004, p. 878-907.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique. Um olhar de branco sobre as ações afirmativas. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 2, n. 13. Maringá, 2002,. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13cmtrag.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

VALENTIM, Daniela. F. D. *Ex-cotistas negros da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2012. v. 1.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

WARE, Vron. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: Vron Ware. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WILSON, Anna. Borboletas, pássaros e teias de aranha: interrogar o privilégio de ser branco por meio da investigação narrativa. *Currículo sem fronteiras*, v. 5, n.2, p. 86-100, 2005.

ZEMELMAN, Hugo. Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói. In: *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição –São Paulo: Cortez, 2006.

APÊNDICE A ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nome: _____
 Instituição em que trabalha: _____
 Data de nascimento: _____
 Local de nascimento: _____
 Local de moradia atual: _____
 Cor/Raça – alterclassificação: _____
 Sexo: masculino
 Idade: _____
 Estado Civil: _____
 Religião: _____ Praticante? _____

Informações funcionais e acadêmicas (fornecidas pelo Currículo Lattes)

1- Como professor universitário:

- Professor/ Pesquisador
- Professor emérito
- Professor titular
- Professor livre docente
- Professor associado
- Professor adjunto
- Professor assistente
- Professor auxiliar
- Professor visitante

Pós-Doutor em _____
 Universidade: _____
 País: _____

- Bolsista de produtividade CNPq
 - Nível 1A
 - Nível 1B
 - Nível 1C
 - Nível 1D
 - Nível 2

1.1- Se já atuou como professor visitante em outra instituição de ensino superior dentro ou fora do país preencha abaixo:

Nome da instituição: _____
 País: _____
 Período: _____

Área: _____

Tipo de atividade:

- () ministrou aulas de graduação ou pós
 () trabalhou em equipe de pesquisa
 () desenvolveu atividade de pesquisa particular
 () Outras

atividades: _____

2- Como estudante de pós-graduação:

- () Mestrado. Título da dissertação:

Ano da Defesa: _____
 Instituição: _____
 País: _____

- () Doutorado. Título da tese:

Ano da Defesa: _____
 Instituição: _____
 País: _____

3- Como estudante de graduação:

Universidade: _____

Curso: _____

3.1- Atividade de iniciação à pesquisa durante a graduação:

- () Bolsista de Iniciação Científica () sim () não

Se sim: Qual instituição?

- () CNPQ

() Outra instituição de fomento: _____

Título da pesquisa: _____

Área: _____

3.2- Realizou intercâmbio internacional durante a graduação?

Se sim:

País: _____

Tempo do Intercâmbio: _____

Ano: _____

PARTE COMUM

1. Como você se autoclassifica do ponto de vista étnico-racial? Por quê?
2. Houve algum momento da sua trajetória pessoal e profissional em que esse pertencimento ficou mais forte para você? Qual? Como aconteceu?
3. O que você achou do fato de ter sido indicado por pesquisadores negros vinculados ao CONNEAB como um pesquisador branco que trabalha com relações étnico-raciais?
4. Você acha que os brancos percebem a si mesmos do ponto de vista étnico-racial? Se sim, de que maneira? Se não, por quê?
5. Você já observou alguma espécie de privilégio, alguma vantagem por ser considerado branco? Você já vivenciou alguma experiência nesse sentido?
6. De que maneira você percebe diferenças entre ser branco e ser negro?
7. Você acredita que brancos podem desempenhar algum papel no combate à discriminação racial? Se sim, qual seria esse papel? Se não, por quê? Como fazer isso?
8. Na sua trajetória houve alguém ou alguma situação que lhe inspirou a se dedicar a pesquisa com a temática das relações étnico-raciais? Quem ou qual?
9. Para você o que significa ser identificado como branco?
10. Antes da realização dessa entrevista, você já havia feito alguma reflexão sobre a sua condição racial? Se sim, quando? Por quê?

PARTE VARIÁVEL

Nessa parte as questões seriam elaboradas à partir do estudo da produção de cada entrevistado.

Prof. Paulo Vinícius Baptista da Silva

1. No campo acadêmico em que você atua como percebe o trato com a questão racial?
2. Você participa de algum Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro? Qual? Quando começou a participar? Ocupa algum cargo ou desempenha alguma função?
3. Você mantém contato com pesquisadores vinculados aos NEABs? Quais? Como?

4. Você tem conhecimento sobre a Associação de Pesquisadores (as) Negros (as)? Como? Se sim, o que pensa sobre a ABPN?
5. Você já participou de algum dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros? Quando? Que tipo de participação? Qual é a sua opinião a respeito do Congresso e da sua participação?
6. Quando você se inseriu no debate acadêmico e/ou político sobre relações raciais no Brasil? Por quê?
7. Qual foi a sua primeira produção acadêmica sobre o tema? Por que a realizou? Quando a realizou e onde?
8. Das suas produções sobre relações étnico-raciais (pesquisa, ensino, extensão, orientação, inserção na política institucional) quais são aquelas que você considera as mais relevantes na sua trajetória? Por quê?
9. Você já teve algum conflito acadêmico ou político pelo fato de ser um pesquisador classificado socialmente como branco e que elegeu trabalhar com a temática das relações étnico-raciais? Você articula essa a outras temáticas de pesquisa? Quais?
10. Pude perceber que a partir dos anos 2000 você começou a desenvolver atividades, pesquisas e orientações que tratam da questão racial. Como exemplo dessa afirmação, no seu Currículo Lattes, entre as publicações destacadas como mais relevantes, todas estão relacionadas ao estudo da questão racial no Brasil. Como foi a escolha por trabalhar com essa temática? O que motivou essa escolha? O que significou essa escolha?
11. Você gostaria de acrescentar algo mais a essa entrevista?

PARTE VARIÁVEL

Nessa parte as questões seriam elaboradas à partir do estudo da produção de cada entrevistado.

Prof. Marcelo Henrique Romano Tragtenberg

1. No campo acadêmico em que você atua como percebe o trato com a questão racial?
2. Você participa de algum Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro? Qual? Quando começou a participar? Ocupa algum cargo ou desempenha alguma função?
3. Você mantém contato com pesquisadores vinculados aos NEABs? Quais? Como?
4. Você tem conhecimento sobre a Associação de Pesquisadores (as) Negros (as)? Como? Se sim, o que pensa sobre a ABPN?
5. Você já participou de algum dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros? Quando? Que tipo de participação? Qual é a sua opinião a respeito do Congresso e da sua participação?
6. Quando você se inseriu no debate acadêmico e/ou político sobre relações raciais no Brasil? Por quê?
7. Qual foi a sua primeira produção acadêmica sobre o tema? Por que a realizou? Quando a realizou e onde?
8. Das suas produções sobre relações étnico-raciais (pesquisa, ensino, extensão, orientação, inserção na política institucional) quais são aquelas que você considera as mais relevantes na sua trajetória? Por quê?
9. Você já teve algum conflito acadêmico ou político pelo fato de ser um pesquisador classificado socialmente e/ou autot classificado como branco e que produz sobre a temática das relações étnico-raciais? Você articula essa a outras temáticas de pesquisa? Quais?

10. Pude perceber que a partir de 2003 você começou a desenvolver atividades que tratam, de alguma maneira, da questão racial. Como foi a escolha por trabalhar com essa temática? O que motivou essa escolha? O que significou essa escolha?
11. No seu currículo lattes, entre as publicações destacadas como mais relevantes, nenhuma está relacionada à questão racial. Gostaria de saber o por quê?
12. Você gostaria de acrescentar algo mais a essa entrevista?

PARTE VARIÁVEL

Nessa parte as questões seriam elaboradas à partir do estudo da produção de cada entrevistado.

Profa. Yvonne Maggie

1. No campo acadêmico em que você atua como percebe o trato com a questão racial?
2. Você participa de algum Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro? Qual? Quando começou a participar? Ocupa algum cargo ou desempenha alguma função?
3. Você mantém contato com pesquisadores vinculados aos NEABs? Quais? Como?
4. Você tem conhecimento sobre a Associação de Pesquisadores (as) Negros (as)? Como? Se sim, o que pensa sobre a ABPN?
5. Você já participou de algum dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros? Quando? Que tipo de participação? Qual é a sua opinião a respeito do Congresso e da sua participação?
6. Quando você se inseriu no debate acadêmico e/ou político sobre relações raciais no Brasil? Por quê?

7. Qual foi a sua primeira produção acadêmica sobre o tema? Por que a realizou? Quando a realizou e onde?
8. Das suas produções sobre relações étnico-raciais (pesquisa, ensino, extensão, orientação, inserção na política institucional) quais são aquelas que você considera as mais relevantes na sua trajetória? Por quê?
9. Você já teve algum conflito acadêmico ou político pelo fato de ser um pesquisador classificado socialmente e/ou autoclassificado como branco e que produz sobre a temática das relações étnico-raciais? Você articula essa a outras temáticas de pesquisa? Quais?
10. Pude perceber praticamente toda sua produção acadêmica trata, de alguma maneira, da questão racial. Como foi a escolha por trabalhar com essa temática? O que motivou essa escolha? O que significou essa escolha?
11. No seu currículo lattes, entre as publicações destacadas como mais relevantes, três estão relacionadas à questão racial. Gostaria de saber o por quê?
12. Você gostaria de acrescentar algo mais a essa entrevista?

PARTE VARIÁVEL

Nessa parte as questões seriam elaboradas à partir do estudo da produção de cada entrevistado.

Profa. Moema de Poli Teixeira

1. No campo acadêmico em que você atua como percebe o trato com a questão racial?
2. Você participa de algum Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro? Qual? Quando começou a participar? Ocupa algum cargo ou desempenha alguma função?

3. Você mantém contato com pesquisadores vinculados aos NEABs? Quais? Como?
4. Você tem conhecimento sobre a Associação de Pesquisadores (as) Negros (as)? Como? Se sim, o que pensa sobre a ABPN?
5. Você já participou de algum dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros? Quando? Que tipo de participação? Qual é a sua opinião a respeito do Congresso e da sua participação?
6. Quando você se inseriu no debate acadêmico e/ou político sobre relações raciais no Brasil? Por quê?
7. Qual foi a sua primeira produção acadêmica sobre o tema? Por que a realizou? Quando a realizou e onde?
8. Das suas produções sobre relações étnico-raciais (pesquisa, ensino, extensão, orientação, inserção na política institucional) quais são aquelas que você considera as mais relevantes na sua trajetória? Por quê?
9. Você já teve algum conflito acadêmico ou político pelo fato de ser um pesquisador classificado socialmente e/ou autotclassificado como branco e que produz sobre a temática das relações étnico-raciais? Você articula essa a outras temáticas de pesquisa? Quais?
10. Pude perceber praticamente toda sua produção acadêmica trata, de alguma maneira, da questão racial. Como foi a escolha por trabalhar com essa temática? O que motivou essa escolha? O que significou essa escolha?
11. No seu currículo lattes, entre as publicações destacadas como mais relevantes, todas estão relacionadas à questão racial. Gostaria de saber o por quê?

12. Você gostaria de acrescentar algo mais a essa entrevista?

APÊNDICE B
NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS QUE INDICARAM
OS SUJEITOS DA PESQUISA

Sigla	Instituição
CiEAA/UEG	Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas
NEGRA/ UNEMAT	NEGRA - Universidade Estadual do Mato Grosso
NEAB/ IFPA	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia
NEAB/ UFT	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Pará
NEAB/ UFAL	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
CEPAIA/ UNEB	Centro de estudos dos povos afro-índios-americanos
CEAB/ UPE	Centro de Estudos Afro-Brasileiros
NEAB/ UFPR	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
LEAFRO/ UEL	Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros Universidade Estadual de Londrina
NEAA/ UEL	Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos
NEIAB/ UEM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros Universidade Estadual de Maringá
NEN/ UFSC	Núcleo de Estudos Negros
NEABI/ USJ	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena
NEAB/ CEFET	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
NEAB/ UFU	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
NEAB/ UNILESTE	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
NEAB/ UNIMONTES	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
NEAB/ UERJ	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
LAESER/ UFRJ	Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais
NEAB/ CEFET	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
NESEN/ UFF	Núcleo de Estudos Saúde da Etnia Negra
CEA/ USP	Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo
CECAFRO/ PUC-SP	Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora
NEIAB/ UNAERP	Núcleo de Estudos Indígenas e Afro-Brasileiros da Universidade de Ribeirão Preto

APÊNDICE C
PESQUISADORES INDICADOS

Pesquisador indicado	Número de indicações
José Jorge de Carvalho	6
Paulo Vinícius Baptista da Silva	4
Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez	3
Marcelo Henrique Romano Tragtenberg	3
Maria Lúcia Rodrigues Muller	3
Tânia Mara Pedroso Muller	3
Antônio Sérgio Alfredo Guimarães	2
Moema de Poli Teixeira	2
Rosângela Sarteschi	2
Valdemir Donizette Zamparoni	2
Yvonne Maggie	2